



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL**

**JONATHAN CARNEIRO CARVALHO**

**SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO  
2025**

**Jonathan Carneiro Carvalho**

**Serviço social na política de educação: desafios e perspectivas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Marques de Menezes Amicucci

Miracema do Tocantins, TO

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- C331s    Carvalho, Jonathan Carneiro.  
          Serviço Social na Política de Educação: Desafios e Perspectivas.  
          / Jonathan Carneiro Carvalho. – Miracema, TO, 2025.  
          106 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do  
          Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-  
          Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2025.  
          Orientadora : Eliane Marques de Menezes Amicucci
1. Serviço Social. 2. Capital Dependente. 3. Política de Educação.  
          4. Atuação Profissional. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

JONATHAN CARNEIRO CARVALHO

SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Marques de Menezes Amicucci

Data de aprovação: 12 / 02 / 2025

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Marques de Menezes Amicucci – Orientadora – UFT

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Célia Maria Grandini Albiero – Examinadora – UFT

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Piana – Examinadora – UNESP

Dedico este trabalho  
À memória.

Dos que ao longo da jornada  
Não chegaram ao final.

Aos sonhos.

Dos que sonhando,  
Não puderam concluir seus caminhos.

Aos decaídos.

Que observam...  
Que só podem observar!

O desfile mortal  
Dos cadáveres,  
Dos que não os deixam dizer  
O que querem dizer.

Que suas histórias e lutas nunca sejam esquecidas.

## **AGRADECIMENTOS**

Neste momento tão significativo da minha vida acadêmica, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização desta dissertação.

De início, agradeço à minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Eliane Marques de Menezes Amicucci, pela orientação, paciência e apoio ao longo de todo o processo. Sua expertise e conselhos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, Dr<sup>a</sup> Josenice Ferreira dos Santos Araújo, membra da banca de qualificação do projeto de pesquisa que resultou nessa dissertação; professoras Dr<sup>a</sup> Célia Maria Grandini Albiero e Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Piana, membras da banca de avaliação do mestrado, por suas valiosas contribuições e sugestões que enriqueceram essa pesquisa.

Aos meus colegas e amigos, agradeço pelo suporte emocional e pelas trocas de ideias que tornaram essa jornada mais leve e inspiradora. Cada conversa e cada momento compartilhado foram essenciais para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Agradeço de modo especial aos meus familiares, pais, avós, tios e tias, que sempre me deram força e coragem para continuar trilhando esse caminho e enfrentando as barreiras frente aos meus passos.

De modo especial, à minha esposa, companheira, amiga e confidente, Wesleya Silva Dias, que muito antes disso tudo começar, me inspirava com sua clareza, sensatez, confiança, esperança e inteligência únicas, me guiando por entre as trilhas do labirinto da vida. A humildade de seus argumentos, a certeza de sua opinião, a clareza de sua visão e a sensibilidade de seu entendimento lançaram luz à investigação, a ver o oculto, a pensar o inimaginável e dizer o inexprimível, para assim chegar ao final dessa pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, seja com palavras de encorajamento, apoio logístico ou simplesmente pela compreensão da minha ausência durante os períodos de dedicação intensa.

A todas as pessoas envolvidas, o meu muito obrigado.

## RESUMO

A reprodução da ideologia do modo de produção capitalista, mistifica as formas de entendimento da realidade com propósito de repor as condições necessárias à acumulação do capital, dirigidas à sociedade sob forma de Políticas Públicas, que intervêm na formação social, acabando por distorcer as relações sociais apresentando-as como relações de troca, determinadas pelo mercado, em um sistema estruturado/estruturador e assegurador das expressões da questão social nos mais diversos espaços da sociedade. Nesse contexto, discutimos as possibilidades e limitações da inserção do Serviço Social na Política de Educação Pública, analisando a realidade desta em uma perspectiva de totalidade, objetivando a observação e análise da conjuntura educacional em sua forma organizacional, utilizando-se da visão dialética materialista e tendo como foco principal a vulnerabilidade social dos(as) usuário(as). A política de educação no Brasil, especialmente após a Constituição de 1988, está correlacionada com a imposição do neoliberalismo na periferia do mundo, se intensificando nas décadas seguintes. A Carta Magna de 1988 estabelece a educação como um direito fundamental, no entanto, a partir da década de 1990, o Estado Brasileiro adota políticas neoliberais que impactaram significativamente o setor educacional. Com a implementação de políticas de privatização e desregulamentação, os governos neoliberais trouxeram, em nome da “eficiência e da gestão empresarial” nas instituições educacionais, a valorização da educação técnica e profissional, alinhada à formação dos estudantes de acordo com as demandas do mercado de trabalho. Esta pesquisa é do tipo bibliográfica, no estilo estado da arte, e utiliza de artigos publicados em periódicos da área de Serviço Social, gerenciados, em sua maioria, por Programas de Pós-graduação, de classificação Qualis que vão de A1 a A4 e, de B1 a B5, no período de 2018 a 2024. O objeto de pesquisa é a atuação profissional do(a) Assistente Social na Política de Educação, com foco na educação básica, e essas são as principais palavras-chave utilizadas para o levantamento de dados nos repositórios on-line de periódicos. A atuação do(a) Assistente Social na educação básica enfrenta diversos desafios, como a limitação de recursos financeiros, que pode dificultar a contratação de profissionais e a implementação de programas de apoio. A complexidade das demandas sociais, como pobreza e violência, e a realidade da evasão escolar também representam obstáculos significativos. A visão

conservadora e assistencialista nas instituições educacionais desvaloriza o trabalho do(a) Assistente Social, limitando sua atuação a encaminhamentos pontuais, em um modelo de educação burocrático e institucional, o que compromete a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social, na prática profissional. Por outro lado, as possibilidades de atuação são amplas: os(as) Assistentes Sociais atuam na inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, nos programas que abordam bullying e saúde mental, além de atuar na mediação do suporte dos(das) estudantes e suas famílias na rede de Políticas Públicas disponíveis. Somado a isso, questões estruturais e de acesso, dificultam a participação das famílias na vida escolar, criando um ambiente menos acolhedor e impactando negativamente o desempenho dos estudantes.

**Palavras-chave:** Capital Dependente. Educação Básica. Serviço Social. Atuação Profissional.

## RESUMEN

La reproducción de la ideología del modo de producción capitalista mistifica las formas de entendimiento de la realidad con el propósito de restablecer las condiciones necesarias para la acumulación de capital, dirigidas a la sociedad en forma de Políticas Públicas, que intervienen en la formación social, distorsionando las relaciones sociales y presentándolas como relaciones de intercambio, determinadas por el mercado, en un sistema estructurado/estructurador y asegurador de las expresiones de la cuestión social en los más diversos espacios de la sociedad. En este contexto, discutimos las posibilidades y limitaciones de la inserción del Servicio Social en la Política de Educación Pública, analizando la realidad de esta desde una perspectiva de totalidad, con el objetivo de observar y analizar la coyuntura educacional en su forma organizacional, utilizando la visión dialéctica materialista y teniendo como foco principal la vulnerabilidad social de las personas. La Política de Educación en Brasil, especialmente después de la Constitución de 1988, está correlacionada con la imposición del neoliberalismo en la periferia del mundo, intensificándose en las décadas siguientes. La Carta Magna de 1988 establece la educación como un derecho fundamental; sin embargo, a partir de la década de 1990, el Estado Brasileño adopta políticas neoliberales que impactaron significativamente el sector educativo. Con la implementación de políticas de privatización y desregulación, los gobiernos neoliberales trajeron, en nombre de la “eficiencia y la gestión empresarial” en las instituciones educativas, la valorización de la educación técnica y profesional, alineada a la formación de los estudiantes de acuerdo con las demandas del mercado laboral. Esta investigación es del tipo bibliográfica, en el estilo estado del arte, y utiliza artículos publicados en revistas del área de Servicio Social, gestionadas, en su mayoría, por Programas de Posgrado, de clasificación Qualis que van de A1 a A4 y de B1 a B5, en el período de 2018 a 2024. El objeto de investigación es la actuación profesional del Asistente Social en la Política de Educación, con enfoque en la educación básica, y estas son las principales palabras clave utilizadas para la recolección de datos en los repositorios on-line de revistas. La actuación del Asistente Social en la educación básica enfrenta diversos desafíos, como la limitación de recursos financieros, que puede dificultar la contratación de profesionales y la implementación de programas de apoyo. La complejidad de las demandas sociales, como la pobreza y la violencia, y la realidad

de la deserción escolar también representan obstáculos significativos. La visión conservadora y asistencialista en las instituciones educativas desvaloriza el trabajo del Asistente Social, limitando su actuación a derivaciones puntuales, en un modelo de educación burocrático e institucional, lo que compromete la efectivación del Proyecto Ético Político del Servicio Social, en la práctica profesional. Por otro lado, las posibilidades de actuación son amplias: los Asistentes Sociales actúan en la inclusión de personas en situación de vulnerabilidad social, en programas que abordan el acoso escolar y la salud mental, además de mediar el apoyo a los(as) estudiantes y sus familias en la red de Políticas Públicas disponibles. Sumado a esto, cuestiones estructurales y de acceso dificultan la participación de las familias en la vida escolar, creando un ambiente menos acogedor e impactando negativamente el desempeño de los estudiantes.

**Palabras clave:** Capital Dependiente. Educación Básica. Servicio Social. Actuación Profesional.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos em periódicos A1.....	79
Quadro 2 – Artigos em Periódicos A2.....	82
Quadro 3 – Artigos em Periódicos A3.....	86
Quadro 4 – Artigos em Periódicos A4.....	88
Quadro 5 – Artigos em Periódicos B4.....	91

## LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAS	Centros de Estudos de Ação Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019 (sigla em inglês)
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DC	Desenvolvimento de Comunidade
EC	Emenda Constitucional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IES	Instituições de Educação Superior
IFRN I	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino Médio
OC	Ofício Circular
PBF	Programa Bolsa Família
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEP	Projeto Ético-político Profissional
PNE	Plano Nacional da Educação
PPG	Programa de Pós-Graduação
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
UF	Unidade da Federação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>ESTADO, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1</b>	<b>Políticas Sociais e o Estado neoliberal brasileiro.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2</b>	<b>Capitalismo dependente e a periferia.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3</b>	<b>O capital humano e as Políticas Sociais.....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>SOBRE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>43</b>
<b>3.1</b>	<b>O sistema educacional brasileiro.....</b>	<b>49</b>
<b>3.2</b>	<b>Serviço Social na política educacional.....</b>	<b>54</b>
<b>4</b>	<b>A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E AS EXPRESSÕES DA REALIDADE..</b>	<b>65</b>
<b>4.1</b>	<b>Metodologia da pesquisa.....</b>	<b>65</b>
<b>4.2</b>	<b>Classificação da pesquisa.....</b>	<b>69</b>
<b>4.3</b>	<b>Levantamento de dados.....</b>	<b>75</b>
<b>4.4</b>	<b>Análise de dados textuais.....</b>	<b>77</b>
4.4.1	Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária.....	80
4.4.2	Núcleo de apoio pedagógico especializado: espaço de atuação do Serviço Social.....	81
4.4.3	Educação inclusiva e Serviço Social: um debate necessário.....	83
4.4.4	A inserção do serviço social na educação básica em Santa Catarina.....	84
4.4.5	Formação de assistentes sociais na educação como estratégia para implementação da Lei nº 13.935/2019.....	85
4.4.6	O exercício profissional do(a) Assistente Social no espaço educacional: uma contribuição para a afirmação do direito à educação no IFRN.....	87
4.4.7	Educação e questão social: elementos para pensar essa relação na sociedade atual.....	90
4.4.8	As expressões da questão social no cotidiano escolar e as contribuições do serviço social na escola.....	91
4.4.9	Os desafios e as possibilidades na materialização do fazer profissional da e do(a) Assistente Social na educação básica: relato de experiência do	

	município de Itabira (MG).....	92
4.4.10	O Serviço Social na educação: possibilidades de intervenção profissional frente às reproduções da desigualdade e da evasão escolar.....	93
4.4.11	Serviço Social e políticas de educação básica: novo ensino médio, concepções de educação e o canto da sereia.....	94
<b>5</b>	<b>APROXIMAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>103</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social, enquanto profissão, está intrinsecamente ligada ao debate sobre cidadania, uma vez que sua prática profissional está fundamentada na promoção e no acesso aos direitos sociais, bem como na garantia de condições dignas para todos os indivíduos em exercer seus direitos. A cidadania, entendida como o conjunto de direitos e deveres que asseguram a participação plena do cidadão na sociedade, garantindo sua participação na vida política, é um dos pilares que orientam a atuação dos(as) Assistentes Sociais nas instituições empregadoras, especialmente as públicas. Nesse sentido, a profissão não se limita a atender demandas imediatas, mas busca fomentar a consciência crítica e a mobilização social, promovendo a inclusão e a participação ativa dos cidadãos na sociedade, contribuindo para a construção de Políticas Públicas mais efetivas.

O debate sobre cidadania no âmbito do Serviço Social envolve a reflexão sobre as desigualdades sociais e as barreiras que impedem o seu pleno exercício por parte de determinados grupos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Os Assistentes Sociais desempenham um papel crucial na identificação dessas desigualdades e na articulação de ações que visem à superação das condições que limitam o acesso aos direitos. Isso inclui a defesa de Políticas Sociais que garantam educação, saúde, moradia e trabalho dignos, além de promover a equidade de gênero, raça/etnia e classe.

Para tanto, a atuação do(a) Assistente Social é marcada pela necessidade de um olhar crítico sobre as estruturas sociais e políticas que reproduzem a exclusão, considerando as dinâmicas de poder e as relações sociais que influenciam a vida dos indivíduos e das comunidades. É nesse contexto que se incluem as instituições públicas, onde o acesso aos direitos sociais está condicionado às flutuações da burocracia pública, atrelada à posição do governo no ordenamento político – quase sempre de centro ou de direita – onde a inclusão de estratos sociais nos programas, projetos e benefícios sociais aumenta ou diminui.

O Serviço Social, nessas instituições, se torna uma ferramenta de luta pela cidadania, onde se busca não apenas atender às necessidades imediatas de acesso aos programas sociais, mas também atua no fomento da participação popular nos mecanismos de controle social, objetivando o melhoramento dos serviços oferecidos pelas instituições e o desenvolvimento de novas Políticas Públicas, mais

abrangentes, com o fim de promover o acesso e a autonomia do seu público-alvo.

Na educação, a intersecção entre Serviço Social e cidadania representa um campo vasto, que, em última análise, visa à construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A reflexão sobre os objetivos da profissão nas instituições educacionais, em um primeiro momento, envolve as atribuições do(a) Assistente Social à luz do funcionamento da escola. Para alcançar a equidade na implementação das políticas educacionais, é fundamental considerar o percurso que antecede o ato de "garantir o direito à educação" em si, além de enxergar a Política Pública como uma ferramenta essencial para a construção social. Nesse sistema, a construção social está atrelada ao modelo de Estado que desempenha o papel de planejamento, gestão e implementação das políticas educacionais a serem seguidas. Em outras palavras, falar de Política de Educação é falar de Estado e sua função na implementação do sistema de educação pública.

Para apresentar e analisar os temas a serem discutidos, organizamos este texto em divisões entre títulos principais e subseções, organizado em três capítulos, cada um deles abordando pontos específicos do tema central. As subseções trazem as discussões pormenorizadas, ligadas ao tema de cada capítulo, de maneira a proporcionar uma compreensão clara e progressiva do assunto, facilitando a assimilação das informações e a construção do conhecimento.

No primeiro capítulo, abordamos a inter-relação entre o Estado, o neoliberalismo, o conceito de capital dependente e as Políticas Sociais, buscando compreender como esses elementos se influenciam e moldam a realidade socioeconômica no Brasil atual, influenciando na estruturação e gestão das Políticas Públicas, e o acesso do seu público aos respectivos programas de inclusão sociais.

Iniciamos com uma análise do papel do Estado na economia, discutindo suas funções primordiais e sua reconfiguração sob a faceta do neoliberalismo, assim como as implicações do redirecionamento dos recursos para o mercado, redundando na austeridade econômica no direcionamento de respostas ao público, o que afeta a efetivação da rede de proteção social.

A esse contexto, somamos o modelo de dependência, praticado no capitalismo brasileiro, imposto à periferia do mundo, que acaba por afetar a autonomia do Estado na formulação de Políticas Sociais, limitando sua capacidade de manutenção dos programas sociais, e a criação de novos, que atendam às reais necessidades da população.

No capítulo 2, exploramos a evolução e os desafios da Política de Educação no Brasil, analisando como diferentes contextos históricos, sociais e econômicos – a partir da década de 1990 – influenciaram a formulação e a implementação dos programas educacionais.

Discutimos as principais reformas educacionais e legislações que ajudaram a moldar o sistema educacional como o conhecemos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que estabeleceu as bases para a educação básica e superior no país, e programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Essa seção destaca as estruturas de gestão educacional que resultaram em mudanças na relação aluno-escola, ao longo do tempo.

Consideramos também, no bojo das políticas integradas à educação na atualidade e que contribuem para o acesso e permanência dos estudantes na escola, como o Programa Bolsa Família (PBF). Analisamos a eficácia dessas políticas e os desafios enfrentados, como a evasão escolar, a qualidade do ensino e as disparidades regionais, no contexto de desigualdade social, que é a realidade de boa parte dos estudantes e suas famílias.

Ao final deste capítulo, abordamos a intersecção entre o Serviço Social e a educação, considerando a importância de uma abordagem interdisciplinar na atuação diante das expressões da questão social, por meio do acompanhamento dos estudantes e suas famílias na identificação e atuação frente às vulnerabilidades sociais, e a articulação com outros serviços e Políticas Públicas.

No terceiro e último capítulo, analisamos a atuação profissional do(a) Assistente Social na Política de Educação a partir das publicações em periódicos Qualis, enfatizando como a prática profissional se relaciona com a complexidade da realidade social. Em outras palavras, buscamos compreender como os(as) Assistentes Sociais interpretam e respondem às demandas sociais do público da educação básica, considerando as nuances das situações que enfrentam em seu cotidiano.

A análise do conteúdo que desempenhamos a partir dos artigos, baseados em casos concretos vivenciados pelos(as) profissionais, discutimos como os Assistentes Sociais podem intervir em situações de vulnerabilidade, promovendo a inclusão e a equidade no acesso à educação. Abordamos as expressões da questão social identificadas pelos(as) Assistentes Sociais, como a pobreza, a desigualdade,

a violência, a discriminação e a exclusão social, além de como as diferentes realidades estudadas se relacionam com as estruturas econômicas – e até culturais – que impactam na estruturação e gestão da Política de Educação, que atingem diretamente a vida das pessoas e das comunidades.

Por fim, tecemos nossas considerações finais sobre os desafios e as perspectivas futuras para a atuação profissional dos(as) Assistentes Sociais, com base nas discussões dos artigos, com destaque para a formação continuada como um pilar essencial para o desenvolvimento profissional, para a valorização da educação e para o fortalecimento da profissão em seu reconhecimento social.

É importante trazermos ao centro da discussão a regulamentação mais recente do Serviço Social na Educação Básica, previsto na Lei 13.935 de 2019, a qual representa um avanço significativo na instituição da Educação enquanto um campo de atuação profissional do(a) Assistente Social. Essa legislação dispõe sobre a presença de Assistentes Sociais e Psicólogos(as) nas escolas, reconhecendo a importância de uma abordagem interdisciplinar que considere as dimensões sociais, econômicas e culturais que impactam o processo educativo. A atuação do(a) Assistente Social no ambiente escolar visa não apenas a identificação e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade, mas também a promoção, integrado à equipe multiprofissional, de um ambiente inclusivo e acolhedor, que contribua para o desenvolvimento integral dos alunos.

Um dos desafios mais prementes que o Serviço Social enfrenta na educação básica é a evasão escolar, frequentemente exacerbada por fatores relacionados às famílias dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Muitas dessas famílias enfrentam dificuldades econômicas, falta de acesso a serviços básicos de saúde e condições de moradia precárias, o que pode impactar diretamente a frequência e o desempenho escolar dos alunos. A atuação de Assistentes Sociais nas escolas é crucial para a identificação precoce de alunos em risco de evasão, permitindo a implementação de intervenções direcionadas que busquem não apenas a permanência dos alunos, mas também enfrentar as causas subjacentes que os levam a abandonar a escola.

A precarização da Política de Educação, acentuada pela Emenda Constitucional 95 de 2016, que instituiu o teto de gastos públicos, tem gerado sérias consequências para a qualidade do ensino e para a permanência dos alunos nas escolas. A limitação de recursos financeiros afeta diretamente a infraestrutura das

instituições de ensino, a formação de profissionais e a oferta de serviços de apoio, como o Serviço Social. Essa situação agrava a evasão escolar e, conseqüentemente, impacta as famílias em situação de vulnerabilidade, que, em muitos casos, dependem da escola como um espaço de proteção e apoio.

Nossa motivação para a pesquisa sobre um tema relacionado à educação, parte do princípio de que a educação, para além de uma Política Pública, é um campo de disputas ideológicas, fértil para a criação e reprodução de valores culturais, de vida social e de trabalho.

A educação pública é um importante campo de disputa, sobre a formação de valores sociais que promovem a autonomia das pessoas e a cidadania e, na lógica capitalista, a formação de mão de obra barata para o mercado de trabalho. Essa dualidade reflete diferentes manifestações sobre o propósito da educação e seu papel na sociedade.

Por um lado, a educação pública tem o potencial de ser um espaço de formação integral, onde os estudantes são incentivados ao desenvolvimento de pensamento crítico, ao aprimoramento de habilidades de resolução de problemas, aperfeiçoamento da consciência sobre seus direitos e deveres como cidadãos. A educação, nesse sentido, é vista como um meio de empoderamento, capaz de instigar a mudança de vida pessoal, a integração de pessoas em grupos sociais e, conseqüentemente, a reestruturação de grupos e comunidades.

Por outro lado, existe a pressão crescente para que a educação pública se alinhe às demandas do mercado de trabalho, priorizando a formação de mão de obra que atenda às necessidades imediatas do mercado, e da economia, a médio e longo prazo. Esta tática antepõe a formação de habilidades tecnicistas à formação social-humanista, o que, na cultura do capital humano, direciona o público à comercialização de certificados profissionais, fundados no discurso da “empregabilidade” e da valorização pessoal, em detrimento de uma formação ampla e crítica.

O Serviço Social, nesta seara, se propõe, para além das suas diretrizes técnico-operativas, como um “agente motivador” para o bem-estar e o desenvolvimento social dos estudantes, na garantia do acesso à educação, na mediação da dinâmica família/escola, além de motivador de discussões sobre pontos cruciais para a melhoria da qualidade da educação, como a promoção da inclusão social (independentemente da origem da pessoa, condições

socioeconômicas, deficiências ou qualquer outra característica), a articulação com a comunidade e o desenvolvimento de projetos sociais voltados para a realidade do público escolar.

A relação Política de Educação/Escola é mediada pelos ditames da economia, onde a educação (especialmente a pública) é moldada e direcionada de acordo com o financiamento da política educacional, sujeito às desigualdades econômicas regionais e locais, à influência das políticas de avaliação voltadas para os resultados, e das métricas de desempenho e indicadores econômicos, etc.

O Serviço Social, nesse contexto, acaba por ter sua atuação realocada para de acordo com os ditames da burocracia educacional, como visto. Em muitos casos, as ações dos profissionais do Serviço Social se focam na inclusão, a qualquer custo, do estudante no sistema educacional. As condições, a qualidade e as particularidades desse ingresso do sujeito na escola, não são primordiais.

Assim, temos o nosso problema de pesquisa: Como as relações sociais de produção condicionaram os avanços e limites da educação pública contemporânea, e direcionam a atuação do Serviço Social em seu contexto?

Em outros termos, as relações sociais de produção construídas no sistema capitalista dependente condicionam o Estado brasileiro em suas possibilidades e limites na execução da Política de Educação. Tendo em vista o(a) Assistente Social como um(a) profissional assalariado(a), imerso na precarização do trabalho nas Políticas Sociais, como se dá o direcionamento do exercício profissional na efetivação do seu Projeto Ético-Político na educação básica?

Nessas condições, é preciso ter em conta que a relativa autonomia do(a) Assistente Social se torna um outro aspecto importante. Embora os(as) Assistentes Sociais atuem dentro de um sistema educacional que pode ser rigidamente estruturado<sup>1</sup>, eles possuem a capacidade de tomar decisões informadas e adaptadas às realidades específicas dos(as) estudantes e comunidades. Essa autonomia permite que os profissionais desenvolvam estratégias criativas e contextualizadas para enfrentar os desafios da evasão escolar e da precarização, considerando as

---

<sup>1</sup> Em termos de organização das instituições educacionais. Por vezes, percebem-se as barreiras impostas para o acesso dos(as) profissionais à população a ser atendida, da mesma forma que a população usuária do sistema educacional encontra barreiras, burocráticas ou propriamente físicas, para o acesso à educação. As instituições são forçadas, por meio das diretrizes orçamentárias, impostas para o funcionamento das escolas, a tomar os rumos que garantam o cumprimento das metas, números e planilhas. A qualidade da educação oferecida, o alcance do público-alvo ou a melhoria da infraestrutura da escola, se tornam pontos secundários.

particularidades de cada situação familiar e escolar.

De modo geral, nas instituições empregadoras, é visto que à atuação do(a) Assistente Social, se impõem desafios específicos, como a burocratização dos processos, a limitação de recursos e o cumprimento de metas que, por vezes, se distanciam da realidade social do público. Observa-se que é justamente nesse contexto que a atuação crítica e autônoma dos(as) profissionais se torna ainda mais relevante, para fazer frente à tendência da mecanização das ações profissionais.

A autonomia profissional é frequentemente confrontada por diretrizes institucionais da Política de Educação, nas políticas administrativas e limitações orçamentárias, que impõem restrições à prática profissional. Os conflitos entre a autonomia do(a) Assistente Social e as obrigações impostas pela instituição educacional são uma realidade complexa e desafiadora, especialmente quando as diretrizes institucionais não estão alinhadas com os princípios éticos e as necessidades reais da população atendida. Essa discrepância pode levar a dilemas éticos, onde o profissional se vê pressionado a seguir normas que não atendem adequadamente às demandas dos usuários.

O nosso objeto de estudo é a realidade da atuação do(a) Assistente Social na política educacional, que analisamos a partir das pesquisas apresentadas nos artigos estudados, também sobre a aprovação da lei que regulamenta a inserção dos(as) Assistentes Sociais na educação básica. Experiências profissionais, estudos de casos nas diversas realidades discutidas nos artigos, e a partir daí, os rumos da profissão, fazem parte do escopo dos estudos que ora desenvolvemos.

As pesquisas e publicações acadêmicas são um meio bastante privilegiado para conhecermos o contexto da prática do(a) Assistente Social, pois apresentam as experiências vividas em realidades distantes, as quais não teríamos acesso – ou não teríamos completamente – via outros meios de divulgação. Além disso, essas publicações incentivam a reflexão crítica, promovendo o debate sobre a estrutura e as normas estabelecidas nas instituições educacionais, contribuindo para novas e melhores formas de gestão das Políticas Públicas.

A evidência empírica apresentada nas pesquisas permite avaliar a eficácia das intervenções, fundamentando argumentações e tomada de decisões com base em dados concretos. Também ajudam a dar visibilidade a questões sociais relevantes, contribuindo para a sua conscientização entre os demais profissionais, e influenciando as Políticas Públicas.

De modo análogo, os artigos publicados em periódicos têm papel central na reflexão crítica sobre as práticas dos(as) Assistentes Sociais na educação, especialmente no que tange à evasão escolar, à precarização da educação pública, à situação das famílias em vulnerabilidade social e à autonomia do(a) Assistente Social.

Para nossa pesquisa, elegemos as produções classificadas sob os conceitos A (que variam de 1 a 5) e B (de 1 a 5), no recorte temporal de 2018 a 2024, que tratam da atuação do(a) Assistente Social na educação básica. Os periódicos classificados como Qualis A1 são considerados os de mais alta qualidade na avaliação da CAPES. Eles passam por um rigoroso processo de revisão por pares e são reconhecidos internacionalmente, apresentando um alto fator de impacto na área em questão, o que indica que os artigos publicados são frequentemente citados.

Os periódicos de classificação Qualis entre A2 a A5 também são de alta qualidade, mas podem ter um impacto ligeiramente menor em comparação com os A1. Embora o fator de impacto seja geralmente menor, as demais classificações dos periódicos têm boa visibilidade e são frequentemente citados, podendo estar indexados em bases de dados relevantes, ainda que não tenham a mesma abrangência que os A1.

As classificações de B1 a B5 referem-se a periódicos de qualidade intermediária. Embora ainda realizem revisão por pares, o processo pode ser menos rigoroso, mas não por isso deixam de contribuir para a divulgação de conhecimento e formas práticas de atuação na Política de Educação.

Em termos de publicações, os veículos acadêmicos classificados sob esses conceitos, são espaços privilegiados não só para a publicação de pesquisas, estudos de caso e análises sobre a formação ou a prática profissional, mas para a troca de experiências e a sistematização de saberes. É por meio de publicações em periódicos de diferentes estratos, que se fortalece a base teórica e prática do Serviço Social, promovendo um diálogo constante entre a academia e a realidade das Políticas Públicas.

Assim, a articulação entre a legislação, a prática profissional e a produção acadêmica se torna essencial para a atuação profissional comprometida com a efetivação de uma educação inclusiva, e para a promoção dos direitos sociais no contexto escolar. O debate mediado pelo Serviço Social, sobre a evasão escolar, a

precarização da Política de Educação, a questão social e sua relação com as famílias e a autonomia profissional, não apenas enriquece a discussão acadêmica, mas também contribui para uma melhor atuação profissional, de forma mais ativa e incisiva nas expressões da realidade escolar.

O foco da nossa pesquisa é como a atuação dos(das) Assistentes Sociais contribui para uma Política de Educação mais ética e eficaz na efetivação dos direitos sociais. Nesse ínterim, consideramos as restrições impostas pelo contexto institucional vigente; as mudanças ocorridas desde a aprovação da Lei 13.935/19; e a realidade da atuação profissional a partir das publicações dos(as) Assistentes Sociais nos periódicos científicos. A reflexão sobre esse tema é crucial para fortalecer a atuação do(a) Assistente Social e promover um serviço que realmente atenda às necessidades da população, garantindo que os direitos sociais sejam respeitados e efetivados na prática cotidiana.

Compreendemos que o trabalho do(a) Assistente Social não é absoluto, devendo ser analisado dentro das limitações e das diretrizes estabelecidas pelas instituições e pelos propósitos das Políticas Públicas. O(A) Assistente Social atua em um contexto educacional onde as relações de poder político, as normativas e demandas institucionais e as expectativas sociais, exercem influência significativa sobre sua prática profissional. Assim, o foco desta pesquisa reside na interação entre esses fatores políticos, institucionais e culturais e a atuação profissional, e como essa realidade afeta a autonomia do profissional. Essa dinâmica contribui para a construção e desconstrução de valores, além de apresentar desafios e oportunidades que emergem nesse cenário.

## 2 ESTADO, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS

A educação, desde seus primórdios, tem como objetivo a transferência de conhecimentos de uma pessoa para outra. Esta relação tem se repetido, influenciada pela necessidade de sobrevivência e de continuidade dos processos que levam à condição de subsistência da humanidade, seja individualmente ou em meio coletivo, de cumprimento das exigências impostas a estes indivíduos no grupo social que participam. Essa transferência, troca de valores empíricos, é tida tradicionalmente a partir da experiência daqueles que mais conhecem a realidade em que os indivíduos estão inseridos: dos mais velhos aos mais novos, isto se considerarmos os princípios básicos do primeiro contato que temos com a educação durante a vida, na infância.

Com o decorrer do tempo, esta ideia de educação se modifica, adquirindo contrastes específicos de uma realidade inteiramente direcionada às necessidades impostas pelas relações sociais às quais nos deparamos diariamente. Dessa forma, é inevitável não nos reportarmos à ideia das relações de trabalho, das relações laborativas organizadoras da vida em sociedade que nos “moldam” – a isso se soma a educação patriarcal, moral e tradicional mencionada anteriormente que recebemos ainda com pouca idade – para de acordo com as necessidades de uma lógica que dita toda a formação social contemporânea: a lógica do sistema capitalista.

A partir daí, a conjuntura social a que nos reportamos e que atualmente compartilhamos da nossa existência, nos impõe exigências para que se reproduzam as relações que ela mesma cria, de forma a prender-nos, mesmo tendo como princípio a liberdade<sup>2</sup>, a um modo de vida ditado para e pela reprodução das relações capitalistas, mercadológicas, de troca de valores e de apropriação. Assim como as mercadorias que são comercializadas, também o são as pessoas que fornecem a sua força vital para a confecção dos bens de consumo, sendo consideradas as pessoas como ‘ferramentas’ para a lida nas linhas de produção. Nessa lógica, se o homem é mercadoria, tudo aquilo que é feito por suas mãos, ou o que é fruto de seu pensamento abstrato, se torna também mercadoria.

Essa conjuntura toma peso e se aprofunda, direcionando politicamente o

---

<sup>2</sup> Liberdade aqui, entendida nos termos do liberalismo, enquanto liberdade de mercado e de o indivíduo vender, “livremente”, mas sem opções, sua mão de obra, e se submeter a qualquer tipo de relação contratual, seja ela tão agressiva e exploradora quanto for.

Estado – guardião do modo de produção – em direção à organização, manutenção e conservação das relações de mercado, lucratividade, exploração e privatização próprias do capital. Inclui-se aí a manutenção das relações de classe, onde as pessoas das classes mais baixas vivem em situação de escassez que os obriga a se submeterem às mais abjetas condições laborativas.

O capitalismo, em seu cerne, carrega a crise como um hiato, uma lacuna, donde se favorece o reordenamento dos sistemas de mercado para a melhoria da execução da produção de bens e mercadorias, o que se expressa quando a conjuntura socioeconômica alcança problemas no ciclo de produção e/ou acumulação. Isso se torna mais visível quando do desequilíbrio entre a produção e o consumo, aumento de preços, excesso de desempregos, falências, etc. Situação essa que requer, na maior parte das vezes – ou quase sempre, se considerarmos a lógica neoliberal – a pronta intervenção Estatal na conjuntura de crise econômica, em seu papel de restabelecimento da reprodução social do capital e do trabalho, aos moldes da apropriação, lucratividade e monopolização liberais dos inícios do séc. XX.<sup>3</sup>

No desenrolar das argumentações aqui apresentadas, traremos uma análise geral das implicações que levaram à estruturação das Políticas Sociais durante o decorrer do período histórico da formação da sociedade brasileira contemporânea. Focando-se nas décadas finais do século XX e na primeira quadra do século XXI, a relação do Estado Brasileiro, enquanto Estado periférico e dependente, para com os países centrais do capitalismo, impulsiona o recrudescimento das expressões da questão social percebidas nas instituições públicas.

Para apontar os detalhes da estrutura das Políticas Sociais no Estado contemporâneo, se faz necessário discorrermos acerca da trajetória histórica/social a que se encontra a organização neoliberal do Estado brasileiro. O propósito final será comentar sobre as implicações no entorno da atuação do Serviço Social na Política de Educação atual, considerando seus moldes sob a influência do neoliberalismo e do modelo de capitalismo dependente brasileiro, tanto a partir de preceitos ideológicos, culturais e econômicos da realidade brasileira.

---

<sup>3</sup> Aqui, partiremos da lógica mais usual, em que se compreende o fenômeno do neoliberalismo enquanto a readaptação de ideias inspiradas no liberalismo clássico de inícios do século XX, que foram implementadas nos anos 1970 e 1980, especialmente na periferia do capitalismo mundial. O neoliberalismo pauta-se em políticas de austeridade, privatização, desregulamentação de mercados, redução de despesas públicas e aumento da privatização na economia.

## 2.1 Políticas Sociais e o Estado neoliberal brasileiro

É notório e de praxe a assertiva de que na sociedade capitalista, o sistema econômico desenvolve ferramentas para a derrubada de barreiras e entraves impostos ao controle da própria expansão do capitalismo. No mais dos casos, essas barreiras são os direitos sociais, trabalhistas e de cidadania, conquistados às duras penas pela classe trabalhadora, via organização e luta dos movimentos operários. Um fenômeno que demonstra esse processo de desmonte das conquistas sociais, é a decadência do Welfare State (PAULO NETTO, 2007. p. 227), nos seus vários tipos e expressões, onde os direitos trabalhistas são tidos como “privilégio” de determinadas categorias, e devem ser flexibilizados; o Estado, agora não mais um garantidor de direitos, mas sim um viabilizador de contrarreformas “[destinadas] à supressão ou redução de direitos e garantias sociais”. Assim,

A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de ‘diminuir’ o Estado e cortar as suas ‘gorduras’, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia. Contudo, melhor que ninguém, os representantes dos monopólios sabem que a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção estatal; por isso mesmo, o grande capital continua demandando essa intervenção [na proteção de seus mercados consumidores]. (PAULO NETTO, 2007. p. 227)

A diminuição da intervenção do Estado na sociedade, no capitalismo dos monopólios, se demonstra por meio de uma propaganda político-ideológica, difundida na forma de valores e princípios de austeridade, de “necessidade de carestia”, para a reorganização das contas públicas. Contudo, seu objetivo real não é a ausência de Estado pura e simplesmente, mas sim a diminuição das ações estatais na efetivação dos direitos sociais, e sua máxima participação no atendimento às demandas do mercado, via empresas e monopólios.

Acompanhando a análise do autor, tem-se que essa ofensiva aos direitos sociais se iniciou contra as reivindicações trabalhistas, e o primeiro grande alvo foi o sistema de Seguridade Social. Sob a égide da flexibilização, como tratado anteriormente, o propósito era de reduzir, deteriorar, amputar a Seguridade Social, em suas instituições executoras e legislações reguladoras. Preparado o terreno, seguiu-se a entrega à privatização dos setores industriais e de serviços, operando todo um processo de desnacionalização das indústrias locais, primeiro nas economias centrais (moderadamente), e depois, com toda a intensidade, nos

Estados dependentes, da periferia global.

É possível analisar, para além dessa perspectiva, que as Políticas Públicas, como a educação, são administradas pelo sistema de governo e fazem parte de um complexo sistema de alienação, criado para interagir no âmago da sociedade, diretamente nas relações sociais, de forma a convertê-las para de acordo com a lógica das relações de troca, orientadas para a atuação no, e pelo mercado de trabalho. Tomando a Política de Educação a partir dos estudos de Mészáros (2008), observamos que em meio às relações sociais que formam a educação brasileira, uma das principais funções da educação formal é produzir a situação de conformidade, provocar um “consenso social” tanto quanto for capaz, agindo a partir de dentro da sociedade e por meio de suas próprias ferramentas institucionais, legalmente sancionadas.

Considera-se que as pessoas têm necessidades físicas e sociais a suprir para a continuidade da reprodução de suas vidas, que são saciadas a partir dos esforços provindos do trabalho, no processo de produção de objetos úteis para respondê-los em suas necessidades. No processo de produção dos bens materiais para o suprimento das necessidades básicas de vida, os sujeitos se voltam à construção da vida material, de maneira que no decorrer dos processos de trabalho, as pessoas criam relações entre si, moldadas pela dinâmica do trabalho.

No campo da produção e reprodução da vida social, não se tem observado somente a apreensão a partir do ponto de vista socioeconômico, mas também as relações entre os indivíduos, seus grupos de convivência e as classes sociais às quais fazem parte, como completa a autora:

Relações sociais estas que envolvem poder, sendo relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais, que têm no Estado uma expressão condensada da trama do poder vigente na sociedade. Mas a produção/reprodução das relações sociais abrange, também, ‘formas de pensar, isto é, formas de consciência, através das quais se apreende a vida social’. (IAMAMOTO, 2009, p. 26).

Este processo que se desenrola no interior das classes sociais e termina por configurar as relações entre as pessoas, gera situações em que submetem os indivíduos a condições de subalternidade e de impotência quanto a sua condição de vida, visto que essa situação os coloca à mercê da fome, desabrigo, desemprego, insalubridade, exclusão social, abandono escolar, etc. Sob essa realidade, tem-se esses reflexos como sendo conjunto das manifestações

provocadas a partir das desigualdades inerentes ao antagonismo entre as classes sociais, ligadas à apropriação dos frutos da produção pelo setor privado, contribuindo com sua monopolização por uma fração da sociedade.

Levando-se em conta a realidade vivenciada pelas pessoas submergidas nessas condições, observa-se o inconformismo destes para com a situação de vida a que se deparam, o que vem a gerar a resistência à realidade que estão inseridos, redundando em manifestações da classe trabalhadora, em busca da melhoria das suas necessidades básicas de subsistência. Nesse contexto, observa-se o nascimento de grande parcela dos direitos sociais como resultado dessas inúmeras lutas travadas pela classe trabalhadora, o que veio a construir uma forma de cidadania no interior da sociedade brasileira, semelhante aos outros países latino-americanos, porém desencadeando-se conforme a realidade social brasileira.

O Estado tornou-se assim o protagonista na condição de regulador dos inúmeros conflitos e das movimentações de classes, passando a regulamentar as Políticas Sociais, porém não se distanciando de seu papel principal de manter e fortalecer a ordem capitalista. Concomitantemente, o Estado transforma-se em um “ente ilusório”, colocado acima das classes sociais, desenvolvendo assim ações cruciais no campo político-econômico para o desenvolvimento da empresa capitalista (IAMAMOTO, 2009).

Neste contexto, a conquista dos direitos sociais do cidadão brasileiro, bem como das Políticas Sociais, forjou-se em meio às lutas, movimentações populares, marchas e debates entre representantes de movimentos trabalhadores e líderes políticos, até que se alcançasse o ponto em que se obteve um consenso entre as exigências requeridas pelos trabalhadores e as propostas passíveis de serem viabilizadas pelos dirigentes governamentais. A social-democracia ganhava assim, espaço na política industrial brasileira.

Partindo da visão de Iamamoto (2009), a educação, seja no Brasil ou em qualquer outro país do mundo, é considerada a maior estratégia para o desenvolvimento pessoal e das potencialidades intelectuais de uma nação. Esta tem como ponto de partida o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e objetiva-se também à interação social e cultural de um indivíduo em suas diversas formas de construção do conhecimento. Os anseios da população para com a melhoria da educação, tem como centro a ideia de que sem ela (ou com ela, mas pautada nas demandas do mercado), nos limitamos a poucas ações, resumidamente, à inserção

junto ao mercado de trabalho e/ou a aquisição de títulos para o aumento da renda daqueles que já ativos.

É evidente que a fraca intervenção estatal na garantia dos direitos sociais, sob a imposição do neoliberalismo, é intensificada pela defesa dos reformadores representantes dos partidos liberais, defensores desta perspectiva. Nessa perspectiva, o Estado não deveria intervir no ajustamento das relações do trabalho, tampouco deveria se preocupar com as necessidades da sociedade, que seriam reguladas pelo mercado. Por outro lado, em contrapartida, o Estado deveria atuar de forma contundente na garantia dos interesses liberais – retornando às suas origens – principalmente no que condiz ao estabelecimento do mercado livre na sociedade.

O neoliberalismo, na sua forma mais recrudesciente, não foi adotado voluntariamente por nenhuma sociedade mundo afora. Este sistema é ferramenta para a limitação e cerceamento dos Estados de capitalismo periférico, eternamente “em desenvolvimento”, por meio do enfraquecimento da sua indústria, dirimindo as universidades, tolhendo pesquisas científicas, incentivando a concentração de renda, influenciando no aumento da pobreza e contribuindo com a gentrificação dos grandes centros e o conseqüente alargamento das periferias citadinas.

De acordo com Behring e Boschetti (2010), podemos contextualizar uma síntese de alguns componentes essenciais da ideologia que serve de fundamento à atuação do Estado em meio à sociedade, o liberalismo, que se encontrava necessariamente ligado à débil intervenção estatal no meio público, por meio de Políticas Sociais. Outra característica fundante nessa corrente é o destaque ao individualismo e suas particularidades na vivência das comunidades, somado ao espírito de competitividade, considerando como sujeito de direito o indivíduo e não a sociedade de modo coletivo, pois a liberdade individual, no que diz respeito às possibilidades da pessoa – direito de ir e vir, compra e venda de propriedades – é uma condição fundamental para o antagonismo entre as classes sociais.

O bem-estar do indivíduo, desde o início do liberalismo europeu, era o ponto de partida para a elevação do bem-estar coletivo. Expressão disso é a famigerada frase de Margaret Thatcher, “Não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos”<sup>4</sup>. Nessa lógica, cada sujeito deveria buscar o bem-estar para

---

<sup>4</sup> Expressão famosa, publicada no livro *The Downing Street Years*, de 1993, onde a ex-primeira-ministra Margaret Thatcher publicou suas memórias, esbanjando ‘sensatez’, sobre suas experiências em seu mandato como líder do parlamento Britânico. E claro, sentenciou, com a exportação e imposição de sua política de austeridade, a morte de milhares de pessoas na

si e os seus, a partir da venda de sua força de trabalho no sistema de mercado, levando assim todos os indivíduos a chegar a uma situação de “bem-estar comum”.

Outro ponto relevante no liberalismo destacado pelas autoras é a naturalização da miséria, que é compreendida como “natural, insolúvel e indissociável”, decorrente da imperfeição da natureza humana, de sua moral, e não da desigualdade produzida pela desproporcional distribuição de riquezas no interior da sociedade de classes. Assim, o Estado deve assegurar a assistência, apenas de forma mínima, àqueles segmentos da sociedade que não têm condições de competir no mercado de trabalho (crianças, idosos e pessoas com deficiência), com ações que funcionem com o efeito paliativo ou “calmante social”.

Com intuito de exercer controle sob a classe oprimida, o regime liberalista defende o predomínio da necessidade, justificando que as necessidades humanas básicas não devem ser totalmente cumpridas, pois tem-se a sua manutenção como um instrumento voltado ao controle do aumento do contingente populacional e da miséria<sup>5</sup>. Para o sistema liberal, o Estado deve exercer apenas ações em complemento do mercado, limitando-se a ordenar as relações sociais com intuito de garantir a liberdade individual, propriedade privada e defender a liberdade de mercado.

As Políticas Sociais, no ponto de vista do liberalismo, não devem ser geridas pelo Estado, sendo que esses auxílios sociais favorecem o aumento da miséria, contribuem para a “acomodação” e fazem perder o estímulo para o trabalho, acarretando risco para a sociedade de mercado (BEHRING e BOSCHETTI, 2010).

A ideologia capitalista da “normalidade” pressupõe que a pessoa se submeta ao trabalho para que assim consiga, com o salário obtido, satisfazer suas necessidades de subsistência e as de sua família. Os que não o conseguem suprir suas vidas a partir do salário que ganham serão censurados socialmente pelas próprias Políticas Sociais, que atribuem ao indivíduo o fracasso, culpando a pessoa e desconsiderando as adversidades que com ela interagem e dificultam-na de prover seu sustento por meio do seu trabalho (FALEIROS, 2000). Toda esta conjuntura ideológica à qual está inserido o jogo de classes e as Políticas Sociais, somente

---

Grã-Bretanha e na periferia do mundo, inclusive no Brasil.

<sup>5</sup> Assim como nos primórdios do capitalismo industrial. A leitura do cercamento de terras em “Os Despossuídos” e “A assim chamada acumulação primitiva”, no Capítulo 24 de “O Capital”, ambos de Karl Marx, são essenciais para compreendermos o contexto da acumulação primitiva. Assim os industriais da época conquistaram o campo para a agricultura capitalista, solo para a indústria urbana e a mão de obra livre necessária para a produção do capital.

pode ser analisada na medida em que se é colocada essa problemática no contexto geral da economia e do Estado capitalista.

O predomínio dos fundamentos liberais no final do século XIX, sob o manto do Estado capitalista, causou opressão à classe trabalhadora e limitações quanto ao acesso às suas necessidades sociais. Mas essa situação de opressão em que se verificava a classe operária resultou em movimentações em favor de melhorias de suas condições de trabalho e de vida, sendo incorporadas ao cerne estatal e convertidas em leis que instituíram condições melhores de vida, porém, de influência acanhada e parcial na vida dos trabalhadores. Medida essa que demonstra o explícito não rompimento entre Estado liberal do século XIX e Estado social capitalista do século XX (PISÓN, 1998 apud BEHRING e BOSCHETTI, 2010), e sim a mudança no panorama estatal, amenizando seus princípios liberais e acolhendo orientações social-democratas, assumindo um caráter voltado ao investimento em Políticas Sociais.

## **2.2 Capitalismo dependente e a periferia**

O fenômeno da globalização do capital criou as novas rotas de mercado, até então inexistentes da maneira que as conhecemos. São novas formas e modelos de comércio sem fronteiras, que passaram a integrar os mercados internos dos países aos mercados externos. Fenômeno esse que intensificou sobremaneira a organização e hierarquização dos Estados em blocos econômicos, onde os tidos como subdesenvolvidos estabelecem relações comerciais com os membros de sua mesma localidade, dentro do mesmo bloco econômico, e concomitantemente, com os países de capitalismo central, em seu respectivo bloco econômico, tidos como hierarquicamente superiores no cenário econômico global (OSORIO, 2014).

No primeiro caso, as relações também são hierarquizadas, entre os membros que compõem os blocos econômicos. No caso dos blocos propriamente ditos, os países no grupo de capitalismo periférico estabelecem suas relações comerciais com os países dos grupos centrais, e estes, para com os subdesenvolvidos, porém, de maneira secundária.

Dessa divisão regional, o fator superioridade/inferioridade, fortaleceu o que era próprio de um capitalismo mercantil e que dominava as relações entre pessoas na dinâmica das relações de produção: a divisão social do trabalho. Nesse contexto

de crescimento econômico e expansão dessa lógica para os mais longínquos confins do planeta, induziu a chamada divisão internacional do trabalho, decorrente da mundialização e que, sob seus efeitos, criou nichos de especialização regionais que impunham a lógica do fortalecimento de determinados setores da produção, ou, como mais comum de ser observado, a especialização em determinados tipos de produção.

Dáí a hierarquia entre os países se criar, em localidades onde antes inexistiam, ou se fortalecer em regiões historicamente ligadas por laços comerciais mercantis herdados de modos de produção arcaicos, como os da servidão da Idade Média. Detalhe importante, considerando-se o percurso histórico já visto, são os propósitos dessa hierarquização, voltados para a dominação e a exploração daqueles países – em alguns casos atuais, regiões inteiras – onde a produção se dá como base da indústria dos países do centro do capitalismo.

O processo de mundialização do capital, tendo em vista esses moldes discutidos em diálogo com Paulo Netto e Braz (2007), implica determinados métodos de produção e reprodução de capital, gerenciados de acordo com a posição do determinado país em sua região, considerando as razões da formação histórica e social de cada determinada região, o que também determinará as diretrizes estatais para de acordo com a complexidade da indústria local. Esclarecendo mais: a mundialização do capital, nessas regiões periféricas do globo, redundou em um desenvolvimento desigual – para utilizarmos a feliz expressão de Trotsky – quando comparado ao ritmo e intensidade do capitalismo dos países centrais.

O desenvolvimento dos Estados do centro global, implicam no ritmo e na dinâmica do capitalismo dos países da periferia do mundo. Os Estados subdesenvolvidos, dependentes, sofrem influência, tanto nos seus processos de política interna quanto externa, nas relações entre os Estados que compõem o respectivo bloco econômico, e deste para com o bloco dos países centrais. Nesse movimento entre as forças internas e externas aos países, se destacam não somente os países mais desenvolvidos sobre os mais atrasados, mas também distingue-se as relações de autoridade/liderança dos países desenvolvidos sobre os de menor desenvolvimento.

Essa relação não se dá exclusivamente em setores diretamente ligados à produção de capital, como a indústria, a extração mineralógica, ou a produção de tecnologias da informação. Completa o autor, que mesmo em Estados

sub-industrializados, uma posição de protagonismo pode ser construída em setores específicos e sem relação direta com a indústria. Exemplo disso, no contexto das relações internacionais, é a atuação brasileira no campo do desenvolvimento sustentável, trabalhado desde a década de 1990, com a Eco-92<sup>6</sup>. No campo diplomático, o Brasil tem se oferecido como mediador em diversos conflitos, utilizando sua experiência e neutralidade para facilitar diálogos entre as partes envolvidas.

Somada a essa realidade, tomando o grupo dos países de menor desenvolvimento, impingidos pelos países de capital central, progridem no sistema capitalista a partir da incorporação de técnicas modernas de produção aliadas à relações econômicas e sociais arcaicas, obsoletas, típicas de tempos remotos daquela região, ou importadas do passado retrógrado dos grandes centros. Esse desenvolvimento combinado, tomando as palavras de Trotsky (PAULO NETTO e BRAZ, 2007), define um tipo de progresso que, diferentemente daquele do centro do capitalismo, não retira os países periféricos da condição de economias dependentes e exploradas, não permitindo a estas qualquer caminho que impulse seu desenvolvimento econômico e social distante das determinações exigidas pelas convenções socioeconômicas dos países centrais do capitalismo.

A lógica imperialista, que define o estágio atual do capitalismo, é a chave para a compreensão de como se chegou a essa fase de dominação/exploração, que se inicia nos pequenos campos escarpados para criação de cabras, da Europa ocidental, para um modelo de relações sociais de total absorvimento do mundo conhecido. É como um sistema econômico mundial, organizado em uma rede estruturada, criada pelo Imperialismo em uma relação de independente/dependente entre as nações e Estados de todo o globo, determinando a manutenção de relações interconectadas onde todos/as são interdependentes entre si, ao mesmo tempo em que prevalecem as hierarquias e as relações de exploração e dominação.

Nesse sistema, localizamos o Estado moderno em um cenário global, onde o papel e a posição de cada Estado determina seu modelo industrial e a sua inserção

---

<sup>6</sup> A Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que reuniu líderes globais para discutir questões ambientais e de desenvolvimento sustentável. O Brasil, como país-sede, teve um papel central, promovendo a Agenda 21 e a Declaração do Rio, além de defender a interconexão entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. O evento resultou na criação de convenções importantes, como a Convenção sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica.

no tabuleiro das relações internacionais. Esta “posição” no sistema produtivo, dispõe os Estados em grupos diferentes (ou blocos econômicos), organizados entre centrais e periféricos, cada qual assumindo particularidades, demandas e competências tendo como referência o capitalismo europeu e estadunidense, ao mesmo tempo em que atende a cena local/regional, do bloco onde se encontra (América Latina, Sudeste Asiático, Continente Africano, etc.).

Osorio (2014), esclarece que no centro desse complexo produtivo mundial – e hierárquico entre seus membros – o Estado periférico se insere na condição de dependente, onde é condenado a exportar matérias-primas de baixo valor agregado (minério de ferro, madeira, petróleo cru), e comprar de volta, na forma de produtos tecnológicos e de maior manufatura, dos mesmos países que compraram suas matérias-primas. Estes últimos, por serem Estados de capitalismo central cuja indústria passou por um outro processo de desenvolvimento (de industrialização real e não sub-industrialização), mantém a relação de dependência da periferia, sustentada pelas relações de mercado exploratório, controle financeiro por meio da moeda internacional e a desestabilização de governos (à força, se necessário) dos Estados periféricos que demonstrarem crescimento econômico que possa retirá-los da condição de dependência.

Nestas condições, a estrutura capitalista da própria formação histórica e econômica do Estado periférico, que dá fundamento ao modelo de exploração neoliberal, determinará suas relações de classe, influenciará setores do Estado e de grande parte da totalidade dos campos políticos e organizações sociais, proporcionando o ambiente favorável para a superexploração<sup>7</sup> da classe trabalhadora.

No capitalismo dependente, as relações entre os Estados tendem ao agrupamento em blocos econômicos – tal como acontece no capitalismo central – orientados por relações de poder e dominação entre seus membros, o que incentiva o levantamento de restrições à própria soberania dos Estados menos desenvolvidos (de indústria em desenvolvimento), colocando-os em uma condição de

---

<sup>7</sup> A superexploração – termo trabalhado por Jaime Osorio em “O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder” – é um conceito que não se refere somente a exploração física da pessoa e ao desgaste precoce da força de trabalho, mas também ao desgaste do seu tempo de vida e do seu conjunto de valores, símbolos e percepções que compõem sua visão de mundo e modo de pensar; o senso cultural do indivíduo é separado deste, substituído pela lógica do trabalho pelo trabalho. A cultura é reduzida às atividades de satisfação dos impulsos imediatos (álcool, sexo, jogos de azar, ‘liberdades individuais’, etc.).

subsoberania, concentrando suas relações a espaços específicos no sistema capitalista mundial (OSORIO, 2019). Este é um fator central quando se trata de Estados que enfrentam emergências econômicas e sociais, em termos, principalmente, de manutenção da reprodução da estrutura capitalista nas especificidades da sua regionalidade, o que os subordina à influência dos outros Estados com maior exercício de soberania – considerando aqui que se tratam de Estados em diferentes espectros de desenvolvimento industrial, bélico, tecnológico; de capitalismo central, com propósitos imperialistas ou de subdesenvolvimento.

O desenvolvimento do Estado no capitalismo dependente sofre diversas consequências em termos de desenvolvimento social e regional, pois além da reprodução do capital baseada na superexploração da classe trabalhadora, temos o direcionamento da produção industrial para os mercados estrangeiros – geralmente de produtos de baixo valor agregado – ou, em menores casos, para o pequeno mercado interno. Esse processo, coadunado à desigual concentração de riquezas, segue a linha mestra do padrão de produção neoliberal, desconsiderando as necessidades da grande parcela da população trabalhadora.

Esse processo de superexploração do trabalho se configura na apropriação de uma parte – para além do que já é apropriado – daquilo que é do trabalhador, para sua sobrevivência: sua força física, seu tempo de vida. A esse processo de exploração física, se entrelaçam outros processos de manipulação do imaginário social, de deformação ou de corrupção do significado das coisas. Tem-se a criação de um consenso, atribuindo à realidade, por meio de seus símbolos, códigos e significados sociais, outros valores, para além daquilo que ela realmente é.

O marcador aqui é: a ideologia dá suporte à criação do consenso que leva o trabalhador a ver a brutalidade da exploração de seu próprio corpo de forma “atenuada”, mesmo sem a diminuição das horas de trabalho e frequência laboral, além de não questionar a “normalidade” e a “naturalidade” com que a exploração do seu trabalho se dá. Isso se efetiva baseado na ideologia neoliberal da culpabilização do indivíduo pelo seu “insucesso”, aliada à anulação da sua consciência de classe, condicionando a pessoa permanentemente ao status de culpado pela sua realidade deplorável.

É necessário observar além disso que, nos três mecanismos considerados [– a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua

força de trabalho –], a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2000. p. 125-126).

Os reflexos da questão social se espriam pela camada populacional que vende sua mão de obra, que tende ao subemprego, ao desemprego, ou mesmo ao desalento<sup>8</sup>. O aumento das taxas de desemprego e as péssimas condições de trabalho, são usadas como ferramenta ideológica para despertar o ânimo dos trabalhadores ativos, para que estes suportem a pressão da intensidade do trabalho e as jornadas cada vez mais exorbitantes. O que resta aos pobres-diabos que movimentam as engrenagens, no mais das vezes, é o medo de não integrar o mercado de trabalho e da escassez decorrente disso. É um sentimento de valorização da “oportunidade” de serem empregados em um trabalho formal.

Essa conjuntura comumente funciona atrelada ao forte exercício do poder político, que de maneira brutal e corriqueira, onde o Estado exerce seus poderes coercitivos por meio dos seus braços militares e policiais. Com a barbárie instaurada, reinam os conflitos sociais, a segregação classista se eleva impulsionada pela alta concentração de riquezas nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que a maioria padece na miséria. Nessas circunstâncias, são postos em xeque o sentido de comunidade, a integração social, a cidadania. O ponto de apoio que resta são os hábitos e tradições das populações originárias e povos tradicionais – onde ainda se manifestam e têm peso na sociabilidade local – somados às religiões, atuando em conjunto para prestar alento às pessoas e comunidades.

De modo geral, o mercado de trabalho dos países periféricos se distingue do mercado dos países de capitalismo central, o que influencia no planejamento e direcionamento da educação na periferia, de acordo com as necessidades mercadológicas dos países dominantes. Leher (1999, p. 8), esclarece: “o trabalho,

---

<sup>8</sup> No contexto socioeconômico, o estado de desalento refere-se à situação em que pessoas ou grupos de pessoas, apesar de estarem disponíveis a trabalhar, desistem de procurar emprego devido à falta de oportunidades ou porque suas tentativas de conseguir um trabalho são inúteis. Esse fenômeno é frequentemente associado a altas taxas de desemprego, crises econômicas ou condições de mercado de trabalho desfavoráveis.

nas periferias, está excluído do mercado de trabalho fundado no conhecimento científico avançado”. Em outras palavras, a economia central dita o modo em que o trabalho nos arredores se configura, de maneira que a o adaptarem para de acordo com as condições econômicas da nação periférica em questão: de forma subordinada e limitada na confecção de mercadorias de baixo valor agregado, demandando trabalho pouco qualificado e indústria de pequena capacidade técnica.

Nos Estados nesta condição de dependência (MARINI, 2000), as Políticas Públicas também são comprometidas, considerando a primazia das ações estatais voltadas para a manutenção do mercado, tendo como base seus espaços próprios no capitalismo mundial, além das problemáticas inerentes à sua regionalidade. A educação, enquanto um direito social, assim como os direitos sociais como um todo, são pilares que já não se sustentam (ou sequer existem) nessa lógica de superexploração, hiperfragmentação das classes sociais, e subsoberania Estatal.

Na leitura dessa realidade, a partir da interpretação de Bretas (2020), é necessário ter em mente um cenário em que as Políticas Sociais são postas a serviço do capital financeiro, de modo que suas configurações giram em torno do debate orçamentário. É importante partirmos da crítica da economia política, bem como ao estudo da política econômica, com estudo que associe (ao contrário das tendências conservadoras) as questões técnicas às questões políticas, como forma de desvelar os interesses que impulsionam as determinadas medidas que reconfiguram as Políticas Sociais no Estado contemporâneo.

### **2.3 O capital humano e as Políticas Sociais**

Tomando o caminho pelo qual se desenvolvem as Políticas Sociais na década de 1990, onde, em meio à crise inflacionária herdada da década anterior, o Estado se dedica ao restabelecimento da lucratividade, lançando mão da reestruturação produtiva, incentivando aberturas financeiras somadas às privatizações e ao fortalecimento da posição nacional, em relação ao capital mundial, na condição de dependente. Ademais, as narrativas governamentais de combate à então chamada “crise fiscal”, a inflação crescente e a desvalorização da moeda, serviram como base de sustentação para dificultar a efetivação das Políticas Sociais, no modelo proposto pela Constituição de 1988.

Com isso, foi comprometida a garantia de direitos que haviam sido conquistados formalmente e que, dada a conjuntura pós-1988, acabaram tendo muita dificuldade para sair do papel. Mesmo neste cenário, dadas as lutas da classe trabalhadora e as conquistas da Carta Magna, importantes alterações foram implementadas ao longo dos anos 1990 e 2000, dentre as quais destacamos a estruturação da seguridade social, que, mesmo distante de sua formulação original, imprimiu mudanças substantivas considerando sua inexistência no período anterior. (BRETAS, 2020. p. 214)

Vê-se, assim, a participação determinante do Estado brasileiro, como alicerce do neoliberalismo crescente, sob os moldes do capitalismo dependente e apoiado pela produção configurada pela superexploração; projeto neoliberal de dominação da classe burguesa, demandante da riqueza produzida materialmente, além dos recursos do fundo público e da constante diminuição da participação Estatal nas políticas de redistribuição de recursos, em resposta à crise da década de 1980 e às Políticas Sociais legitimadas pelos direitos constitucionais.

As lutas em busca da reversão das reformas estabelecidas neste período, não impediram, de todo, o projeto neoliberal em curso. Mesmo com as lutas e tensões entre as classes, surgiram estruturas cada vez mais aprimoradas de expropriação da classe trabalhadora, que somados à superexploração, alimentavam a acumulação capitalista e a retirada de direitos sociais. Dessa forma, nas palavras da autora, o neoliberalismo seria a estratégia definitiva que levou a vitória das classes dominantes, junto a inúmeras perdas para a classe trabalhadora.

Nessa direção, Mandel (1982) tem no Estado o “parteiro do capitalismo”, atuando como ferramenta de articulação e manutenção do sistema de produção e acumulação capitalista; tem o poder – ou a obrigação – de planejar e executar soluções para os momentos de crise do capital. Entender o Estado e seu papel na sociedade contemporânea requer um exercício de reflexão histórica que considere as suas bases de formação na modernidade, seu gerenciamento para com o cercamento dos modos de produção, a exploração da mais-valia, e finalmente, sua influência ideológica nas próprias relações entre os indivíduos.

O processo de produção dos bens materiais para o suprimento das necessidades básicas de vida dos sujeitos, voltam estes à construção da vida material, de maneira que no decorrer do seu processo de trabalho as pessoas criam relações entre si. Dessa maneira, no campo da produção e reprodução da vida social, não podemos nos deter apenas no ponto de vista socioeconômico, mas também devemos considerar as relações entre os indivíduos, seus grupos de

convivência e as classes sociais às quais fazem parte.

Nessa perspectiva, as Políticas Públicas, como a Educação, fazem parte de um complexo sistema de alienação, criado para interagir no âmago da sociedade, diretamente nas relações sociais, de forma a convertê-las para de acordo com a lógica das relações de troca, orientadas para a atuação no, e pelo mercado de trabalho. Dessa perspectiva, observamos que a Política de Educação, a partir dos estudos de Mészáros (2008), em seus traços ideológicos/consensuais que medeiam suas relações sociais, tem a criação de um “consenso social” como uma de suas funções principais, produzindo a situação de conformidade, como uma ferramenta de apaziguamento e de perpetuação da lógica de mercado. A educação enquanto geradora de consenso social é construída a partir de dentro da sociedade; é uma ferramenta como outras, institucionais, midiáticas, jurídicas, que conferem legitimidade social, legalmente sancionadas.

Esse consenso está ligado às questões culturais envolvendo a criação da consciência daquilo que representa a educação na sociedade, em conformidade com os valores simbólicos e de sentidos, dados às Políticas Sociais em cada período histórico. Atualmente, à lógica da formação de mão de obra barata, soma-se a lógica da “meritocracia”, da construção da imagem da “empresa-pessoa”. Num movimento de investimento em si mesmo, de adorno da mão de obra para a venda, o objetivo é aumentar as chances de contratos de trabalho – os mais precários possível – na esteira do dito popular: “é melhor a exploração do que não ser explorado”.

Dentro dessa lógica mercadológica de educação, existe a tomada de consciência, que se espraia culturalmente, de resignificação da educação em termos conceituais, que afetam também suas bases técnico-profissionais. Mais especificamente: a educação deve portar um propósito concreto, prático e material, de onde se possa observar resultados úteis ao sistema. Partindo daí, tem-se a educação, etimologicamente, atrelada conforme os objetivos almejados pelo sistema capitalista contemporâneo, em seus processos de reprodução técnica, de resultados e valores.

Assim, educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente; significa aperfeiçoar uma pessoa moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática; e, por fim, significa exercitar,

disciplinar ou formar habilidades, como, por exemplo, aperfeiçoar o gosto de uma pessoa. A ação ou processo de atingir um ou mais desses objetivos é, em primeira aproximação, o que se pode entender por educação. (SCHULTZ, 1973. p. 18)

É no âmbito da produção e reprodução técnica, focada nos resultados, que os valores da educação se alteram, seguindo a lógica da instrução – como absorção de instrumentais teóricos para a reprodução de uma determinada lógica – aqui atrelada fortemente ao desenvolvimento econômico, aos índices de geração de renda, e mobilidade/dinâmica social. Nesse esteio, a Teoria do Capital Humano busca estabelecer-se como um dos elementos explicativos do desenvolvimento e equidade social, e como uma “teoria da educação”, que a analisa sob o viés positivista, dividida entre parâmetros desconexos, tomando a educação como um campo de estudo para a instrução sistemática.

Nesse sistema, a educação é tomada como uma ferramenta para o melhoramento da qualidade dos fatores, sejam humanos ou mecânicos, que representam o crescimento econômico e de produção. A instrução, como elemento principal da educação, é fator chave para a produtividade, derivada do esforço humano; a pesquisa universitária devotada à ciência e à tecnologia, como fontes de crescimento econômico. Em suma, o conceito de Capital Humano traz a educação como um fator de crescimento econômico (tendo em mente a educação limitada à instrução técnica), baseado na lógica de que um elevado nível de instrução de uma população, a partir de investimentos Estatais substanciais, resultaria na Educação como uma fonte de crescimento (SCHULTZ, 1973).

A partir do ponto de vista das quantidades globais da produção de riquezas (o autor chama de macroeconomia) e as relações entre as mesmas, excluindo-se da análise os comportamentos individuais, o sistema do capital humano se forma como um derivado – ao mesmo tempo que um complemento – da teoria do desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, para um Estado ultrapassar a condição de pré-capitalismo em seu sistema produtivo, é necessário que este conte com crescentes percentuais de acumulação, em um período não tão longo, e a partir do aumento da desigualdade. A longo prazo, e com um sistema econômico fortalecido, haveria, naturalmente, a redistribuição da riqueza produzida<sup>9</sup>. Seguindo

---

<sup>9</sup> Esse ponto lembra a famigerada frase de Delfim Netto, Ministro da Fazenda no período da Ditadura Militar: "É preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo". Essa ideia enfatiza a importância de expandir a economia a qualquer custo, com a expectativa de que a renda seja distribuída de forma natural à medida que o "bolo" se torna maior, garantindo que todas as pessoas tenham acesso a ele.

essa lógica, o nível de crescimento então atingido resultaria em mínimas taxas de desemprego, e conseqüentemente haveria o aumento da produtividade e a transferência dos índices de baixa renda pré-capitalistas para o domínio moderno da produção, aumentando a distribuição salarial.

O conceito de capital humano, que constitui o construtor básico da economia da educação, vai encontrar campo próprio para seu desenvolvimento no bojo das discussões sobre os fatores explicativos do crescimento econômico. A preocupação básica ao nível macro-econômico é, então, a análise dos nexos entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico de um país. (FRIGOTTO, 1993. p. 39)

A educação nesse sistema, é considerada como a matriz produtora e potenciadora da capacidade de trabalho, tornando-se simplesmente um investimento como outro qualquer, tornando-se o principal fator do Capital Humano. Sua função é a de produtora de capacidades intelectuais, de transmissão de conhecimentos para o gerenciamento de ações técnicas que aumentem a capacidade de trabalho e de produção, variando de acordo com as especificidades da função do trabalhador na esteira de produção. A educação, assim configurada, torna-se o fator fundamental para a determinação das diferenças econômicas e de capacidades laborativas, além das diferenças de produtividade e de renda.

A Teoria do Capital Humano é enfraquecida pelas críticas ao seu método de análise, que propõe a mensuração da contribuição da educação para o crescimento econômico – em termos da macroeconomia – em que há debilidade nas ações e pesquisas que buscam prever os impactos concretos da educação sobre o crescimento. Impactos estes propostos pela mesma tese da educação como fonte de crescimento econômico. O ponto de partida é a visão positivista herdada – ou até deslocada – das ciências duras como a Física, para as Ciências Sociais, tomando os fenômenos sociais e econômicos como manifestações típicas da esfera da natureza.

Uma das preocupações fundamentais do pensamento econômico burguês é veicular a ideia de que a economia é uma ciência neutra, isto é, que existe uma independência entre os valores e posições do pesquisador e o processo de investigação. A economia, neste sentido, expungida de valores, envolve apenas uma busca imparcial de verdades econômicas. Seu método de investigação será, pois, um método positivista, isto é, que busca apenas fazer afirmações positivas acerca de fatos verificáveis. (FRIGOTTO, 1993. p. 54)

---

Neste contexto, o "bolo" representa a riqueza do país. O tempo mostrou que o bolo cresceu, mas poucos comeram fatias dele. O momento da divisão, nunca chegou.

Essa tomada de posição metodológica faz com que a Teoria do Capital Humano se desloque da esfera macroeconômica para a microeconômica, o que implica dizer, com isso, que no âmbito microeconômico, o trabalhador é considerado, do ponto de vista da produção, como um amálgama de trabalho braçal e instrução (ou educação). E mais que isso: o indivíduo é o criador de suas próprias capacidades de produção, onde se tem o “investimento humano” como o dispêndio de gastos que ele mesmo deve executar – ou que o Estado faz por ele – em treinamento (capacitação, educação) para o aumento da sua própria produtividade. Em outras palavras, um “investimento” qualquer em educação, resulta em um acréscimo equivalente de produtividade. Segue-se o mesmo para a renda, onde esta é tida como resultante da produtividade: onde se tem uma parca produtividade, se tem uma parca renda correspondente<sup>10</sup>.

Nesse raciocínio, tem-se a educação como um instrumento eficaz para a criação de consenso a respeito da relação entre qualificação, distribuição de renda e de regulação social. No entanto, esse deslocamento do campo de análise, do macro para o micro, não altera os rumos da Teoria do Capital Humano, pois não são levadas em consideração, na lógica “investimento em educação = elevação de produtividade = aumento da rentabilidade”, questões atinentes aos monopólios, a divisão social do trabalho, modelo de Estado dependente, e toda a sorte de apropriação privativa dos lucros e mais valia.

[...] A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva de redimir o sistema educacional de sua ‘ineficiência’ e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – o ‘capital humano’. A educação, para essa visão, se reduz a um fator de produção. (FRIGOTTO, 1993. p. 121)

É importante salientar que a lógica da construção das próprias habilidades, algo como uma “empresa de si mesmo”, insere-se na visão de mundo e na realidade social e cultural das pessoas, condicionando os significados da realidade a partir da ótica burguesa, criando, ou dando formas mais amenas à competição inerente do capitalismo contemporâneo. O cerne da questão é a responsabilização do indivíduo,

---

<sup>10</sup> Devemos destacar que essa lógica é tida como um atrativo para o mercado educacional, e não é observada na realidade de determinadas categorias de trabalho, onde existe uma boa formação profissional e a produtividade é alta, porém não acompanhada em paralelo pela renda. Em setores como educação infantil, cuidados de saúde, telemarketing, limpeza e varejo, a alta produtividade muitas vezes não é acompanhada por remuneração condizente, mesmo em casos de profissionais altamente qualificados.

em que a desigualdade social, de renda ou de propriedade, é de inteira responsabilidade do sujeito. Este fenômeno causa a separação da sociedade não em classes, mas em estratos, onde aqueles que se esforçam mais, fazem mais sacrifícios das horas livres e poupam dinheiro para investir, alcançam mais “prosperidade” (FRIGOTTO, 1993).

Falando de outra maneira: a estratificação decorre de uma analogia do mecanismo de “concorrência perfeita”, onde os indivíduos ascendem posições na hierarquia social segundo o critério de mérito, definido unicamente a partir dos talentos e motivações pessoais, o que não admite regulação social a partir dos direitos sociais, ou considera a influência das questões econômicas sobre a vida social – a menos que seja em análises pró-mercado. O modelo meritocrático supõe que a equidade social (e o poder entre as categorias) é fruto das aspirações pessoais e das decisões particulares da pessoa.

Um dos pontos fulcrais do emprego do neoliberalismo é na dissolução dos direitos sociais, e no conseqüente enfraquecimento das instituições públicas destinadas a materializá-los. A visão meritocrática da sociedade capitalista moderna, centrada no economicismo, um dos braços neoliberais, baseia-se na necessidade de destruir a lógica dos direitos sociais que garantem a cidadania, além de impor a racionalidade mercantil, fundada na ideia de que os indivíduos se realizam por eles próprios, enquanto proprietários, e como consumidores racionais. No fim das contas, o que se tem é a exacerbação dos valores de que é preciso esforçar-se, trabalhar e competir, ser um “consumidor racional”, responsável e empreendedor. Uma guinada ao atraso, aos inícios do século XX e ao liberalismo clássico, que prometeu tudo, e não entregou nada<sup>11</sup> (GENTILI, 1995).

Esta macrovisão é a que orienta a maior parte dos discursos e também as configurações em matéria de políticas educacionais, especialmente aquelas formuladas em países de capitalismo dependente. Dessa forma, com a esfacelamento social subjugado à lógica do capital em todas as áreas da vida humana, não se pode vislumbrar outra consequência senão a de intensificação das desigualdades sociais, somada a marginalização e exclusão social, o aumento dos

---

<sup>11</sup> O liberalismo, na época em questão, era dado como a saída para o desenvolvimento econômico e industrial, para a geração de riquezas e fortalecimento dos mercados nacionais. As repetidas crises econômicas minaram suas expectativas, e ao fim da Segunda Grande Guerra o liberalismo deu lugar à social-democracia. Esta, viabilizada pelos movimentos de reconstrução e reestruturação dos mercados locais e regionais, espalhou-se pelo assim chamado “ocidente”, dispondo o substrato para políticas estatais de emprego e renda, conquista de direitos sociais e alguma cidadania.

privilégios dos pequenos grupos, que detém os meios de produção de riquezas e a legitimidade do poder instituído.

Para fazer frente à situação de barbárie que se sobrepõe à democracia, precisamos de novas práticas políticas, novos discursos e novas formas de enfrentamento à brutalidade da realidade vivida pela grande massa de trabalhadores. Nesse enfrentamento, é necessário à classe trabalhadora – autonomamente organizada – o desenvolvimento das reivindicações por uma Educação pública, gratuita, laica, emancipada dos propósitos do mercado, de maneira a se tornar um instrumento de formação humana, de construção de uma sociedade mais distributiva, equitativa e democrática. E principalmente, considerando que essa mesma realidade, com seu viés ideológico, também tem mudado nossa sociabilidade, conceitos e valores, redundando em práticas políticas que são hoje pouco convincentes aos olhos da grande população superexplorada, desencorajando-a, dando fim às esperanças e submetendo-a à desintegração de suas próprias vidas.

### 3 SOBRE POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Na sociedade brasileira, assim como em qualquer sociedade vizinha à nossa, observa-se que o processo de venda da mão de obra da pessoa para o mercado de trabalho torna-se desgastante, e por vezes torturador, o que acaba por saturar as pessoas, que revidam, em busca de melhorias das suas condições de vida e trabalho. As organizações de trabalhadores investem em protestos e reivindicações, que influenciam a tomada de decisão das instituições governamentais para a criação de Políticas Públicas direcionadas. Obviamente esse processo não se dá sem confronto, seja em debates institucionais, ou repressão física, no caso das reivindicações de rua.

Depois de efetivadas, essas mesmas Políticas Sociais não deixam de expressar a violência Estatal por outras vias, agora com violência indireta, que continua a atingir as pessoas a longo prazo, por meio da precarização das instituições públicas, do desmonte dos direitos trabalhistas e da diminuição do acesso da população aos programas sociais.

Entretanto, ao analisar as Políticas Sociais a partir da realidade brasileira, é necessário partir de um olhar centrado no contexto do desenvolvimento capitalista na periferia – como discutido acima – pois considera-se que o Brasil não se constituía em figura presente nos movimentos iniciais da Revolução Industrial, o que levou o capitalismo periférico a se desenvolver de forma diferente (BEHRING e BOSCHETTI, 2010) em comparação ao que se procedeu nos países de capitalismo central, apesar de a periferia do mundo sustentar as características essenciais do modelo europeu.

Nas sociedades de capitalismo central, sob as consequências da grande crise do capital de 1929-1932, somados os efeitos econômicos advindos da Segunda Guerra Mundial, firmou-se a necessidade da regulação do aparelho Estatal em ações voltadas ao liberalismo econômico e ao enfrentamento dos projetos de coletivização dos meios de produção<sup>12</sup>, o que veio a exercer influência nos países de capitalismo periférico. De acordo com Behring e Boschetti (2010),

---

<sup>12</sup> As Superpotências do pós-45, União Soviética e Estados Unidos, dividiram o mundo em dois blocos (principais) antagônicos entre si, e disputavam as economias vizinhas (ou distantes) para trazê-los à sua área de influência. As disputas decorrentes disso se estenderam para além das fronteiras dos países em guerra, e se espalharam por todos os continentes no período da Guerra Fria, inclusive a América Latina.

[...] o 'consenso do pós-guerra' [subida ao poder dos partidos social-democratas] permitiu o estabelecimento de uma aliança entre classes, o que só viabilizou-se devido ao abandono, por boa parte da classe trabalhadora, do projeto de socialização da economia. As alianças entre partidos de esquerda e direita [dos países ocidentais] também asseguraram o [...] chamado *Welfare State*. (BEHRING e BOSCHETTI, 2010, p. 92). [grifo nosso].

As Políticas Sociais, sob essa perspectiva, são apresentadas aos grupos sociais, cujas pessoas são classificadas por idade (infância, jovens adultos e idosos), ou por critérios de normalidade/anormalidade (enfermos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de invalidez permanente, desamparados sociais, pessoas em conflito com a lei, etc.). Este tipo de classificação dos públicos-alvo das Políticas Sociais, ao mesmo tempo em que as divide e as fragmenta, tem por objetivo controlá-las e etiquetá-las, isolando-as e caracterizando-as como tal.

Apesar de serem conquistas da classe trabalhadora, as Políticas Sociais compõem meios de disciplinamento ainda explícitos, que segregam, rotulam e excluem camadas distintas na conjuntura social. Ainda segundo as autoras, as Políticas Sociais, inclusive a educação, também funcionam como medidas de fragmentação, controle e isolamento dos grupos sociais, considerando o nascimento e o desenvolvimento das ações das Políticas Públicas no modelo de sociedade liberalizada. Nessa dinâmica, as Políticas Sociais se apresentam como medidas de controle e balanceamento entre as mazelas do capitalismo tardio e a superexploração da força de trabalho, contribuindo para a implementação de uma ordem social onde se tenta "remediar os extremos".

Assim, tem-se a Política de Educação, formada por diferentes níveis e modalidades de ensino voltados ao público, organizados de acordo com as características do público-alvo e sua interação entre os espaços ocupacionais, considerando as legislações, ações dos entes governamentais, profissionais atuantes e instituições reguladoras (CFESS, 2013).

[...] pensar a educação como dimensão da vida social significa compreendê-la em sua relação com o trabalho, seguindo uma tradição de análise inaugurada por Marx [...]. O trabalho é a atividade fundante do ser social por ser a atividade que o distingue dos demais seres naturais, a partir da qual se instaura e se desenvolve sua própria humanidade como produção histórica e não como mero desenvolvimento da natureza. (CFESS, 2013, p. 17).

De acordo com essa análise e, também em consonância com o entendimento de Mézáros (2008), o modo de produção capitalista, enquanto meio composto por relações sociais, submete a relação do ser humano com a natureza às vontades de uma classe em específico (classe burguesa), justamente aquela que exerce o domínio sobre a classe subordinada, produtora da riqueza social. Esse fenômeno transforma o trabalho em ferramenta para a dominação e a exploração, tendo em vista a condição do trabalhador de ter de vender sua mão de obra para suprir as necessidades básicas de vida. As formas de sociabilidade próprias das relações capitalistas só se sustentam a partir de um amplo e complexo processo de alienação, que transforma as relações sociais em relações de troca, orientadas para e pelo mercado, como completa o autor:

Nesta perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou 'consenso' quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada [...] mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a [...] tarefa de romper a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. (MÉSZÁROS, 2002 apud CFESS, 2013, p. 45).

Dessa forma, a educação, na lógica do capitalismo tardio, transforma-se em um acervo de práticas sociais contribuintes para a internalização dos “consensos” necessários à reprodução da lógica do mercado. No entanto, a partir da análise do autor, considera-se que é também a partir dessa mesma dinâmica, que se estabelecem as possibilidades de construção de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um largo processo de organização dos trabalhadores e da educação como atividade humana auto realizadora.

Seguindo a ótica do autor e, considerando também os “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, documento elaborado pelo CFESS (2013), nessa mesma sociabilidade podemos construir uma nova concepção de educação, que tenha como princípio a emancipação e a autorrealização da pessoa enquanto ser social, que possibilite o crescimento pessoal e a formação de cidadãos conscientes de sua classe social, como sujeito de direitos, de forma que não tenham seus valores voltados moldados aos interesses econômicos e das relações do capital.

Debater sobre emancipação, exige que também tratemos da garantia do respeito à toda a diversidade que forma o caráter humano no meio social, considerando a livre orientação e expressão sexual e de identidade de gênero, ponto sem o qual, torna-se impossível qualquer organização e/ou viabilização de modelo digno de educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica.

Em Coutinho (2006 apud BEHRING e BOSCHETTI, 2010), temos que a perspectiva democrática é fundamental para a construção dos movimentos de emancipação humana. Portanto, uma abordagem educacional baseada nesse princípio deve necessariamente fortalecer os processos de socialização política e de distribuição do poder, considerados essenciais para a superação da ordem burguesa.

A essência do que consideramos “propostas emancipatórias” é a defesa da ideia de que, pela educação, as situações de extrema pobreza e condições de subdesenvolvimento, verificadas em grande parte das comunidades formadoras da sociedade brasileira, seriam superadas, tendo por meio da educação a possibilidade de o indivíduo se tornar o idealizador e o realizador da própria trajetória de vida. Em consonância com CFESS (2013), a liberdade humana seria alcançada por meio da formação técnica, voltada para a capacidade de trabalho das pessoas, e crítica, para a condição de construção ético-política da vida social de forma equitativa. A educação é parte primordial em qualquer dos vieses: pode ser ferramenta para a alienação mercadológica, ou pode se tornar ferramenta para servir à formação humana integral.

Neste discurso, evidencia-se a intenção política de promover a transformação social das condições de vida das pessoas por meio de um planejamento e organização educacional mais eficazes. A educação assume, assim, a responsabilidade de formar indivíduos capacitados a elevar a sociedade a um nível de desenvolvimento que atenda às expectativas de equidade, igualdade e acesso às oportunidades proporcionadas pelo mundo globalizado, além de fomentar uma consciência crítica que permita a superação dos padrões consumistas e a construção de um futuro mais sustentável e justo.

Nessa perspectiva, sob o ponto de análise de Faleiros (2000), é mister considerarmos o desenrolar histórico da crise econômica da década de 1970, com a crise do petróleo e a sua grande “descoberta” de que se tratava de recurso não-renovável. Pois o fato foi utilizado como pretexto para políticas de austeridade

fiscal, controle de gastos e rigor econômico, que resultaram em medidas austeras para com o controle dos gastos públicos, além do cerceamento das Políticas Sociais e desmonte dos direitos trabalhistas básicos. Este momento histórico ficou marcado pelos conflitos nas relações internacionais a partir das variações de preço do commodity em questão, iniciando o planejamento e espraiamento do neoliberalismo para as periferias do globo.

Consideramos que essas movimentações no mercado de commodities tiveram impacto na formação das Políticas Sociais após esse período, no início da década de 1990, em meio à reestruturação capitalista, para a implementação do neoliberalismo. Embora fosse nesse período em que se efetivaram as transformações sociais neoliberais no Brasil, tivemos iniciativas de cidadania, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais, garantindo a participação democrática na vida política.

Nos anos após a promulgação da Constituição, as forças do mercado financeiro – do capital internacional – utilizando do lobby<sup>13</sup> político, atuavam para o desmantelamento dos direitos básicos conquistados, o que iniciou a fase de súbita guinada à direita, que se acentuou paulatinamente até meados do segundo decênio do século XXI

No começo do novo século, o investimento em Políticas Públicas já se demonstra de forma diferenciada das propostas de inclusão cidadãs que se tinha há alguns anos, agora se tratando de políticas de adequação ao viés econômico, cultural e social, desempenhando papel decisivo para o conjunto de exigências de financeirização ao campo da educação, como processos

[...] vinculados exatamente às suas funções econômicas e ideológicas, estratégicas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo: a garantia de uma formação técnica flexível, adequada às exigências dos novos padrões de produção e consumo e às variações do mercado de compra e venda da força de trabalho, assim como a garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade (ALMEIDA, 2000, *apud* ALMEIDA, 2003, p. 3).

Refletindo a respeito da educação pública em paralelo ao desenvolvimento de mercado – sob influência deste –, de acordo com a análise de Leher (1999), é

---

<sup>13</sup> Lobby, ou lobby político, é a prática exercida por grupos ou indivíduos, de influenciar decisões de legisladores e/ou autoridades governamentais, a respeito de criação e/ou (des)regulamentação de políticas públicas, em ações que representam interesses específicos. Esses grupos ou pessoas, conhecidos como "lobistas", podem ser empresas, organizações não governamentais, associações profissionais, etc. que busquem promover suas causas ou interesses junto às instituições de Estado.

necessário se levar em conta que a ideologia seguida pelas instituições internacionais, como o Banco Mundial – BM, o Fundo Monetário Internacional – FMI, e outras, torna-se evidente sua preocupação com a questão da pobreza relacionada à segurança do mercado na realidade brasileira e, de um modo geral a realidade latino-americana. Essas instituições consideram a pobreza como reflexo do liberalismo, mas que pode ser desfavorável aos negócios, de forma a influenciar nos níveis de desqualificação profissional, na fluidez do mercado de trabalho, na qualidade dos serviços prestados, o que tem como consequência o aumento dos níveis de desemprego e o déficit na produção industrial<sup>14</sup>.

Nesse contexto, o investimento em educação é um recurso fundamental para a formação de mão de obra, principalmente para o ingresso imediato no mercado de trabalho. Essa formação, não necessariamente passa pelos corredores de Universidades ou Institutos de educação estatais, podendo ser redirecionado, via transferência de dinheiro público em forma de bolsas de estudo ou programas de financiamento, para instituições privadas, ligadas aos grandes conglomerados de educação. Como complemento, segue-se o sucateamento das instituições públicas devido ao sucessivo corte de verbas e a diminuição de técnicos administrativos, terceirização de serviços essenciais, etc., somados ao fortalecimento do consenso em torno da má qualidade (provocada) das mesmas instituições estatais, que constroem a lógica do investimento material e ideológico num país dependente.

De um modo geral, o sistema de mercado de trabalho dos países periféricos se distingue do mercado de trabalho dos países de capitalismo central, e isso vem a influenciar no planejamento e no rumo da educação nesses países, distorcendo a lógica das Políticas Sociais, principalmente a Política de Educação, para de acordo com as necessidades da fluidez da mão de obra, da circulação monetária e da produção de bens de consumo. O autor considera que “o trabalho, nas periferias, está excluído do mercado de trabalho fundado no conhecimento científico avançado” (Ibidem, p. 8), estando assim limitado às barreiras que os separam dos países centrais.

A economia mundial dita o modo em que o trabalho nesses países se

---

<sup>14</sup> O que não é tão ruim, na lógica do capitalismo tardio. Desde que algum nível de desemprego exista, são fortalecidas as relações de exploração a partir da conscientização do trabalhador sobre o seu “dever de dedicação ao trabalho” – para as pessoas que o têm. As pessoas desempregadas ou em situação de desalento, são obrigadas a se submeterem a qualquer trabalho, por mais precário e insalubre que seja. É a “auto-obrigação” e a necessidade (ou fome) que mantêm a roda do sistema funcionando, para a grande maioria das pessoas.

configura, adaptando-os para de acordo com a posição em que cada um se encontra economicamente: se de forma subordinada, com produção limitada a mercadorias de baixo valor agregado, commodities e matérias-primas semimanufaturadas, demandando formação de mão de obra pouco qualificada; se soberano, independente em relação às flutuações do mercado, com investimento em pesquisa, desenvolvimento de força de trabalho especializada e produção de tecnologias próprias. Em resumo, o sistema de ensino nas periferias é montado e distribuído de acordo com as necessidades destas periferias em relação ao sistema de mercado e de ensino dos países centrais.

### **3.1 O sistema educacional brasileiro**

Pensar sobre as expressões da questão social na educação básica, também requer considerar as ações estatais para a mitigação dos malefícios sociais que afligem o público dessa Política Pública. O Estado brasileiro direciona ações aos grupos mais atingidos pelas problemáticas sociais que afetam uma determinada parcela da população, o que acontece em grande parte devido às difíceis condições de acesso aos recursos. A evasão escolar, a precária acessibilidade para pessoas com deficiência ou necessidades especiais, a permanência na escola, a integração com as outras Políticas Públicas, são algumas das principais expressões da questão social encontradas nos ambientes escolares, e que são demandas para o Serviço Social.

A regulamentação da atuação dos(as) Assistentes Sociais na política educacional é resultado dos esforços das organizações profissionais do Serviço Social, bem como de um conjunto de iniciativas populares e de mediadores da esfera Legislativa Federal, para fazer frente à precariedade do acesso à educação, amplificada pelo empobrecimento e a exclusão social das pessoas e famílias que utilizam as escolas públicas. No Estado brasileiro contemporâneo, os(as) Assistentes Sociais são “mitigadores” das problemáticas sócio educacionais, cujo seu papel é fazer com que os índices de aceitabilidade não caiam a níveis alarmantes.

Até chegar ao nosso ponto de discussão, a atuação dos(as) Assistentes Sociais na educação, consideramos que a educação passou, em sua trajetória histórica, por diversos arcos que moldaram sua abrangência e disponibilidade diante

do público. Esses marcos legais influenciaram a educação em diferentes períodos, e carregam consigo nos dias de hoje as marcas das propostas e perspectivas educacionais do Brasil de então, que tem seus efeitos ainda vivos, na realidade social-escolar.

Os rumos tomados pela Política de Educação no Brasil, que vem a dar base ao modelo educacional que temos atualmente, foram regulamentados ainda em 1995 a partir do Planejamento político-estratégico — 1995/1998 (BRASIL, 1995 apud VIEIRA e FARIAS, 2003), onde são destacadas as primeiras ações a serem tomadas para o direcionamento da Política de Educação no Brasil, durante o primeiro mandato da Presidência da República de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

As manifestações governamentais iniciam-se com a aprovação, no Congresso Nacional, da Emenda Constitucional – EC nº 14, de 12 de Setembro de 1996. A referida normativa propõe modificações para os artigos que tratam da educação, visando a permissão e a regulação da intervenção da União nos Estados, em casos de não-cumprimento de suas obrigações legais para com a aplicação dos valores mínimos exigidos para a educação pública de seus municípios; a revisão dos deveres competentes ao Estado, na oferta do ensino fundamental para aqueles que não obtiveram o acesso a este quando em idade própria, da mesma forma para com ensino médio; a definição das responsabilidades das diferentes esferas estatais sobre a oferta do ensino; o detalhamento dos recursos aplicados pela União nas ações voltadas à erradicação do analfabetismo, bem como nos processos de manutenção do ensino fundamental; e a previsão para a criação de um novo fundo, de caráter contábil, voltado para a gerência e o desenvolvimento do ensino fundamental, junto à valorização de seu magistério.

Posteriormente à criação da referida EC e das atribuições a respeito da educação para as esferas da União, em poucos meses e ainda sob administração do referido governo, são aprovadas duas outras Leis importantes para a reforma educacional: a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei nº 9.424/1996, que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)<sup>15</sup> (VIEIRA e FARIAS, 2003).

---

<sup>15</sup> O FUNDEF é um fundo de natureza contábil com vigência de dez anos, instituído a partir de 1998, vigorando até o ano de 2006. Atualmente está em vigor O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

A partir daquele momento, a LDB tornou-se a primeira Lei geral da educação promulgada desde 1961. Dentre seus principais componentes, além dos seus 92 artigos, dispõe-se sobre os princípios, finalidades, direitos e deveres do Estado e da sociedade, além de trazer preceitos sobre as ferramentas de organização da educação nacional, incluindo as competências das esferas do Poder Público, as explicitações sobre os diferentes níveis e modalidades de ensino – Educação Básica (Infantil, Ensino Fundamental e Médio), Educação Superior, Educação Especial, Educação de jovens e Adultos e Educação Profissional – sobre os Profissionais da Educação, Recursos Financeiros, Disposições Gerais e Disposições Transitórias.

Segundo Vieira e Farias (2003), as propostas materializadas na Legislação de 1996 encerram em si, grande repercussão sobre o sistema escolar brasileiro. Sob essas deliberações, o Governo Federal encarrega-se da política educacional como sendo uma de suas competências, estabelecendo ações descentralizadoras para os Estados e Municípios. As avaliações do sistema escolar passam a ser estabelecidas por meio de política específica, presente em todos os níveis de ensino. A partir daí, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, criado em 1990, é então ampliado e fortalecido para de acordo com as novas exigências propostas para o processo avaliativo do próprio sistema de ensino.

Em paralelo a essas medidas, é estabelecida uma ampla reforma curricular no ensino fundamental, por meio das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que tem por finalidade a veiculação de subsídios aos sistemas de ensino, quanto à elaboração e/ou reelaboração do currículo, objetivando assim a concretização do projeto pedagógico, considerando [como foco o aumento da] cidadania do aluno. (BRASIL, 1998 *apud* VIEIRA e FARIAS, 2003. p. 168).

Sob essas ações desempenhadas pelo Governo Federal no sistema de educação, confirma-se a busca deste pela construção de uma política que seja minimamente afirmativa, mesmo que nem todos os seus objetivos apresentem os resultados esperados. Em meados dos anos 2000, o Ministério da Educação – MEC,

---

da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, sendo este um fundo especial, também de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por Estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o FUNDEB, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, divulgou os resultados alcançados em 1999, que foram pouco animadores com relação à situação educacional brasileira de então. Neles, os números mostraram que na maioria das UFs do país o desempenho dos estudantes nos testes de Português e Matemática foram mais baixos que os alcançados no biênio anterior, resultados que foram atribuídos às reformas estruturais dos sistemas de ensino.

Por outro lado, os indicadores sobre a expansão da oferta do ensino sinalizam avanços significativos, elevando a taxa de escolarização da população. “Cabe dizer que todo este movimento ascendente da oferta educacional brasileira acontece conforme preconiza a atual LDB, que fortalece o processo de municipalização do ensino fundamental e ‘estadualização’ do ensino médio” (VIEIRA e FARIAS, 2003. p. 170).

É importante mencionar outro elemento da política educacional até então não considerado: o Plano Nacional da Educação – PNE. Este, é previsto na Constituição Federal de 1988 e tem a intenção de definir a direção a ser tomada pela educação nacional, em um período de dez anos. Em 1996 o Governo Federal retoma a elaboração do PNE, que desde o governo de Itamar Franco (1992-1995) obteve apenas um “ensaio”, durante o Plano Decenal de Educação em 1993. Sua elaboração se dá na nova LDB, que em seus artigos atribui à União a incumbência do estabelecimento das diretrizes e metas para a educação brasileira para os dez anos seguintes.

A promulgação do então PNE foi alvo de inúmeras polêmicas entre entidades ligadas ao Ministério da Educação, convergindo assim em duas versões diferentes posteriormente apresentadas ao Congresso. Em meio a tempos e contratempos, debates acalorados e divergências a respeito, finalmente é aprovado o PNE pelo Congresso, no ano 2000, sendo sancionado em janeiro de 2001 pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sob vetos referentes aos trechos que tratam do aumento de recursos destinados à educação.

A discussão sobre a qualidade da educação pública no Brasil atual requer pensarmos suas características formadoras e diretivas, inclusive as metas propostas no decorrer de sua evolução, em meio às transformações sociais. A partir deste raciocínio, tem-se evidentes as mudanças ocorridas no sistema de educação brasileiro, principalmente durante as décadas de 1990 com a promulgação da LDB, na década seguinte com o PNE e o FUNDEB. Fato este que propiciou o ingresso de

inúmeras pessoas à educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), aumentando consideravelmente o número de inscritos nas distintas modalidades de ensino, superando a meta dos anos anteriores.

O aumento do ingresso estudantil trouxe o conseqüente aumento da participação da sociedade no ambiente escolar, o fortalecimento das estratégias da educação para abrangência das comunidades locais e regionais, promovendo uma maior interação social. Se por um lado observa-se o grande acesso à educação, por outro, verifica-se a inadequação da escola, em termos de estrutura e acolhimento, em abarcar o aumento do seu público, o que nos revela a multiplicação das expressões da questão social, desde o abarrotamento das salas de aula, estruturas e métodos arcaicos de ensino, precarização das condições de trabalho dos professores e demais funcionários da escola, etc.

As desigualdades regionais influenciam fortemente na vida intramuros da escola, tanto no contexto presente quanto a respeito das suas perspectivas de futuro. Precisamos considerá-las para pensarmos os rumos da educação, e do Serviço Social, como um profissional nesse campo de atuação. O que nos traz novamente ao tema do trabalho e do contexto econômico das comunidades.

Essas circunstâncias contribuíram para os índices relativos à qualidade da educação, no sentido da qualificação que a escola promove no desenvolvimento das capacidades humanas e da formação técnico-científica para a atuação no mercado de trabalho, o que traz à tona uma problemática que assombra a direção escolar: a permanência na escola.

A partir disso, tem-se a realidade de que o Estado tem como ponto mais importante de medida os termos quantitativos sobre a qualidade da educação, contando como meios qualificadores os índices percentuais de abrangência, acesso e o somatório de conclusões no ensino fundamental e médio.

As mazelas do produtivismo e do abarrotamento educacional assolam a sociedade escolar causando resultados alarmantes para os dias atuais. Quando somadas às problemáticas sociais, como o desemprego, a falta de moradia, a insegurança alimentar, etc., tem-se a receita para o recrudescimento da segregação das camadas mais pobres da sociedade, em um modelo de castas inferiores, tendo seus efeitos sentidos por gerações. Entretanto, cabe-nos aprofundarmos mais acerca do tema, especificamente sobre as suas expressões, seja no ambiente escolar ou em outros espaços de convivência que compõem as Políticas Sociais.

### 3.2 Serviço Social na política educacional

Discutir sobre as expressões da questão social na Política de Educação é falar dos processos históricos, políticos e econômicos que contribuíram para a sua formação no cenário brasileiro. É mister discernir sobre o fundamento da questão social e suas expressões sob o olhar do Serviço Social, bem como o papel do Serviço Social nesse processo, desde que, no que afirma Iamamoto (2009, p. 27), o Serviço Social “tem na questão social sua base para a fundação como especialização do trabalho”.

Questão social apreendida como o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

Para se chegar ao entendimento da questão social e suas múltiplas expressões na realidade brasileira, e sua relação com a emergência do Serviço Social como profissão, implica-se a análise do desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopólica, considerando a relação entre capital e trabalho, o surgimento de uma classe operária, e a exploração de sua mão de obra pela classe burguesa.

Ao estabelecer uma ligação entre a questão social e o Serviço Social é necessário levar em conta o processo histórico que culminou no surgimento dessa profissão no Brasil, tendo sua gênese na criação das primeiras escolas em 1936-37. O objetivo principal foi a preparação dos(as) profissionais, durante as décadas posteriores, para a atuação diante das diversas expressões da questão social na realidade da época.

Já se é conhecido que as ações que serviam de fundamento para a emergência da profissão, em uma época de plena concretização do capitalismo e de uma fase de renovação da influência da Igreja Católica no Brasil, eram exercidas por um grupo de profissionais de reconhecimento doutrinário do chamado “catolicismo social” (SILVA, 2008).

A autora considera que, os primeiros movimentos impulsionado pela ideologia cristã-católica na sociedade, onde se tinha o Serviço Social como ferramenta chave para a proliferação da concepção ético-política da igreja, eram fortalecidos a partir

dos cursos de formação para leigos, incumbidos de atividades de formação social principalmente por meio dos Centros de Estudos de Ação Social – CEAS, fundada na perspectiva do neotomismo. Diga-se de passagem, os cursos eram focados na execução de ações sociais consideradas como vocação, o que veio a caracterizar a profissionalização do Serviço Social da época.

O discurso da Igreja girava em torno da criação de uma mentalidade católica e da participação ativa das massas. E, ao se transformar numa instituição de conduta militante contra as injustiças sociais, foi congregando adeptos para o seu projeto de renovação. As pioneiras [Assistentes Sociais, que fizeram parte da primeira turma de formandas no Brasil,] fazem parte desse momento no qual a Igreja objetiva formar intelectuais católicos para seguir avançando com a ideia de recristianização da sociedade e de enfrentamento da questão social. (SILVA, 2008. p. 86)

A iniciativa era de se criar uma Escola para a formação de profissionais de Serviço Social direcionada a mulheres, adeptas da formação cristã e comprometidas no combate às injustiças sociais. Com isso, é importante se ressaltar que a profissionalização dessas primeiras Assistentes Sociais, era fruto de uma época política de ampla defesa do trabalho assalariado, defendida tanto pela esquerda quanto pela direita nacionalista da época, que passaram a competir com os homens no mercado de trabalho, a partir da sua inserção na vida laboral formal. Para a autora, a mentalidade cristã difundida pelas mulheres pioneiras desse grupo é justificada pelas fortes limitações históricas e pela conjuntura social, econômica e política em que viviam, além de suas convicções religiosas.

Nessa conjuntura, percebe-se, de maneira indistinta, a contribuição que a profissionalização das ações sociais da Igreja Católica, para a intervenção nas expressões da questão social, redundou na socialização da profissão, colaborando com a criação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. A esse cenário, se soma a efetiva participação política desses(as) profissionais, em um período de intensas mudanças na conjuntura socioeconômica, compreendidas nas décadas de 1930 e 1940 (SILVA, 2008).

O Serviço Social não logrou avançar em seus objetivos de adaptação, mudança e transformação social, sendo alvo de críticas por terem sua atuação voltada para a remediação dos efeitos, e não das causas da questão social. Isso era realmente de se esperar, pois se tratava de um processo de intervenção limitado pela conjuntura político-social e, ao mesmo tempo, as ações profissionais restringiam-se apenas à elaboração de textos de legislação social, compreendendo

com isso sua maior proximidade para com a questão social.

Ainda nesse período, o Serviço Social passa por uma fase tecnicista e secularizadora relacionada ao trato da questão social, em função do acirramento dos antagonismos sociais e também trabalhistas. Nessa situação, havia a necessidade de compreensão da questão social, com propósito da atuação em suas sequelas sociais, em favor da justiça, e da caridade.

Contudo, nessa fase, percebe-se seu afastamento da questão social devido à defesa do projeto de estado de bem-estar social, sem se ter em mente de onde e como ele viria a se efetivar, ou ainda, se este viria a se concretizar a partir das propostas de intervenção do Estado.

Considerando-se a realidade à qual se formaram as primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil, tidas como ferramentas de organização da caridade, sob o olhar neotomista, o Serviço Social parte para o caminho de sua institucionalização, buscando também a construção de uma identidade profissional. (MARTINELLI, 1989 apud SILVA, 2008). Essa motivação leva a uma maior reflexão acerca da questão social, atrelada à realidade social brasileira, cujas expressões são postas ao(à) Assistente Social como demandas para a atuação profissional.

Na busca por responder aos anseios técnicos da profissão, o modelo encontrado foi o Serviço Social dos Estados Unidos. Esta medida veio a se tornar vantajosa para aquela sociedade, pois passava por um momento de necessidade de ampliação de sua política econômica para os países da periferia latinoamericana.

Nesse período histórico, a autora considera que havia a necessidade de assimilação de novas tecnologias que viessem a permanecer na formação prática dos(as) Assistentes Sociais, que embasasse um novo ideário a respeito da questão social, o que contribuiria também para a institucionalização da profissão. No entanto, há críticas a respeito da aproximação da profissão ao estrutural-funcionalismo e ao positivismo, predominante nas Ciências Sociais em meados da década de 1950.

Com a adoção, pelos(as) profissionais, dessa vertente sociológica, sua atuação assumiu uma postura “terapêutica”, determinada por modelos interventivos de acompanhamento social fundados nas linhas da Psicologia e Psiquiatria (MARTINELLI, 1989 apud SILVA, 2008). Consideravam as expressões da questão social como meros desajustes sociais do “indivíduo estudado”; os fenômenos sociais eram interpretados a partir de leis invariáveis, tal como fisiologia de um ser biológico. Em resumo, é para a construção de respostas a estes “desajustes” que o Serviço

Social institucionaliza-se.

Sob essa perspectiva e, segundo Silva (2008), a profissão assume metodologias fragmentadas sobre homem e sociedade, deslocadas de suas determinações históricas. Nesse sentido, o caráter fragmentado de atuação é definido através de métodos específicos para o trato às expressões da questão social, definidos entre Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. No primeiro, a atuação profissional focava-se na personalidade da pessoa atendida – “do cliente” – desconsiderando a relação socioeconômica das expressões da questão social, considerando-o como responsável pelas desventuras de sua vida. O objetivo do atendimento do(a) Assistente Social era focado em provocar mudanças no comportamento da pessoa atendida, e assim ajustá-la à dinâmica da sociedade.

O Serviço Social de Grupo era utilizado com o objetivo de educação do indivíduo, e visava a integração da pessoa à sociedade a partir de ações grupais. O terceiro eixo dessa metodologia é o Serviço Social de Comunidade, voltado ao trato das parcelas mais pobres da população, orientado por ideais morais e religiosos, visando o desenvolvimento integral, a partir dos esforços dos indivíduos e os grupos da comunidade.

Sobre o Desenvolvimento de Comunidade – DC, a autora considera que “nessa perspectiva metodológica, o que retemos com relação à questão social foi seu tratamento residual dado pelo Serviço Social, a partir dos anos 1940, quando a questão das classes não era considerada como um problema a ser enfrentado” (SILVA, 2008. p. 100). Essa proposta era baseada na ideia de educar o cidadão, grupo social ou comunidade, com o objetivo de integrá-los à sociedade, difundindo assim a visão desenvolvimentista e de progresso.

A conjuntura da sociedade brasileira nas décadas seguintes, especificamente no decorrer dos anos 1960, contou com a figura do Estado como o principal financiador do desenvolvimento do setor privado no âmbito público, por meio do redirecionamento dos recursos públicos, através de programas sociais. Estratégias como os programas de assistência médica e financiamento habitacional, voltados à classe média, contribuíram com os agravos da questão social decorrentes do endividamento das famílias, acompanhado pela crescente taxa populacional, pelo desmantelamento dos direitos sociais e pelo constante arrocho salarial.

Mesmo tendo em vista uma crescente expansão das Políticas Sociais, observa-se o agravamento das expressões da questão social, à medida em que o

Estado aderiu à intimidação dos movimentos sociais, sindicatos e partidos que já estavam fortemente incorporados à cultura política dos trabalhadores. A atuação estatal, nesse contexto, se findava, usando como meios de intervenção na questão social, “políticas sociais compensatórias a fim de conter [...] as consequências de uma política econômica centrada no arrocho das condições de vida dos trabalhadores” (SILVA, 2008. p. 106).

No decorrer dessa análise, faz-se necessário também nos colocarmos acerca das mudanças políticas e sociais que vieram a se manifestar com a intervenção neoliberal, fortemente influente na sociedade brasileira a partir da década de 1990, culminando seus ideais para além das fronteiras do século XX e ditando os caminhos a serem seguidos pelos países de capital periférico, a partir da alvorada do século XXI.

Um ponto relevante para a temática das transformações da questão social nesse período histórico é o processo de globalização, que não se refere apenas a um viés ligado à economia, mas também a acontecimentos emblemáticos do final do século, como o fim da guerra fria (queda do Muro de Berlim em 1989) e o fim da ideologia comunista no plano político, e ainda a crise do estado de bem-estar social. Essa perspectiva veio a afetar também o meio cultural, informacional, tecnológico e intelectual a nível mundial, partindo da premissa da unificação de todas as culturas e nações em uma única, como que um só país, a partir do estreitamento – ou anulação — das fronteiras físicas e ideológicas, possibilitado pelo intercâmbio entre pessoas e mercadorias pelo mundo, e o compartilhamento das informações.

O processo de ocidentalização (globalização) traz consigo efeitos adversos para a classe trabalhadora, como a flexibilização, a precarização e o aumento do proletariado pós-industrial. O foco desse processo é a especialização flexível, a eliminação de vários direitos trabalhistas e o aumento da participação dos trabalhadores na “gestão da empresa”. Contudo, a economia brasileira se coloca em um cenário distinto, como reflexo dos ideais do capital exterior:

[...] o quadro real é o de dependência financeira e o controle da economia por empresas externas; da apropriação privada dos recursos públicos, da concentração da renda e da exclusão social, a presença de oligarquias no centro do poder, [afastando-se da dívida social e sobrevivendo apenas para pagar a dívida externa]. (SILVA, 2008, p. 124).

O crescimento da globalização traz uma nova lógica ao mercado nacional na

década de 1990, extraindo as atividades econômicas nacionais e colocando o parque industrial à disposição da competição externa, ao mesmo tempo em que se acrescentam novos modelos de gestão, pautados na economia de mão de obra, com o intuito de aumentar os padrões de produção e rentabilidade do capital. Com isso se incentivam as novas trocas com o comércio exterior, majoritariamente de produtos pouco ou não-manufaturados (commodities), a partir da reestruturação da produção nacional. Isso se constitui num processo de desindustrialização, junto à anulação das políticas defensoras do emprego e da indústria nacional como um todo (IAMAMOTO, 2009).

O alastramento do desemprego, nessa época, está estreitamente ligado ao processo de globalização financeira, que passa a direcionar o mercado, dirigido agora não pelo lucro e mais-valia, mas pela variação das taxas de câmbio e dos juros, resultando no arrocho salarial, como meio de ampliar a financeirização. Dessa forma, tem-se o poderio do capital financeiro sobre o capital produtivo, fazendo com que os olhares das elites dominantes sejam voltados às baixas taxas de inflação, em detrimento da perspectiva do emprego e da produção, provocando o empobrecimento de grande parcela da população.

Esses dados ilustram o quadro que vem afetando o conjunto dos trabalhadores, dentre os quais, os assistentes sociais. O cenário dominante do mercado de trabalho nos anos 1990 aponta, pois, para: a redução do emprego do trabalho vivo na produção, a racionalização da contratação; a desverticalização das empresas com o crescimento da terceirização, o que tende a ampliar o trabalho temporário e por tarefa, destituído de direitos. Enfim, cresce o desemprego e a precarização das relações de trabalho. (IAMAMOTO, 2009. p. 117).

Os(as) Assistentes Sociais estão à mercê, assim como os demais trabalhadores, das mesmas incidências do mercado de trabalho, apesar das iniciativas de defesa da autonomia e liberdade de atuação de seu trabalho, por serem estas iniciativas de grupos de cunho corporativista. Porém, essa realidade da insegurança do trabalho ou da redução dos postos de trabalho não são casos exclusivos dos(as) Assistentes Sociais, da mesma forma que o enfrentamento a esta realidade exige ações em comum a todos os grupos de trabalhadores, que favoreçam a articulação coletiva junto às organizações laborais, contrariando a desarticulação política e sindical, fortemente incentivada pela ideologia neoliberal.

Tendo em vista essa realidade, as inclinações do mercado de trabalho indicam uma classe trabalhadora polarizada, onde apenas uma pequena parcela

desta se encontra em situação de emprego estável, composta por força de trabalho qualificada e com a garantia de seus direitos trabalhistas e sociais. Por outro lado, uma larga parcela da população em situação de precariedade no trabalho, submetidos a regimes de contratos temporários, subcontratação, etc.

Nesse contexto, surge o ideário de trabalhador polivalente, que é indicado a várias funções no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, consequência do enxugamento do quadro pessoal das empresas. Nisso, o trabalhador deixa de ser especializado em uma função, assim também o(a) Assistente Social, sendo obrigado a exercer várias “tarefas”, não necessariamente relacionadas às suas atribuições profissionais (IAMAMOTO, 2009).

A questão social também é tida como forma de rebeldia, desde que suas expressões se fundam na desigualdade social, os sujeitos envolvidos vivenciam as mazelas sociais e a elas oferecem resistência e oposição, ocasionando tensão entre as partes. É em meio a essa tensão entre a produção da desigualdade e a produção da resistência e rebeldia, nos moldes de lamamoto (2009), que vem a atuar os(as) Assistentes Sociais, assentados nesse plano dirigido por interesses sociais diferentes, aos quais é impossível colocar-se em situação alheia ou deles fugir, pois estes abraçam toda a vida em sociedade. Por isso, apreender a questão social é ao mesmo tempo apanhar múltiplas formas de pressão social, formas de descobrir e redescobrir a vida construída no cotidiano, pois é nessa realidade onde se criam e recriam novas formas de viver.

No conjunto que compreende as formas de construção do cotidiano social e de atuação profissional, tem-se o contexto da educação pública, ambiente onde também se efetivam as mazelas da questão social. As interações sociais que se desenrolam em meio ao processo de produção e exploração do sistema de mercado, se refletem em diversas situações que vem a interferir na realidade social do ambiente escolar, nos processos de ensino e aprendizagem das pessoas envolvidas (professor-aluno). As situações de vulnerabilidade socioeconômica, uso/abuso de drogas ilícitas, violência intra e extrafamiliar, exclusão social, bullying, preconceitos sociais e/ou raciais e de orientação sexual, comprometem o desempenho escolar das pessoas que usam o sistema de educação.

Melo (2012) considera que a família tem papel central no processo educacional, considerando-se as mudanças da Política de Educação e sua relação com a sociedade, pois ao longo da história do Brasil, a família brasileira passou por

transformações importantes, que se relacionam com o contexto socioeconômico e político do país. Em meio a esse processo de mudanças, são gerados novos formatos e novas dinâmicas internas na relação família-sociedade, o que exige novas configurações nos espaços públicos, dentre estes a escola, afirmando assim sua função como espaço para mediação das relações entre indivíduos e coletividade.

A família deve ser bem aceita pois [...] visto que os pais precisam trabalhar para o sustento do lar e dos filhos, o que por ventura pode ocasionar o tempo de dedicação escasso, não havendo tempo para o diálogo. Consequentemente, isso pode interferir no relacionamento entre pais e filhos, independente da classe social. Para uma educação de qualidade, tem-se a necessidade do apoio familiar para garantir o aprendizado do jovem, que tem garantido o acesso e a permanência na escola. (COUTINHO; RIBEIRO; BARRETO, 2012. p. 89)

Em consequência da vulnerabilidade financeira observada em boa parte das famílias, nem sempre se pode proporcionar aos filhos algum tipo de contribuição para reforçar o trabalho escolar de aprendizado dos(as) estudantes. Aliado a isso, com a situação de fome onde se acham boa parte das pessoas, a escola assume o papel de “local onde se alimenta” – principalmente as crianças das séries iniciais –, onde se convive longe da escassez, longe da pobreza, durante, pelo menos, algumas horas do dia. Essa realidade aumenta a importância de que a família tenha a consciência de sua participação na construção da educação, como a estrutura que forma e que ensina, mas que também aprende com os estudantes e suas famílias, para se tornar um local mais inclusivo e integrador de práticas para uma vida melhor para aqueles que a usam; para além da responsabilização familiar.

Assim, a educação, nos moldes de uma educação pública e de qualidade, deve fazer parte do cotidiano do indivíduo independente de sua classe social. (COUTINHO; RIBEIRO; BARRETO, 2012). Faz-se necessário ainda, considerar que as transformações sociais influenciaram diretamente o modelo de família moderno, favorecendo o surgimento de múltiplos arranjos familiares possíveis de serem observados atualmente: família nuclear, reconstituída, monoparental, homoafetiva, ampliada, etc. Atualmente, não estamos mais diante de apenas um conceito ou um tipo de “família padrão”, mas frente a uma realidade que nos traz o reconhecimento da grande diversidade de compostos familiares, contrariando os questionamentos de famílias erradas ou “desestruturadas”.

A família, diante dessas modificações e dos novos arranjos familiares, não pode ser apresentada como 'desestruturada', pois essa busca do homem por melhores condições de trabalho e a expansão da mulher [a partir da sua maior visibilidade no mercado de trabalho desencadeada pela Revolução Industrial], tem a ver com o capitalismo, que impõe um padrão de vida ao qual apenas poucos têm acesso. Isso induz o assalariado a se submeter ao acúmulo da mais-valia por falta de opção, por medo de perder o emprego e passar a fazer parte do exército de reserva devido à instabilidade no mercado de trabalho. (COUTINHO; RIBEIRO; BARRETO, 2012. p. 91).

Esse processo acende um alerta na comunidade escolar, no que se refere à evasão escolar: quando a família passa por condições precárias de trabalho, emprego e alimentação, os filhos, quando maiores, tornam-se obrigados a se submeterem à informalidade do trabalho junto com os pais, auxiliando-os em suas atividades para o sustento da família. Dessa maneira, ao passar do tempo, essa realidade passa, quase sempre, a causar cansaço, desânimo e falta de estímulo para os estudos, levando os jovens a abandoná-los definitivamente.

A autora considera ainda que esse aumento da precariedade laboral e evasão escolar dificultam a manutenção da própria condição de subsistência, tendo em vista que a sociedade induz também ao consumismo, o que vem a tornar os jovens e crianças insatisfeitos por não terem condições financeiras de possuírem o que desejam e/ou necessitam.

É relevante, como já explicitado anteriormente, considerar que mediante a essas mudanças a escola assume um novo papel na sociedade, tendo a necessidade de preparar os estudantes para um mundo globalizado, criado a partir da concepção de sociedade capitalista, que prega o individualismo, a extrema competitividade e que exige trabalhadores polivalentes, flexíveis e mutáveis. A escola, nessa lógica, promove o desenvolvimento das habilidades sociais para o mercado, e forma cidadãos trabalhadores. Isso explica muito sobre as múltiplas expressões da questão social da educação, e sobre a necessidade do Serviço Social na educação.

É ponto determinante que o Serviço Social se põe como efetivador de direitos sociais, e que medeia, partindo de sua identidade de classe, o acesso dos/as cidadãos/ãs aos programas sociais e Políticas Públicas. Enquanto profissão constituída socialmente e historicamente, acompanha, em termos de sua prática social, as alterações culturais dos processos de trabalho, de acordo com a realidade social brasileira.

O/A Assistente Social, como profissional assalariado/a, tem no Estado o

agente que, indiretamente, imprime o caminho por onde os profissionais organizam e reorganizam suas ações, práticas e princípios éticos que guiam a profissão, posto que, de acordo com o paradigma de Política Pública ofertado, exigem-se formas de atuação adequadas de acordo com a relação cidadão/Estado: em seus primórdios, um profissional posto como agente de serviços e ações de caridade; no período ditatorial, como executor de ações de “ajuste dos desajustados”; atualmente, como um profissional especializado no acesso das pessoas aos direitos sociais, civis e políticos, e que garantam a participação ativa destas na vida política.

Iamamoto sintetiza essa trajetória em uma pequena descrição:

O Serviço Social se institucionaliza como profissão na sociedade brasileira, com o impulso decisivo da Igreja, como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo capital, justificado ideologicamente pela doutrina social da Igreja, para atuar perante a ‘questão social’. Nos anos 30, reconhecidas as tensões de classe que acompanham o processo de consolidação do mercado capitalista de trabalho, tenta-se institucionalizar um tipo de ação social que, no âmbito das relações Estado/sociedade, tenha como alvo a situação social do operariado urbano e do exército industrial de reserva, no sentido de atenuar as sequelas materiais e morais derivadas do trabalho assalariado. (IAMAMOTO, 2013. p. 134)

Contemporaneamente, o mote de reprodução das Políticas Públicas segue a mesma lógica, relacionado ao modelo de mão de obra (e não de cidadania) que se almeja no final do ciclo. O direcionamento do Estado e a determinação das formas de organização para a educação pública, se impõe às ações profissionais do Serviço Social, independentemente da concordância com os princípios básicos da profissão. Como esta é uma profissão que atua em estreita relação com o Estado e as instituições governamentais, a prática profissional exigida, se confronta com os princípios norteadores da profissão.

A economia é um dos principais fatores que influenciam o Estado quanto ao gerenciamento das Políticas Públicas. Considerando que as flutuações econômicas afetam a vida das pessoas e a sociedade como um todo, ao Estado é atribuída a responsabilidade da criação de políticas que promovam o crescimento econômico e a estabilidade financeira. Por outro lado, as Políticas Públicas podem afetar a manutenção do mercado, a produção, o consumo e a distribuição de recursos, tornando-se ferramentas de primeira conta para as decisões da linha de frente do Governo, para a promoção do desenvolvimento econômico, sem, necessariamente, solucionar os problemas sociais.

A economia também pode influenciar a formação e o treinamento dos(as) Assistentes Sociais, mudando sua formação e/ou criando novos cursos sob a égide mercadológica. Com a regra do desmonte a qualquer custo dos direitos sociais e trabalhistas, o(a) Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado e atuando sob a pressão das instituições empregadoras, vê seus princípios éticos perdendo a primazia e sendo substituídos pela lógica do mecanicismo funcional da instituição, pelo pragmatismo no atendimento às pessoas, e pela inclusão dos usuários/as no mercado de trabalho de maneira passiva e precarizada.

Assim, no que se refere ao Serviço Social na educação, quanto à sua atuação para a promoção da inclusão, o combate à evasão, a aproximação e a inclusão das famílias da comunidade escolar, a justiça social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas e comunidades, o(a) Assistente Social trabalha entre a cruz e a espada, no embate entre os princípios que devem guiar o fazer profissional e a regra institucional.

De um lado, os princípios fundamentais da profissão, resultado de estudos, avaliações e décadas de debates, fundamentais para guiar a prática profissional e garantir que a atuação seja efetivada de forma responsável, justa e respeitosa com os usuários. Por outro lado, o profissional se depara com o funcionalismo como regra institucional e o pragmatismo na tomada de decisões, voltados para a ideia do(a) Assistente Social como mais uma “engrenagem” na equipe, executor de triagem e encaminhamentos na rede educacional ou em mediação às outras Políticas Públicas. Essa abordagem é defendida pelo serviço social mercadológico, não reflexivo, para uma abordagem meramente prática e útil, focada na reprodução mecânica da lógica classista norteadora da instituição escolar.

## **4 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E AS EXPRESSÕES DA REALIDADE**

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar e discutir os resultados obtidos a partir de um estudo aprofundado sobre a atuação do(a) Assistente Social na educação básica. Para isso, foi empregada uma metodologia rigorosa, que incluiu estudo bibliográfico, com pesquisa qualitativa e revisão de literatura, permitindo uma coleta de dados robusta e uma análise crítica das informações.

No contexto acadêmico, situamos nossa pesquisa dentro do estilo bibliográfico, que abrange as principais contribuições e debates existentes na literatura sobre o Serviço Social na Educação, a partir de publicações em periódicos. Com isso, buscamos não apenas contextualizar o estudo, mas também evidenciar as lacunas que a pesquisa busca preencher, contribuindo para o avanço do conhecimento na área.

Além disso, a classificação Qualis, que avalia e classifica as publicações científicas segundo critérios estabelecidos pela comunidade científica para a melhor visibilidade e projeção das pesquisas, será considerada para discutir a relevância e o impacto dos resultados obtidos. A análise da classificação Qualis permitirá uma compreensão mais ampla da inserção da pesquisa no cenário científico, destacando a importância dos achados para a comunidade acadêmica e para a prática profissional.

Ao final deste capítulo, será realizada uma análise crítica que integrará os resultados da pesquisa com as discussões levantadas ao longo do texto. Essa análise buscará não apenas interpretar os dados coletados, mas também refletir sobre suas implicações teóricas e práticas, considerando as limitações do estudo e sugerindo direções para futuras investigações. Dessa forma, neste primeiro momento, buscamos apresentar de maneira clara e concisa os principais temas que serão abordados, estabelecendo as bases para uma discussão aprofundada nos tópicos subsequentes.

### **4.1 Metodologia da pesquisa**

Durante a vivência da humanidade e no percurso desta pelas linhas históricas do desenvolvimento do ser humano enquanto ser social, no conhecimento da própria

vida, considerando a forma específica pela qual se chega a essa determinada representação, o conhecimento pode ser classificado em diversos tipos: mítico, ordinário, artístico, filosófico, religioso e científico. Tomando como foco o interior dessas formas específicas de conhecimento, destacam-se duas formas que se colocam mais presentes e que mais fortemente interagem nas decisões da vida diária do homem: o senso comum e o senso científico (KÖCHE, 2008).

No primeiro, existe a tendência em concentrar o sujeito como apenas um observador da realidade, de forma passiva e atropelado pelos fatos e acontecimentos do cotidiano: o senso comum, tido como forma espontânea de construção do conhecimento, movida pelos valores socialmente construídos, postos como “normas” socialmente aceitas, sejam de convivência (ética) ou de reprodução desses mesmos valores (palavras, gestos, visão de mundo, etc.), inculcados socialmente/culturalmente nas pessoas, colocadas passivamente à vida social imediata. A partir disso se considera que esse tipo de conhecimento é, na grande maioria das vezes, apenas vivencial e desligado de técnicas de produção de conhecimento.

Sendo um viver sem conhecer significa que o senso comum, quando busca informações e elabora soluções para os seus problemas imediatos, não especifica as razões ou fundamentos teóricos que demonstram ou justificam o seu uso, possível correção ou confiabilidade, por não compreender e não saber explicar as relações que há entre os fenômenos. No senso comum se utiliza, geralmente, conhecimentos que funcionam razoavelmente bem na solução dos problemas imediatos, apesar de não se compreender ou de se desconhecer as explicações a respeito de seu sucesso. Esses conhecimentos, pelo fato de darem certo, transformam-se em convicções, em crenças que são passadas de um indivíduo para o outro e de uma geração para a outra. (KÖCHE, 2008. p. 24)

O conhecimento que provém do senso comum tem uma objetividade superficial e muito limitada, devido a sua estreita relação com a vivência do indivíduo, amarrado à orientação de seus interesses práticos e imediatos, bem como pelas crenças pessoais. As características expressas pela realidade, ou dos próprios fatos observados na realidade em que se insere o indivíduo, que não tem relação com o objeto de interesse, são excluídos, o que vem a proporcionar uma visão fragmentada e distorcida da realidade.

Este tipo de conhecimento é subordinado ao envolvimento afetivo e emocional do sujeito que o elabora, mantendo sua visão presa às propriedades individuais de cada fenômeno, o que vem a permitir a não-interpretação das relações significativas

que venham a existir entre os fatos observados. Nessa maneira de leitura da realidade social e apreensão dos fenômenos não existem técnicas ou qualquer conjunto de métodos que possibilitem falsear, verificar ou testar criticamente, o “olhar” para com a realidade, os resultados ou as interpretações decorrentes dos eventos analisados (Ibidem).

Do lado oposto, o conhecimento científico parte da busca de princípios explicativos a partir de uma visão mais abrangente da realidade, emergindo da necessidade das pessoas não assumirem uma postura meramente passiva, como meras testemunhas dos fenômenos, sem ação ou controle sobre estes. Confere ao homem, a partir do aprimoramento do uso de sua racionalidade, técnicas ou instrumentos, interpretar, de forma sistemática e crítica, possibilitando-se a capacidade de desvelar o mundo em que vive, e a partir daí compreendê-lo, explicá-lo e dominá-lo.

A partir desses princípios, a realidade passa a ser compreendida e apresentada de forma ordenada e sistemática. Diferente da percepção fragmentada e esfacelada do senso comum, a realidade observada passa a ser considerada a partir de um critério orientador, de uma vertente explicativa que vem a esclarecer e proporcionar a compreensão do tipo e da intensidade das relações que se estabelecem entre os acontecimentos, coisas e fenômenos, permitindo assim a unificação da visão de mundo, como completa o autor:

Nesse sentido, o conhecimento científico é expresso sob a forma de enunciados que explicam as condições que determinam a ocorrência dos fatos e dos fenômenos relacionados a um problema, tornando claros os esquemas e sistemas de dependência que existem entre suas propriedades. (KÖCHE, 2008. p. 29)

A pesquisa social, seja ela empírica, teórica ou qualquer que seja sua natureza ou abordagem, demanda procedimentos distintos que são colocados ao pesquisador no intuito de construir o caminho a ser seguido durante a execução da pesquisa, visando o cumprimento dos objetivos planejados por meio da obtenção de dados concretos, contribuindo com a qualidade da análise dos e da relação de produção científica entre os sujeitos envolvidos. No caso da pesquisa científica, é necessário que se identifique neste “caminho”, as técnicas que a tornam possível, que direcionam a verificação e análise da realidade, o trato para com os objetos estudados, sendo este conjunto de procedimentos a característica fundamental da

pesquisa científica e que a diferencia das demais vertentes de análise, em seus mais variados espectros, tipos e subdivisões.

[...] Método, vem do grego métodos (meta = além de, após de + ódos = caminho) [...]. Portanto, seguindo a sua origem, método é o caminho ou a maneira para chegar a um determinado fim ou objetivo, distinguindo-se assim do conceito de metodologia, que deriva do grego métodos (caminho para chegar a um objetivo) + logos (conhecimento). Assim, a metodologia são procedimentos e regras utilizadas por determinado método. Por exemplo, o método científico é o caminho da ciência para chegar a um objetivo. A metodologia são as regras estabelecidas para o método científico, por exemplo: a necessidade de observar, a necessidade de formular hipóteses, a elaboração de instrumentos, etc. (RICHARDSON, 1999. p. 22)

Partindo dessa premissa, consideramos que quando o pesquisador utiliza do método científico para proferir a investigação ou o estudo da realidade onde se insere, este está pensando cientificamente. Sendo assim, toda pessoa deve pensar cientificamente quando se põe a pesquisar qualquer fenômeno utilizando-se do método científico. Seguindo essa técnica, o conhecimento é submetido pelo pesquisador à reflexão para que assim se possa evidenciar as conexões possíveis entre as ideias, e revelar as condições que virão a definir a verdade por entre os enunciados.

Em qualquer pesquisa científica dispõe-se de determinadas estratégias fundamentadas em pressupostos de caráter ontológico e da natureza humana, que vem a definir o ponto de vista que o pesquisador tem do mundo que o cerca. Esses pressupostos definem as bases do trabalho científico, fazendo com que o pesquisador se coloque a observar e analisar o mundo a partir de determinada perspectiva.

Dessa forma, é extremamente necessário que sejam identificados os pressupostos do pesquisador para com relação ao homem, a sociedade e ao mundo como um todo, e identificar os princípios das reflexões acerca da natureza das coisas, das fases e dos mecanismos do conhecimento e das relações entre sujeito e objeto desempenhadas pelo pesquisador. Esta perspectiva propiciará a orientação quanto a escolha do método, linha de análise e das técnicas a serem utilizadas em uma pesquisa.

A tradição dialética, especialmente a de matriz marxiana, confere ao fenômeno a sua caracterização e descrição fundada nas suas reais condições historicamente constituídas, a partir das suas inclinações, caminhos e possibilidades,

abstraídas diretamente dos fenômenos sociais, onde se tem o objeto em si, propriamente capturado, desconexo da epistemologia idealizada pelo “sujeito pensante”, como no caso dos idealismos. Nessa forma de abordagem, parte-se objetivamente para as concepções da vida social e dos sujeitos em si mesmos, nas suas complexidades irrestritas e indispensáveis, ontologicamente, onde o ponto de partida é a correlação sujeito-objeto, como ser social, tomado em sua total complexidade.

Os homens (sujeitos) se manifestam de maneira ativa com relação às suas atividades (objetos), às outras pessoas e a sociedade como um todo, constituindo a práxis social, onde subjetivo e objetivo são univocamente o resultado da autoconstrução humana. Em resumo, na tradição dialética marxiana, sociedade e indivíduo não são tomados em separado, pois o indivíduo é simultaneamente subjetividade e objetividade, é a confirmação da vida social.

Na pesquisa ora apresentada, assumimos como metodologia de pesquisa e análise utilizada, o método crítico-dialético. Este, não marxiano<sup>16</sup>, se aproxima da perspectiva metodológica utilizada pela tradição marxista, em todas as suas especificidades e distinções opostamente relacionadas às formas apreensão da realidade baseadas no idealismo e seus desdobramentos, mormente positivismos e estruturalismos modernos.

O materialismo dialético é de extrema importância nas pesquisas no campo das Ciências Sociais, pois este propiciou significativo avanço na interpretação da realidade, donde se considera o processo histórico como um fator importante na construção dos fenômenos sociais, tendo o mundo exterior em sua existência de forma independente da consciência humana, das interpretações e dos significados distantes da materialidade da vida, como comumente difundido pelos idealismos desenvolvidos no auge do desenvolvimento científico dos séculos XVIII e XIX, e que herdamos culturalmente como a forma padrão de pensamento para a explicação da vida.

## **4.2 Classificação da pesquisa**

---

<sup>16</sup> Fazemos distinção ao pensamento inicial, do próprio Marx, e nos colocamos a par das diversas vertentes que, a partir do mesmo autor, se desenrolaram no decorrer da história adequando-se à realidade de onde eram escritas, sem perder de vista o pensamento marxiano originário.

Tomando como foco os procedimentos metodológicos de pesquisa, seguiremos os parâmetros do tipo de pesquisa bibliográfica, como norteadores do trato analítico para com o material de referência. Este tipo de pesquisa se desenvolve tendo como base os materiais já elaborados, dentre eles, em sua maioria constituídos de livros e artigos científicos. À diferença de que, aqui, para nossa pesquisa, utilizamos apenas artigos publicados em periódicos da área de Serviço Social, gerenciadas, em sua maioria, por programas de pós-graduação, de classificação Qualis que vão de A1 a A4 e, de B1 a B5.

Qualis é o termo usado para identificar um sistema de avaliação da produção científica no Brasil. O sistema foi desenvolvido pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e por meio de verificação por pares, duplo-cego e outros, avaliam a qualidade do conteúdo, visibilidade e periodicidade das publicações. São classificados em níveis que vão de A1 a C2<sup>17</sup> no total.

A nossa pesquisa é bibliográfica e, ao mesmo tempo em que a pesquisa bibliográfica oferece uma excelência em termos do trato para com a abrangência dos textos estudados, há uma correspondência negativa, que em determinadas situações, especialmente em relação a correntes ideológicas, pode ser comprometedor nos seus resultados. Se as fontes utilizadas forem enviesadas ideologicamente (contrárias, ou que demonstrem distorção à perspectiva crítico-dialética, por exemplo) qualquer trabalho construído e fundamentado sobre essas fontes reproduzirá, ou ampliará os mesmos erros. É um tipo de procedimento metodológico que exige cuidado minucioso para com as filiações ideológicas dos(as) autores(as) utilizados como referência.

Existem questionamentos sobre a pesquisa de tipo bibliográfico, uma vez que nas Ciências Sociais e Humanas há um apreço também pela pesquisa de cunho empírico, que em determinadas áreas do conhecimento é de maior importância do que em outras, desde que existe a crença de que é somente no campo empírico que se encontra a possibilidade da construção de conhecimento inédito, ou mesmo de

---

<sup>17</sup> Tomamos como referência as informações contidas no site oficial, Plataforma Sucupira, que gerencia os sistemas de avaliação, de coleta de dados e de divulgação dos conceitos qualis de periódicos científicos. <<https://sucupira.capes.gov.br/sobre-o-qualis>>. É importante salientar que para o Quadriênio 2025-2028, a avaliação dos Programas de Pós-Graduação – PPGs, incluirá uma nova sistemática para a classificação de artigos, que se concentrará na avaliação dos próprios artigos, em vez de classificar os veículos de publicação (Qualis periódicos). Com essa mudança, os veículos não serão mais categorizados pelos estratos Qualis. Segundo o Ofício Circular – OC nº 46/2024-DAV/CAPES, as áreas terão autonomia para adotar diferentes procedimentos de classificação dos artigos e suas combinações, dentre os procedimentos previstos no Ciclo 2025-2028. O documento completo pode ser acessado nas referências.

situações que estão frente a realidade propriamente, assim, atendendo as necessidades reais. Todavia, a pesquisa bibliográfica concede ferramentas para trabalhar tanto os problemas já conhecidos, como para explorar outros pontos da complexidade social os quais ainda não são definitivos, de forma a aprofundarmos conhecimentos e/ou questionamentos sobre novas possibilidades, representações, complexidades do movimento da realidade.

Em termos de bases conceituais para a sustentação teórico-metodológica da pesquisa, partimos da perspectiva de não-isenção do pesquisador. Consideramos o Serviço Social como profissão que vende seus serviços sob modelo de assalariamento, inscrita na divisão social, sexual e técnica do trabalho, sendo seus profissionais trabalhadores(as) assalariados(as), membros(as) da classe trabalhadora e, dessa forma, à mercê dos efeitos dos processos de flexibilização e de precarização do trabalho, e aos constrangimentos deles decorrentes.

Admite-se que o mercado de trabalho para os/as Assistentes Sociais, é permeado pelos impactos das transformações do mundo do trabalho, bem como das relações sociais decorrentes do modelo de reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal, que incidem sobre a particularidade latino-americana, no contexto de crise estrutural do capital. Essa realidade de vínculo com a instituição proporciona ao(à) Assistente Social uma posição singular, que quando submetida à observação crítica quanto a sua imersão na cultura educacional, suas condições laborais, a influência das “tradições educacionais”, e adequação da comunidade escolar à realidade da instituição-escola, propicia uma visão de totalidade quanto a política educacional e sua relação com a cultura e as expressões de valores sociais difundidas na comunidade.

Para o desenvolvimento da nossa proposta, recorreremos a procedimentos cujos tratamentos têm privilegiado aporte qualitativo e quantitativo a partir de pesquisa de tipo exploratória, fundada em estudo bibliográfico. Partimos do princípio de que a realidade social, cultural e política onde se insere laboralmente o profissional de Serviço Social influencia na sua visão de mundo, que é expressa na sua atuação profissional, em suas opiniões, laudos e pareceres, bem como estudos acadêmicos, como os artigos científicos publicados em periódicos da área.

O recurso da pesquisa em questão, possibilita quantificar e analisar o conteúdo dos periódicos por revista, por período e tema, o que nos permite apontar os caminhos que vêm sendo seguidos, junto aos aspectos que são abordados

dentro da temática, em detrimento de outros. Ao fim, o estudo nos propiciará uma visão mais ampla das correntes filosóficas, sociológicas e políticas usadas pelos(as) profissionais, para a análise da Política Pública e das instituições às quais se inserem.

O nosso objeto de pesquisa é a atuação profissional do(a) Assistente Social na Política de Educação, com foco na educação básica, e essas são as principais palavras-chave utilizadas para o levantamento de dados nos repositórios on-line de periódicos. Assim, para qualquer investigação minimamente acurada sobre esse objeto, é necessário algum contato com as expressões da realidade social à qual está submetido(a) o(a) profissional, em meio às suas demandas, suas respostas, seus direcionamentos em relação à Política de Educação. Essa realidade é analisada pelos(as) profissionais atuantes nas instituições de ensino, consideradas em termos de gestão de atividades, realidade política e social da comunidade, questões financeiras e culturais, bem como dos(as) próprios(as) Assistentes Sociais inseridas no processo, tomando suas condições contratuais, de gestão e de gerenciamento da profissão nos ambientes onde atuam.

É preciso ter em mente também a legislação que regula a inserção de Assistentes Sociais na Política de Educação, bem como a legislação que regula o funcionamento da própria Política de Educação, nos seus princípios, diretrizes e propósitos para com a demanda social. Estes aparatos legais direcionam a inserção do Serviço Social na escola, e para aqueles profissionais que lá estão (Pedagogos, Diretores, Coordenadores, etc.) é diretriz que norteia a relação com esse novo “profissional da educação”, o que se observa na apreensão dos(as) Assistentes Sociais em meio à sua atuação como membro de equipes multiprofissionais na educação.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, como um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...]. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade [...] (MINAYO, 2007, p.21).

O tema da atuação do(a) Assistente Social na educação pública não é recente, podendo ser acompanhado desde o início da profissão de Serviço Social, até a atualidade. Estes debates, como explanado anteriormente, seguem as linhas

de valor e atenção dadas à atuação do Serviço Social em cada época, seguindo o contexto social e político do tempo em que ocorrem.

Exemplo disso é o modelo de atuação do(a) Assistente Social no meio educacional, nos anos finais da primeira metade do século XX, onde a profissão era vinculada ao estudo da situação de vida dos alunos, por meio da aproximação com as famílias e demais membros da comunidade escolar, com o intuito de modificar o aluno, ajudar os necessitados e, com isso, facilitar a tarefa educativa de “ajustamento Social”, integrando os alunos à sociedade, de acordo com as deliberações da perspectiva liberal predominante na conjuntura social do pós-guerra (SILVA, 2012).

Na conjuntura atual, considerando a evolução histórica da Política de Educação e da renovação do Serviço Social enquanto profissão, a atuação do(a) Assistente Social na educação pública é pautada no acesso, garantia e permanência dos usuários com relação aos direitos educacionais, e não no “ajustamento dos desajustados”, na higienização da cidade ou na filantropia<sup>18</sup>.

O nosso estudo acerca dos debates sobre a atuação dos(as) Assistentes Sociais na Política de Educação na atualidade, se estende desde antes da promulgação da legislação que regulamenta sua inserção, a Lei 13.935/19, e como dito, com foco na atuação dos(as) profissionais na referida Política Pública. Considerando as mudanças da sociedade e da profissão, temos como resultado a revisão do conceito de educação que norteia a atuação profissional no ambiente escolar, bem como a maior criticidade dos(as) profissionais sobre a gestão e planejamento dos programas escolares para o acesso e permanência na escola.

Em nossa pesquisa, analisamos a inserção do(a) Assistente Social, bem como sua atuação na Política de Educação, a partir das suas expressões, relatos e análises, a partir das publicações de artigos em revistas especializadas da área do Serviço Social no Brasil.

Por meio dessas publicações, examinamos, a partir do olhar do(a) Assistente Social, a conjuntura sócio-econômica e Política da Educação pública brasileira

---

<sup>18</sup> A filantropia e as políticas higienistas ainda fazem parte da conjuntura política e das ações das Políticas Públicas das cidades brasileiras, entretanto, atualmente com um verniz de inclusão social, ajuda e melhoria da qualidade de vida do seu público. No entanto, existem denúncias de casos de internação forçada das pessoas em situação de rua, especialmente em áreas de hotéis, praças e locais turísticos de cidades litorâneas brasileiras. <<https://apublica.org/2024/07/carrocinha-humana-balneario-camboriu-interna-sem-tetos-a-forca-durante-altas-temporadas/#>>. O Serviço Social integra o conjunto multiprofissional das equipes de acolhimento dos consultórios de rua, ou consultórios sociais.

desde antes da promulgação da Lei que garante a inserção dos(as) Assistentes Sociais na educação básica (Lei 13.935/19) – desde 2018 –, até o corrente ano. A escolha do prazo estabelecido para a análise das publicações, um espaço de sete anos, se deu em decorrência dos últimos acontecimentos na realidade brasileira, interligada aos eventos internacionais, como a Pandemia de COVID-19, aliada às contrarreformas na educação pública brasileira, o desmonte dos direitos trabalhistas e a ultra-precarização das relações laborais nos serviços públicos.

Os acontecimentos na história recente do Brasil, especialmente nos anos seguintes ao golpe parlamentar em 2016, passando pelas contrarreformas liberais do “governo tampão” – em especial o chamado “teto de gastos”<sup>19</sup> – e o retorno do neofascismo com a gestão militarizada subsequente, aceleraram o processo de desmonte das Políticas Públicas, levando-as à precarização dos serviços ofertados, à diminuição de largos estratos sociais do seu público-alvo e à ampliação da privatização de serviços essenciais em meio aos efeitos nocivos decorrentes da Pandemia de COVID-19.

Este contexto sociopolítico influenciou direta e/ou indiretamente na realidade dos(as) estudantes e das famílias que dependem do sistema de educação público, e consequentemente dos profissionais que atuam nas instituições de Políticas Públicas, como o(a) Assistente Social.

Em nossa pesquisa, observamos as nuances da atuação dos/as Assistentes Sociais nas escolas da educação básica, a partir das análises da realidade escolar/institucional expressas nas publicações, que no mais das vezes, reafirmam as mudanças de cenário da Política de Educação como um todo, em direção ao recrudescimento dos efeitos negativos da superexploração das parcelas mais baixas da sociedade brasileira.

Entendemos que a contribuição do(a) Assistente Social nas escolas vai muito mais além da demanda por avaliações socioeconômicas ou projetos sociais. Com as mudanças no cenário político, econômico e cultural do Brasil nos últimos anos, a contribuição dos profissionais sofreram pressão, do lado institucional, no que

---

<sup>19</sup> Nos referimos aqui ao Governo de Michel Temer, que no período de 111 dias como Presidente Interino, desempenhou diversas reformas na regulamentação de Políticas Públicas, que resultaram na redução de investimentos públicos, aumento da precarização do trabalho, perda de direitos sociais, sucateamento de instituições públicas, desinvestimentos e privatizações, argumentando “que eram necessárias para a recuperação econômica do Brasil”. As mais importantes foram a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/17), reforma da previdência (proposta, PEC 287/2016), reforma do ensino médio (MP nº 746/16) e o teto de gastos (EC nº 95/2016).

envolvem as burocracias cotidianas da instituição, mas também na mobilização social da comunidade escolar, das famílias dos(as) estudantes, e nos objetivos de democratização da educação, na representatividade da escola na comunidade, e do acesso aos direitos sociais.

Pautado no Projeto Ético-político Profissional – PEP do Serviço Social, as atividades pertinentes ao trabalho do(a) Assistente Social na Política de Educação, fazem referência a um conceito de educação voltado para a emancipação das pessoas (CFESS, 2013), que ofereça a possibilidade aos indivíduos envolvidos, do desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades, alçando-os à condição de seres sociais autônomos.

A questão central da pesquisa são as manifestações dos(as) Assistentes Sociais, a partir das publicações periódicas, de artigos de investigação e debate sobre o papel do Serviço Social na escola, na formulação e gestão de programas e projetos que se inserem no processo de gestão escolar, na forma em que os(as) profissionais contribuem para a construção de uma educação democrática e de direito, no acesso dos(as) usuários(as) aos bens e serviços, nas situações cotidianas a partir das expressões da questão social observadas no ambiente escolar, como também no incentivo à mobilização social da comunidade escolar, e na colaboração também com o fortalecimento da Gestão Escolar.

Em suma, o que dizem os profissionais sobre a dinâmica de sua atuação na escola? Como o Serviço Social se relaciona com os demais profissionais da educação, em meio às complexidades inerentes à escola? De que forma o Serviço Social contribui com o trabalho da equipe escolar, com os estudantes e suas famílias, os(as) profissionais da educação e demais funcionários(as) das instituições escolares no enfrentamento às mazelas da questão social que envolvem a educação?

### **4.3 Levantamento de dados**

O serviço social também se destaca pela sua capacidade de teorização e reflexão crítica sobre a sociedade. Essa disciplina desenvolveu um arcabouço teórico-metodológico próprio, que permite analisar e interpretar a realidade social de forma contextualizada, identificando suas contradições, desigualdades e possibilidades de transformação.

Entendemos que a revisão de literatura é uma etapa essencial para a construção de conhecimento científico, pois permite situar a pesquisa em relação ao que já foi produzido sobre o tema, identificar oportunidades de atuação e proposição de novas estratégias de enfrentamento às mazelas da questão social, além de direcionar os esforços de investigação a novas conjunturas e realidades sociais.

Neste esteio, este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise abrangente da produção acadêmica recente, focando em periódicos classificados nas categorias Qualis A1 a A4 e B1 a B5, entre os anos de 2018 a 2024.

Para a construção desta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados reconhecidas, priorizando artigos publicados em periódicos considerados de alta qualidade, conforme a classificação Qualis, que é um sistema de avaliação da produção científica no Brasil. Essa classificação é crucial, pois assegura que os trabalhos selecionados tenham passado por rigorosos processos de revisão por pares, garantindo a credibilidade e a relevância das informações.

Dentre os critérios que utilizamos para a seleção das revistas, consideramos a vinculação do periódico a programas de pós-graduação nas áreas de Serviço Social e Educação. Essa escolha é fundamental, pois assegura que as publicações discutam temas relevantes e contemporâneos, alinhados às necessidades e desafios enfrentados por Assistentes Sociais que atuam na educação básica. Além disso, a inclusão de revistas ligadas a programas de pós-graduação contribui para a disseminação de pesquisas que buscam não apenas a produção de conhecimento teórico, mas que também tenham como foco a aplicação prática em contextos sociais e educacionais.

Adicionalmente, os artigos selecionados para esta revisão foram aqueles que tratam da inserção ou atuação do(a) Assistente Social nas escolas de educação básica. Essa abordagem é essencial, pois permite explorar como os profissionais de Serviço Social foram inseridos nas escolas – antes e depois da aprovação da Lei 13.935/2019 – e como os/as profissionais contribuem para o ambiente escolar, abordando questões como inclusão, evasão escolar, apoio psicossocial, e promoção de Políticas Públicas voltadas para a educação.

Na nossa apuração, foram rejeitados os artigos que desconsideram a inserção e/ou atuação do/a Assistente Social na educação; artigos que abordam questões pedagógicas e temas próprios do conjunto ensino-aprendizagem; questões específicas da pedagogia e de licenciaturas. Essa seleção rigorosa visa garantir que

a revisão se concentre exclusivamente nas contribuições do Serviço Social no contexto educacional, evitando a diluição do foco da pesquisa em temas que não se relacionam diretamente com a atuação do(a) Assistente Social nas escolas.

A pesquisa bibliográfica abrange uma variedade de temas, metodologias e resultados, permitindo uma análise crítica e comparativa das contribuições mais significativas na área de interesse. Os periódicos selecionados, que vão de A1 a A4 e B1 a B5, representam uma amostra diversificada de publicações que refletem as tendências atuais e as discussões emergentes no campo. A escolha do recorte temporal de 2018 a 2024 é estratégica, pois abrange um período recente que possibilita a identificação de “inovações” e mudanças nas questões político-econômicas do Brasil, considerando o período pós-golpe parlamentar de 2016; o teto de gastos previsto na EC 95/2016; o recrudescimento do neofascismo com o governo imediatamente posterior e sua ingerência para com o flagelo da Pandemia de COVID-19; e o neoliberalismo ainda pulsante nas esferas governamentais contemporâneas.

Por meio desta aproximação, busca-se não apenas apresentar o escopo da pesquisa, mas também enfatizar a importância da revisão da literatura como um passo essencial para fundamentar novas investigações e contribuir para o avanço do conhecimento científico. A seguir, serão discutidos os principais achados da pesquisa, bem como as implicações e recomendações para futuras investigações na área.

#### **4.4 Análise de dados textuais**

Apresentaremos os dados coletados em quadros, de maneira que facilite a amostragem e análise dos textos coletados, evidenciando-se o quantitativo das produções de acordo com as classificações Qualis e o ano de publicação, o que proporcionará clareza e organização. Esses elementos facilitam a visualização e compreensão dos dados, permitindo que as pessoas identifiquem rapidamente os padrões e as tendências.

Além disso, a amostragem via tabelas permite que se faça comparações entre diferentes categorias ou grupos, como as produções de acordo com os conceitos Qualis, ao longo do período de análise. Essa forma de disposição facilita a quantificação rápida, o que permite que os leitores avaliem as contagens de forma

clara, o que é essencial em análises quantitativas.

Os quadros também servem como uma referência rápida, permitindo que os leitores consultem pontos específicos sem a necessidade de retornar páginas ou percorrer longos textos. Essa forma de apresentação é um passo preliminar, importante para análises estatísticas, que posteriormente fornecerá uma base clara para as interpretações qualitativas, tornando as informações mais compreensíveis quanto ao volume de publicações sobre o tema que pesquisamos.

No quantitativo final, destacamos a soma de doze (12) artigos coletados e analisados na pesquisa. Insistimos que o levantamento dos dados foi realizado com base em critérios rígidos, visando garantir a proximidade das publicações em relação ao tema “Serviço Social na Educação”. A busca foi conduzida em sites oficiais de periódicos, classificados no sistema Qualis, abrangendo revistas de categorias A1 a B5. Essa abordagem assegurou que os artigos selecionados fossem publicados em revistas de alta qualidade, reconhecidas pela comunidade acadêmica e que seguissem processos de revisão por pares.

Para a identificação dos artigos, foram empregadas palavras-chave específicas relacionadas ao tema, como “serviço social”, “educação”, “assistente social”, “intervenção profissional”, e “prática profissional”. Essa estratégia permitiu a localização de publicações que abordassem diretamente a intersecção entre o Serviço Social e as expressões da questão social no contexto educacional.

Além disso, cada artigo foi avaliado quanto à sua relevância e contribuição para o tema central da pesquisa. A análise centralizou em como os artigos discutem a atuação dos/as Assistentes Sociais no contexto educacional, suas práticas, desafios e impactos nas Políticas Públicas educacionais, na formação dos estudantes e no relacionamento destes com suas famílias.

É preciso considerar que algumas classificações Qualis não contam com artigos dentre os apresentados nos resultados da nossa pesquisa, e isso pode ser justificado por diversos fatores. Primeiramente, devemos considerar que as publicações de revistas das classificações Qualis B1, B2, B3 e B5 – considerando os critérios de seleção já mencionados – fogem da intencionalidade de nossa pesquisa, pois estas produções se concentram em temas que não estão relacionados com nossos objetivos. São artigos que se dedicam a temas de campos emergentes da educação, ou interdisciplinares, onde a literatura converge para a Política Pública, mas não considera o Serviço Social e sua inserção/atuação na educação básica.

Além disso, é possível que os artigos relevantes à nossa pesquisa ainda não tenham sido publicados ou indexados no momento de nossa consulta. Isso pode ocorrer especialmente em áreas de estudo novas, onde os artigos podem estar em processo de revisão ou ainda não tenham sido aprovados para a publicação.

Por fim, devemos considerar as limitações em nossa metodologia, que também podem ter impactado a abrangência dos resultados. O uso de palavras-chave muito específicas ou a seleção de um período de tempo restrito podem ter confinado nossa busca a um conjunto menor de publicações, excluindo assim artigos que poderiam ser relevantes. Essas justificativas nos ajudam a entender a ausência de artigos nas classificações mencionadas, e podem ser exploradas mais a fundo para identificar possíveis melhorias em nossas pesquisas futuras.

Quadro 1 – Artigos em periódicos A1

Periódico	Instituição	Qualis	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Serviço Social & Sociedade* _	Cortez Editora LTDA	A1	-	-	-	-	-	-	-
Katálysis* _	UFSC	A1	-	1	-	-	-	-	-
Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea * _	UERJ	A1	-	-	-	-	1	-	-
Revista de Políticas Públicas* _	UFMA	A1	-	-	-	-	-	-	-
Textos & Contextos* _	PUCRS	A1	-	-	-	-	-	-	-

**Legenda**

x – Edições inexistentes no repositório da revista.

O – Edição não publicada até o momento da pesquisa.

\* – Os asteriscos (\*) conduzem ao site do periódico.

#### 4.4.1 Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária.

Aline Batista de Paula, em seu artigo intitulado “Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária”, publicado na Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, aborda a intersecção entre o Serviço Social, a educação e as questões raciais. O texto, publicado em 2020, discute a importância de articular essas áreas para compreender e enfrentar as desigualdades raciais presentes na sociedade. A autora propõe uma reflexão crítica sobre como o Serviço Social pode contribuir para a promoção da justiça social e a inclusão educacional, destacando a necessidade de uma abordagem que considere as especificidades raciais.

O artigo é baseado na primeira etapa da pesquisa de doutoramento, onde a autora traz suas reflexões sobre o trabalho dos(as) Assistentes Sociais nas políticas educacionais. O principal foco se concentra na articulação dos(as) profissionais com as legislações recentes de combate ao racismo, fundamentadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. A autora destaca a importância de realizar um mapeamento das produções acadêmicas relacionadas ao tema do racismo na educação, em cursos vinculados a programas de pós-graduação em serviço social. Para tanto, faz-se uso da base de dados do sistema CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Ela enfatiza que as políticas educacionais são instrumentos cruciais no combate ao racismo e à discriminação racial no Brasil, e orienta sua análise na visão dialética entre a construção das políticas antirracismo e o contexto socioeconômico do Estado, reconhecendo que essa interação é fundamental para entender como as políticas educacionais podem influenciar, e serem influenciadas pelas dinâmicas político-sociais. Além disso, a autora ressalta a dimensão política dos processos de socialização, destacando o fator cultural como um elemento essencial que impulsiona as implicações sociais das políticas educacionais.

A urgência do tema se torna ainda mais evidente diante do contexto social e político atual, onde questões de racismo e discriminação racial continuam a ser uma realidade. A pesquisa da autora, portanto, não só contribui para o campo acadêmico, mas também tem o potencial de influenciar práticas e políticas que visem a

construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A autora enfatiza a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que considere as intersecções entre educação, serviço social e direitos humanos. Ao explorar as práticas dos(as) Assistentes Sociais, a pesquisa revela como esses profissionais podem atuar como agentes de mudança, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

Em suma, a pesquisa busca não apenas identificar as lacunas na literatura acadêmica, mas também fomentar uma reflexão crítica sobre como as políticas educacionais podem ser aprimoradas para efetivamente enfrentar as desigualdades raciais.

#### 4.4.2 Núcleo de apoio pedagógico especializado: espaço de atuação do Serviço Social

Neste trabalho de Luciene Araújo, intitulado “Núcleo de apoio pedagógico especializado: espaço de atuação do Serviço Social”, publicado na revista *Katálysis* em 2023, a autora analisa o papel do Serviço Social dentro dos Núcleos de Apoio Pedagógico Especializado. O texto se aprofunda sobre como esses núcleos podem servir como um espaço de atuação para os profissionais de Serviço Social, destacando a importância de sua intervenção na promoção de uma educação inclusiva e no suporte a estudantes com necessidades especiais.

A autora, em sua pesquisa, busca compreender a atuação dos(as) Assistentes Sociais na Política de Educação, como foco na educação especial, onde analisa a realidade social dentro do contexto do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado professora Maria Marcelina da Silva, situado na cidade de Russas, no Estado do Ceará. A instituição conta com uma equipe multiprofissional dedicada a atender alunos(as) com dificuldades de aprendizagem (dentre as mais comuns, Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, etc.). A partir da sua vivência enquanto Assistente Social atuante nessa instituição, destacando como período temporal o mês de setembro de 2021 até o momento da publicação do artigo, em 2023, usa como seu referencial teórico aquele “referente à educação especial no Brasil e no Ceará”<sup>20</sup>, assim como outras

---

<sup>20</sup> Reconhece-se que a autora também utiliza como referências os trabalhos de outros(as) pesquisadores(as) da região. Dessa forma, pode-se ter maior proximidade com avaliações e análises

contribuições teóricas, metodológicas, éticas e políticas sobre a atuação de assistentes sociais na política de educação.

O texto gira em torno da importância do Serviço Social na promoção e defesa do direito à educação – reiterando a concepção de educação defendida pela profissão – que essa educação deve ser pública, gratuita, de qualidade e inclusiva. A menção ao acolhimento social e à orientação às famílias evidencia o papel do(a) Assistente Social como um mediador no acesso à educação, além de atuar na construção de uma rede intersetorial, para a potencialização dos recursos e serviços disponíveis. Essa articulação é fundamental para garantir que as necessidades de diferentes grupos sociais sejam atendidas, promovendo uma educação que respeite a diversidade e busque a equidade no enfrentamento às expressões da questão social. A conclusão da autora sugere que o Serviço Social não apenas atua para identificar, mas também para enfrentar barreiras, se comprometendo ativamente com a transformação social, contribuindo para um sistema educacional mais equitativo e acessível a todo seu público.

Quadro 2 – Artigos em Periódicos A2

Periódico	Instituição	Qualis	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Ser Social*	UnB	A2	-	-	-	-	-	-	-
Temporalidades*	UFES	A2	2	-	-	-	-	-	-
Serviço Social em Revista*	UEL	A2	-	-	-	-	-	-	-
Emancipação*	UEPG	A2	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade em Debate*	UCPel	A2	-	-	-	-	-	1	-

**Legenda**

x – Edições inexistentes no repositório da revista.

O – Edição não publicada até o momento da pesquisa.

\* – Os asteriscos (\*) conduzem ao site do periódico.

---

já referendadas sobre o tema, que compõem o arcabouço interpretativo de leitura da realidade social da região, considerando as questões sociopolíticas das instituições e as disputas de classes sociais evidentes.

#### 4.4.3 Educação inclusiva e Serviço Social: um debate necessário.

As pesquisadoras Nilza Rogéria de Andrade Nunes e Nádia Xavier Moreira, em seu artigo intitulado “Educação inclusiva e Serviço Social: um debate necessário”, publicado na revista *Sociedade em Debate*, em 2019, abordam a relação entre a educação inclusiva e a atuação do Serviço Social. O foco é a importância de promover um debate sobre como os profissionais de Serviço Social podem contribuir para a efetivação da educação inclusiva, enfrentando os desafios e as barreiras que ainda persistem nesse campo.

As autoras do artigo abordam de maneira significativa os direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, contextualizando-os historicamente ao processo de implementação da Educação Inclusiva no Brasil, que acompanha o debate sobre a inclusão ativa da pessoa com deficiência na sociedade. Ademais, referencia-se o papel do Serviço Social nesse contexto, e sua atuação nas Políticas Públicas, como um mediador entre o Estado e a população, buscando identificar as necessidades específicas das pessoas com deficiência e promovendo ações que visem a sua inclusão social.

Na primeira parte da análise, elas caracterizam os movimentos políticos das pessoas com deficiência, destacando as conquistas relacionadas ao acesso à educação regular. Essa abordagem evidencia a importância das lutas coletivas e das mobilizações sociais que permitiram avanços significativos na garantia de direitos sociais.

No segundo eixo, as autoras refletem sobre a atuação do Serviço Social na Política de Educação propriamente, enfatizando como o exercício profissional pode contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência. Elas reforçam que o Serviço Social se aproxime, em termos de projeto ético-político, às crescentes e múltiplas demandas sociais para a Educação Inclusiva, construindo novas formas de sociabilidade que reconheçam e valorizem as diferenças. Essa perspectiva é fundamental para a construção de um ambiente educacional mais equitativo e acolhedor.

A escolha metodológica das autoras, que inclui pesquisa bibliográfica e análise documental, é apropriada para sustentar suas reflexões e conclusões em direção à ampliação do debate para as novas demandas sociais da atualidade. Elas ressaltam a necessidade de que o debate sobre inclusão seja apropriado pelo

Serviço Social desde suas bases, o que implica uma formação profissional mais profunda, que considere as especificidades das pessoas com deficiência. Esse ponto de discussão abre margem para a crítica aos modelos de formação profissional aligeiradas e tecnicistas, voltadas para a formação de volume de mão de obra, carentes de criticidade para com as expressões da questão social e repleto de funcionalismos conservadorismos institucionais.

As autoras contribuem de maneira relevante para a discussão sobre a inclusão educacional e o papel do Serviço Social, sublinhando a importância de uma abordagem que promova a diversidade e a equidade no acesso à educação. A reflexão proposta, considerando seu método de análise, é essencial para avançar em direção a uma discussão mais abrangente quanto à inclusão social e equidade nas Políticas Públicas.

#### 4.4.4 A inserção do serviço social na educação básica em Santa Catarina.

No artigo “A inserção do serviço social na educação básica em Santa Catarina”, publicado na revista *Temporalis* em 2024, as autoras Débora Ruviaro, Elisônia Carin Renk, Flávia de Brito Souza e Simone Dalbello, discutem a atuação do Serviço Social no contexto da educação básica no Estado de Santa Catarina. O texto, analisa as práticas e desafios enfrentados pelos assistentes sociais nesse ambiente educacional, destacando a inclusão e o suporte aos estudantes e suas famílias.

O artigo apresenta uma síntese das ações do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS da 12ª Região, em relação à implementação da Lei nº 13.935/2019 no Estado de Santa Catarina. A iniciativa de criar um Grupo de Trabalho focado na inserção dos serviços de Psicologia e Serviço Social na educação básica é um passo significativo, pois demonstra a proatividade do CRESS em buscar a articulação entre diferentes áreas profissionais, o que é essencial para uma abordagem integrada no contexto educacional.

A menção à promulgação da Lei estadual nº 18.354 em março de 2022 destaca o resultado positivo desse esforço coletivo, evidenciando a importância da incidência política e da colaboração entre os profissionais de diferentes áreas. Isso reforça que a mobilização e o trabalho conjunto são fundamentais para a efetivação de Políticas Públicas.

Os desafios mencionados pelas autoras, como o reconhecimento dos(as) Assistentes Sociais como profissionais da educação, a insuficiência de contratações e a precarização das condições de trabalho, são questões relevantes que refletem a realidade enfrentada por muitos profissionais da área. Esses pontos indicam a necessidade de um acompanhamento contínuo e de estratégias para garantir que a implementação da lei não ocorra apenas no papel, mas também seja transformada em ato, concretizada em melhorias nas condições de trabalho e qualidade do atendimento aos estudantes.

Em suma, o texto reafirma, segundo a lógica da estrutura da política de educação inserida no funcionalismo das instituições públicas, a importância da ação política e da colaboração interprofissional e intersetorial, para o planejamento e implementação dos serviços disponibilizados, ao mesmo tempo que aponta para os desafios que ainda precisam ser enfrentados para garantir a efetividade dessas ações, conforme evidenciado pelas autoras do artigo.

#### 4.4.5 Formação de assistentes sociais na educação como estratégia para implementação da Lei nº 13.935/2019.

O texto “Formação de assistentes sociais na educação como estratégia para implementação da Lei nº 13.935/2019”, escrito por Wagner Roberto Amaral, Juliana Iglesias Melim e Gabriela Greinert, publicado na revista *Temporalis* em 2024, discute as diretrizes e desafios da formação de Assistentes Sociais, ressaltando como uma formação adequada pode contribuir para a implementação das Políticas Públicas voltadas à educação e ao atendimento das demandas sociais nas instituições de ensino.

O texto segue no esteio da importância do(a) Assistente Social na Política de Educação, especialmente com a implementação da Lei nº 13.935/2019, que regulamenta a atuação de profissionais de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. A presença do(a) Assistente Social nesse contexto é considerada fundamental na atualidade, pois ele desempenha um papel crucial na identificação e enfrentamento das expressões da questão social que fogem do contexto estritamente pedagógico, visto que têm suas raízes em questões familiares, emprego, renda e outros fatores político-econômicos, que acabam afetando o ambiente escolar e o desenvolvimento dos estudantes.

A formação profissional do(a) Assistente Social é o ponto central abordado no texto. Os(as) autores(as) reafirmam a essencialidade da sólida formação desses profissionais, para que sejam capacitados para atuar de forma crítica e propositiva, o que implica não apenas em conhecimentos técnicos, mas também em uma compreensão profunda das realidades sociais e educacionais.

Além disso, a menção às entidades nacionais que mobilizam essas áreas destaca a importância da articulação e do trabalho em rede, que são essenciais para a efetivação de Políticas Públicas. A colaboração entre diferentes profissionais e instituições pode potencializar os resultados e garantir que as intervenções sejam mais eficazes.

Em outras palavras, os autores abordam questões centrais para o enfrentamento das problemáticas da educação no Brasil, propondo uma reflexão sobre como o Serviço Social e a Psicologia podem contribuir para um ambiente escolar mais inclusivo e atento às demandas sociais. Essa discussão é fundamental para a construção de uma educação que não seja apenas ferramental, transferidora de conhecimento, mas que também seja caminho para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Quadro 3 – Artigos em Periódicos A3

Periódico	Instituição	Qualis	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Praia Vermelha*	UFRJ	A3	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Social em Perspectiva*	Unimontes	A3	-	-	-	-	-	-	1
Libertas*	UFJF	A3	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Social e Saúde*	UNICAMP	A3	-	-	-	-	-	-	-
Revista Trabalho Necessário*	UFF	A3	-	-	-	-	-	-	-

**Legenda**

x – Edições inexistentes no repositório da revista.

O – Edição não publicada até o momento da pesquisa.

\* – Os asteriscos (\*) conduzem ao site do periódico.

#### 4.4.6 O exercício profissional do(a) Assistente Social no espaço educacional: uma contribuição para a afirmação do direito à educação no IFRN.

Sheine Santos do Nascimento e Geovana Reis Silva Barra, em seu artigo intitulado “O exercício profissional do(a) Assistente Social no espaço educacional: uma contribuição para a afirmação do direito à educação no IFRN”, publicado em 2020 na revista *Serviço Social em Perspectiva*, discutem a atuação dos(as) Assistentes Sociais no Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN e sua contribuição para a promoção do direito à educação.

O trabalho aborda um tema relevante e atual: o papel dos profissionais de Serviço Social na educação, especialmente em um contexto de desafios sociais e econômicos no Brasil contemporâneo. As autoras destacam como as transformações na sociedade brasileira impactam o acesso e a permanência na educação, o que é crucial para entender os desafios do trabalho dos(as) Assistentes Sociais frente às demandas apresentadas. A menção ao “acirramento das expressões da questão social” sugere que as desigualdades estão se intensificando, considerando a crescente demanda e o congelamento dos quadros de atendimento, o que torna o papel desses profissionais ainda mais vital.

A análise do exercício profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte é um exemplo concreto que pode ilustrar como os assistentes sociais atuam. A centralidade das autoras está na defesa da assistência estudantil como um pressuposto para a permanência dos alunos e é um ponto forte, ressaltando a ideia de que a educação não deve ser apenas acessível, mas também sustentável, e que o suporte social é fundamental para que os estudantes consigam concluir seus estudos. Isso ajuda a evidenciar a importância da assistência estudantil e como ela se relaciona com o direito à educação.

A menção aos desafios enfrentados pelos assistentes sociais no cotidiano do trabalho é importante, pois humaniza a profissão e reconhece as dificuldades que esses profissionais enfrentam. Isso pode abrir espaço para discussões sobre o sucateamento das IES – Instituições de Educação Superior públicas e a necessidade de mais recursos e apoio para esses(as) trabalhadores(as). O estudo pode ter implicações práticas significativas, sugerindo que Políticas Públicas e

iniciativas educacionais devem considerar a inclusão de assistentes sociais como parte integral do sistema educacional, para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de acessar e permanecer na educação.

Quadro 4 – Artigos em Periódicos A4

Periódico	Instituição	Qualis	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Serviço Social em Debate*	UEMG	A4	-	-	-	-	-	-	-
Caderno Humanidades em Perspectivas*	UNINTER	A4	-	-	1	-	-	-	-
Revista Advir*	ASDUERJ	A4	X	X	-	-	-	X	-
MOITARÁ – Revista de Serviço Social*	UNIGRANRIO	A4	-	-	-	-	-	1	-
Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial*	UFMS	A4	0	-	-	-	-	-	X
Revista Socializante*	FVG (Faculdade do Vale do Jaguaribe)	A4	X	X	X	-	X	X	-
Universidade e Sociedade*	ANDES	A4	-	-	-	-	-	-	-

**Legenda**

x – Edições inexistentes no repositório da revista.

O – Edição não publicada até o momento da pesquisa.

\* – Os asteriscos (\*) conduzem ao site do periódico.

#### 4.4.7 Educação e questão social: elementos para pensar essa relação na sociedade atual

O artigo “Educação e questão social: elementos para pensar essa relação na sociedade atual”, publicado na MOITARÁ – Revista do Serviço Social da UNIGRANRIO em 2019, a autora Sarah Tavares Cortês, investiga a relação entre educação e as questões sociais que permeiam a sociedade contemporânea. A autora discute como as desigualdades sociais influenciam tanto o acesso à educação quanto na qualidade dos serviços educacionais. Cortês enfatiza a necessidade de uma análise crítica que leve em conta esses fatores na formulação de políticas educacionais e nos convida à reflexão sobre os desafios que enfrentamos atualmente, considerando a educação como um direito social fundamental para a cidadania ativa.

O texto aborda uma temática crucial sobre a temática da educação pública contemporânea: a intersecção entre educação e questão social. A autora, ao questionar se a escola é um espaço realmente pensado para os trabalhadores e seus filhos, provoca uma reflexão profunda sobre a função da educação em um contexto de desigualdade social e antagonismo de classes.

A indissociabilidade entre educação e questão social é um ponto central, pois a educação não pode ser vista apenas como um direito individual, mas também como um reflexo das condições sociais e econômicas em que está inserida. A análise da autora sobre a configuração da questão social na atualidade, especialmente sob a ótica do capitalismo monopolista, é pertinente, pois permite entender como as estruturas de poder e exploração influenciam a estrutura, o modelo, o acesso e a qualidade da educação.

Além disso, a discussão sobre as tensões na efetivação do direito à educação revela as barreiras que muitos enfrentam para acessar uma educação de qualidade. Isso nos leva a questionar as políticas educacionais e a necessidade de uma abordagem mais crítica a respeito do acesso e da permanência educacionais, considerando a realidade social dos estudantes.

A educação, pode ser tanto um instrumento de emancipação quanto um reflexo das desigualdades sociais, destacando a importância de repensar as práticas educacionais e as Políticas Públicas para que realmente atendam às necessidades de todos os segmentos da sociedade.

#### 4.4.8 As expressões da questão social no cotidiano escolar e as contribuições do serviço social na escola.

Marcos Antônio Klazura e Rubia Mayra Xavier Cardoso, em seu artigo “As expressões da questão social no cotidiano escolar e as contribuições do serviço social na escola”, publicado em 2022 no Caderno Humanidades em Perspectivas, analisam como as questões sociais se manifestam no ambiente escolar e o papel do Serviço Social nesse contexto. Em sua pesquisa, discutem as diversas manifestações das questões sociais que afetam a vida dos estudantes e como os assistentes sociais podem intervir para mitigar esses impactos.

O objetivo do artigo é o papel do Serviço Social na educação básica e como os assistentes sociais podem contribuir para enfrentar as desigualdades sociais que se manifestam no ambiente escolar. A perspectiva crítica-dialética utilizada no estudo é fundamental para compreender as interações entre a escola e a sociedade, destacando que a educação não pode ser vista de forma isolada, mas sim como parte de um contexto mais amplo, inserida na realidade sociopolítica da sociedade.

Os(as) autores(as) dão ênfase à atuação dos(as) Assistentes Sociais, sugerindo que esses(as) profissionais não apenas lidam com questões individuais, mas também buscam transformar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. A abordagem qualitativa e exploratória indica um esforço dos(as) profissionais para compreender as realidades vividas pelos(as) alunos(as) e comunidades, o que é essencial para a formulação de práticas educativas mais inclusivas, voltadas aos grupos sociais de maior vulnerabilidade.

Além disso, o conceito de uma “educação emancipadora” é utilizado de forma central, onde se propõe a política de educação como um instrumento de libertação. O caráter conformador do sistema educacional para com seu público também é considerado, o que gera uma contradição entre educação emancipatória e ao mesmo tempo geradora de conformidade sobre a realidade social. Isso ressalta a importância de preparar a comunidade escolar – o(a) Assistente Social incluso – para reconhecer e atuar sobre as desigualdades, promovendo um ambiente minimamente mais equitativo, já que a emancipação social depende de outros fatores para além da educação formal.

Quadro 5 – Artigos em Periódicos B4

Periódico	Instituição	Qualis	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Revista Humanidades em Perspectivas	UNINTER	B4	O	-	-	-	-	-	X
A Revista Científica Intgr@ção	UNIFIP	B4	-	-	-	-	-	X	X
Revista Conexão Geraes	CRESS-MG	B4	2	X	1	-	X	-	X

**Legenda**

x – Edições inexistentes no repositório da revista.

O – Edição não publicada até o momento da pesquisa.

\* – Os asteriscos (\*) conduzem ao site do periódico.

#### 4.4.9 Os desafios e as possibilidades na materialização do fazer profissional da e do Assistente Social na educação básica: relato de experiência do município de Itabira (MG).

Na publicação de 2022 na Revista Conexão Geraes, de Belo Horizonte, Fernanda Gomes Gerald, apresenta em seu artigo “Os desafios e as possibilidades na materialização do fazer profissional da e do(a) Assistente Social na educação básica: relato de experiência do município de Itabira (MG)”, um relato de experiência que destaca os desafios enfrentados pelos profissionais do Serviço Social na implementação de suas práticas e as barreiras que surgem nesse campo. A autora analisa as especificidades do município de Itabira, em Minas Gerais, e como as intervenções do Serviço Social podem contribuir para a melhoria das condições educacionais e para o suporte aos estudantes e suas famílias.

O artigo em questão aborda a prática investigativa e interventiva do(a) Assistente Social na educação básica, destacando sua importância na promoção de um ambiente educacional inclusivo. Na concepção da autora, a atuação do(a) Assistente Social vai além da observação, envolvendo ações concretas para melhorar o acesso e a permanência dos alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais.

O texto é centrado no trabalho do(a) Assistente Social em um Centro Municipal de Apoio Educacional, onde o profissional desempenha um papel crucial na coordenação dos serviços oferecidos. O Centro atua como um ponto de referência, facilitando a articulação entre diferentes serviços e profissionais envolvidos no processo educativo.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é outro aspecto destacado no artigo, sendo um serviço essencial para atender as necessidades educacionais dos estudantes com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. o(a) Assistente Social tem um papel ativo na promoção do AEE, buscando garantir que esses alunos não apenas tenham acesso à educação, mas também que permaneçam na escola e se sintam incluídos no ambiente escolar. Essa inclusão é vital para o desenvolvimento social e emocional dos alunos.

A autora apresenta uma análise abrangente da atuação do(a) Assistente Social na educação básica, no contexto do AEE, ressaltando a importância de sua intervenção para promover a inclusão do seu público à educação, pois isso também contribui para o desenvolvimento da comunidade onde a escola está inserida. A reflexão sobre os desafios e as possibilidades dessa prática é essencial para o fortalecimento do trabalho profissional na área, contribuindo para a construção de um sistema educacional mais equitativo.

#### 4.4.10 O Serviço Social na educação: possibilidades de intervenção profissional frente às reproduções da desigualdade e da evasão escolar

No artigo “O Serviço Social na educação: possibilidades de intervenção profissional frente às reproduções da desigualdade e da evasão escolar”, publicado na Revista Conexão Geraes, na edição de 2024, Geruza Aparecida Silvério explora as diversas formas de atuação do Serviço Social no contexto educacional. O texto analisa como as desigualdades sociais e a evasão escolar se manifestam nas instituições de ensino e discute as estratégias que os assistentes sociais podem adotar para enfrentar esses desafios.

A autora aborda um tema relevante e atual, que é a atuação do(a) Assistente Social nas escolas públicas, especialmente enquanto profissional mediador entre as expressões da questão social que afetam a educação e contribuem para a evasão escolar e outras problemáticas educacionais. A escolha de uma pesquisa

bibliográfica como método é apropriada, pois permite à autora realizar uma análise aprofundada das teorias e práticas existentes, além de oferecer um panorama histórico sobre a desigualdade social nas escolas.

A menção à Lei nº 13.935/2019, que estabelece a obrigatoriedade da presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas, é crucial. Essa legislação representa um avanço significativo na valorização e efetivação da atuação do(a) profissional do Serviço Social nas instituições de ensino, reconhecendo a importância de um suporte profissional adequado para lidar com as complexidades sociais que os alunos enfrentam e que influenciam no desempenho escolar.

A análise de um relato de experiência também é uma abordagem interessante, pois permite à autora refletir, ao lado da teoria existente, acerca das práticas concretas e a eficácia das estratégias utilizadas pelos Assistentes Sociais no contexto educacional atual. Isso pode contribuir para a construção de um conhecimento aplicado mais profundo e adaptado às realidades específicas das escolas. É de grande valia considerar, em pesquisas futuras, os resultados das ações práticas decorrentes da efetivação da profissão a partir da referida Lei, com relação às ações profissionais anteriores à sanção dessa legislação, o que possibilitaria um balanço da prática/autonomia profissional, num panorama de antes e depois.

#### 4.4.11 Serviço Social e políticas de educação básica: novo ensino médio, concepções de educação e o canto da sereia

O artigo de André Monteiro Moraes, Cristiano Costa de Carvalho, Dante Henrique Moura e Eliana Bolorino Canteiro, intitulado “Serviço Social e políticas de educação básica: novo ensino médio, concepções de educação e o canto da sereia”, publicado em 2024 na Revista Conexão Geraes, analisa a intersecção entre o Serviço Social e as políticas de educação básica, com foco nas recentes mudanças trazidas pelo novo ensino médio. O texto expõe as diferentes concepções de educação que permeiam essas políticas e como elas impactam a prática do Serviço Social nas escolas. Os autores abordam as implicações dessas transformações para a atuação dos(as) Assistentes Sociais, e reforçam a necessidade de uma reflexão crítica sobre as diretrizes educacionais e suas consequências para a inclusão social e a permanência do estudante no sistema educacional.

O artigo trata da promulgação do Novo Ensino Médio – NEM, e suas implicações nas políticas educacionais brasileiras, que não é o foro da nossa pesquisa, desde que tratamos da inserção do(a) Assistente Social na educação básica. No entanto, a análise do tema do NEM sob a perspectiva do Serviço Social é particularmente interessante, pois permite uma reflexão crítica sobre como as mudanças neoliberais nas Políticas Públicas impactam todos os níveis da educação, o que interfere também a atuação dos(as) Assistentes Sociais, no aumento da demanda e na precariedade dos atendimentos.

A escolha do método histórico-dialético para a pesquisa é apropriada, pois possibilita uma compreensão mais profunda das transformações sociais e educacionais em suas construções ao longo do tempo, considerando as relações de poder e os contextos econômicos que moldam as Políticas Públicas. A crítica ao viés conservador da reforma educacional é um ponto central, especialmente em um momento em que se observa um movimento em direção à educação voltada para o mercado, em detrimento de uma formação crítica e emancipatória, o que vem se construindo mais concretamente desde o início dos anos 2000.

A defesa de uma educação que priorize a emancipação política e humana é um chamado à ação para que os assistentes sociais se posicionem contra as tendências neoliberais que podem comprometer a formação integral dos estudantes. Nesse esteio, os autores consideram os retrocessos das reformas do sistema educacional, o que se põe como fundamentais para entender os desafios enfrentados pelos profissionais de Serviço Social.

## 5 APROXIMAÇÕES FINAIS

Considerando a atual conjuntura do sistema capitalista em seu modo organizacional periférico-dependente, que transforma as relações sociais em um modelo de convivência marcado pela competição entre indivíduos, sua vertente neoliberal submete a interação do ser humano com a natureza aos interesses de uma classe específica – a burguesia. Isso ocorre em detrimento da classe subalternizada, aquela que é responsável pela produção da riqueza social, convertendo o trabalho em si, em um instrumento de dominação e exploração.

Essa dinâmica, que se concentra na satisfação das necessidades básicas dos indivíduos – e aí seu ponto de coerção social, pois quem não trabalha não come – também pode ser vista como um ponto de partida para a construção de uma nova concepção de sujeito, por meio daquilo de que dispomos como estrutura de formação de atores sociais com consciência de classe: a Política de Educação. De acordo com os autores estudados e os subsídios do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2013) para a atuação do(a) Assistente Social na educação, essa nova abordagem deve priorizar a emancipação e a autorrealização do indivíduo na sociedade, promovendo o desenvolvimento pessoal e a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e dos caminhos para a sua efetivação, de modo que seus valores, enquanto seres sociais, não se limitem apenas aos interesses econômicos e às relações de capital.

Ponto central da nossa pesquisa é a atuação do Serviço Social na execução e gestão de programas, projetos e na articulação e correlação com as pessoas usuárias da Política de Educação, bem como suas famílias, em todo o quadro da realidade educacional. Consideramos primariamente a forma com que os(as) profissionais contribuem para o acesso democrático da população à educação pública, no incentivo à mobilização social da comunidade e nas situações cotidianas desenroladas a partir das expressões da questão social observadas na realidade escolar.

Ao mesmo tempo, nossa análise se estende à possibilidade de contradições entre o projeto Ético-político da Profissão, em seu direcionamento da atuação do(a) Assistente Social, e as exigências institucionais de inclusão/exclusão, acesso/desacesso, aproximação/distanciamento da população a uma educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento e

melhoramento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano.

De modo geral, é consenso entre a comunidade acadêmica – e verifica-se na verve empregada nos artigos estudados – que a atuação profissional no Serviço Social na educação básica revela-se fundamental para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Enquanto um componente profissional integrado às equipes multiprofissionais, o(a) Assistente Social tem papel de facilitador, promovendo a integração entre a escola, a família e a comunidade, e contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Ao longo desta pesquisa, foi possível evidenciar como os/as Assistentes Sociais desempenham um papel vital na identificação e enfrentamento das desigualdades que permeiam o ambiente escolar. No entanto, é importante levar em conta que a função do(a) Assistente Social enquanto funcionário de triagem nas escolas, é largamente limitada a um papel meramente burocrático e por vezes assistencialista.

Além disso, a visão assistencialista ainda predominante entre alguns profissionais da educação sobre o Serviço Social é histórica, cultural e tida como característica principal do Serviço Social, o que contribui para a desvalorização do trabalho do(a) Assistente Social. Essa perspectiva reduz a atuação do profissional a meros encaminhamentos e atendimentos pontuais, desconsiderando a importância de uma abordagem mais ampla e integrada que vise à transformação social e ao desenvolvimento integral dos alunos. Como vimos, essa visão pode dificultar a colaboração efetiva entre educadores e Assistentes Sociais, prejudicando a construção de um ambiente escolar que realmente atenda às necessidades dos estudantes.

Considerando o histórico da profissão – seu passado ligado à prática da ajuda e/ou ajustamento social – e o atual mercado de trabalho, a conjuntura pode levar os(às) Assistentes Sociais a aceitarem empregos em áreas que não são diretamente relacionadas à sua formação, ou a exercerem papéis incoerentes com o projeto ético-político da profissão, mesmo nos cargos específicos do Serviço Social, especialmente em contextos de alta concorrência e escassez de oportunidades.

Essa situação pode ser uma necessidade econômica, mas pode gerar dilemas éticos e profissionais. No entanto, a necessidade de um salário pode levar assistentes sociais a aceitarem trabalhos fora de sua área de atuação, é importante que essa situação seja abordada com cuidado, considerando os princípios éticos da

profissão e a importância de garantir a qualidade dos serviços prestados. A valorização da profissão e a criação de condições adequadas de trabalho são debates essenciais para a organização de movimentos profissionais e articulações políticas em prol de reconhecimento e respeito, para que os assistentes sociais possam atuar plenamente em suas áreas de competência.

Existe ainda a cultura da educação vista apenas como uma obrigação burocrática, esse contexto pode ser verificado nas realidades escolares descritas nos trabalhos estudados. Por um lado, a atuação profissional é reduzida a um mero cumprimento de trâmites, onde o foco está em exercer os ditames da “papelada”, encaminhar os “indivíduos-problema” para os setores competentes e conduzir os “adequados” ao próximo estágio. Já do ponto de vista da pessoa que usa a Política Pública, a experiência educacional se limita à aprovação nos testes das disciplinas para se obter os certificados, em vez de desenvolver habilidades críticas, senso de criatividade e pensamento independente. Nos dois contextos, o comportamento mecânico se naturaliza, e se torna o normal.

Os problemas estruturais das escolas, como a falta de recursos, infraestrutura inadequada e a escassez de programas de apoio, é outro fator que dificulta a integração das famílias na vida escolar dos alunos. É comum, especialmente em pequenas cidades e realidades interioranas Brasil afora, as escolas não oferecerem espaços e oportunidades adequados para a participação dos pais ou tutores, nem promoverem atividades que incentivem essa interação. Essa desconexão entre a escola e as famílias pode resultar em um ambiente educacional menos acolhedor e em um menor envolvimento dos responsáveis no processo educativo, o que, por sua vez, impacta negativamente no desempenho e no bem-estar dos estudantes.

Analisar a questão estrutural da política de educação bem como das suas instituições de gestão e ensino, requer um passo cuidadoso de verificação do contexto social ao qual se molda e se insere o conceito de educação que direciona a educação pública como um todo, o que também influencia nessa nova – ou não tão nova – área de atuação do(a) Assistente Social. A maioria dos autores estudados chama a atenção para as mudanças em torno da sociedade brasileira durante os últimos anos, principalmente o período em que se tem a forte influência da política do capital externo e as imposições neoliberais ao Brasil na atualidade, refletindo com força nos rumos socioeconômicos do país e influenciando mudanças na formação, planejamento, distribuição e gestão das Políticas Sociais.

Ademais, a falta de apoio para lidar com os problemas financeiros, de emprego e estrutura material de vida das famílias dos estudantes é um desafio significativo. Muitas famílias enfrentam dificuldades econômicas que afetam diretamente a capacidade de participação de seus entes na vida escolar, como a necessidade de múltiplos empregos – para aumentar a renda mensal – ou a falta de transporte adequado, devido às grandes distâncias do trajeto. Sem um suporte adequado, os(as) Assistentes Sociais se veem limitados em suas intervenções, o que pode levar a um ciclo de vulnerabilidade que se perpetua. É essencial que as Políticas Públicas ofereçam recursos e programas que ajudem a aliviar essas pressões e a escapar do senso comum de “família desestruturada”, permitindo que as famílias se envolvam mais ativamente no processo de escolarização de seus filhos.

Uma crítica importante a ser feita diz respeito ao combate à evasão escolar, que muitas vezes se concentra apenas no aluno isoladamente, sem considerar o contexto familiar e social em que ele está inserido. Essa abordagem reducionista ignora fatores cruciais, como a dinâmica familiar, as condições socioeconômicas e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes fora da escola. Para que as estratégias de combate à evasão sejam eficazes, as pesquisas defendem um olhar mais abrangente, que envolva, para além da participação das famílias, a criação de redes de apoio que considerem as múltiplas dimensões das expressões da questão social que afetam a permanência dos alunos na escola.

Além disso, as falhas na rede de apoio entre a educação e as demais Políticas Públicas comprometem o atendimento multiprofissional ao estudante. A falta de articulação entre as diferentes áreas, como Saúde, Assistência Social e Educação, e as instituições fiscalizadoras como os Conselhos de Direitos Sociais, o Conselho Tutelar e o Ministério Público, resulta na fragmentação dos atendimentos, comprometendo a eficácia dos programas educacionais. Essa desconexão impede que os estudantes recebam o suporte necessário para enfrentar os desafios que vão além do ambiente escolar, como questões de saúde mental, dificuldades financeiras e situações familiares complexas. Para que o atendimento ao estudante seja realmente eficaz, os(as) autores(as) sustentam que é imprescindível a integração entre as Políticas Públicas, promovendo um suporte holístico, considerando a educação como um todo, e não somente como uma junção de suas partes; o que busca entender os fenômenos por completo, inteiramente.

A imposição da burocracia sobre a prática do Serviço Social compromete ainda mais a qualidade dos serviços prestados. Assistentes Sociais frequentemente se veem sobrecarregados por processos administrativos que, em vez de facilitar o atendimento, acabam por desviar o foco das necessidades reais dos alunos e suas famílias. Essa situação não apenas reduz a eficácia das intervenções, mas também pode gerar um sentimento de frustração entre os profissionais, desviando as ações dos profissionais, de seu propósito de atuar de forma mais direta e impactante na vida dos estudantes.

Portanto, ao integrar o Serviço Social à Política de Educação, é crucial que se busque uma atuação que vá além da triagem, da burocracia e da visão assistencialista, promovendo a cidadania e a participação social, pilares fundamentais para a construção da vida educacional ativa, de futuro mais promissor para as pessoas. As barreiras são muitas e se espraiam para além das condicionantes institucionais, atingindo as “mentes” das pessoas – não somente seus corpos – a partir da ideologia empregada. A perspectiva cultural da educação tem de ser considerada, somente assim, poderemos assegurar que o Serviço Social contribua efetivamente para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a transformação das realidades sociais que os cercam.

Contudo, esse assunto não se esgota com estas considerações, que vem a contribuir para a categoria profissional sobre a visão desta acerca das peculiaridades do ambiente escolar, as relações sociais que são vivenciadas cotidianamente pelos profissionais educadores e coordenadores da Política de Educação, além de contribuir para as bases fundamentais da construção de novas estratégias de ação direcionadas aos diferentes grupos sociais que compõe o público-alvo desta Política Pública.

As perspectivas futuras para a atuação do(a) Assistente Social na educação são promissoras, refletindo a crescente importância do trabalho interdisciplinar e da atenção às questões sociais no ambiente escolar. A integração de Políticas Públicas voltadas para a inclusão e equidade será fundamental, permitindo que os(as) Assistentes Sociais desenvolvam programas que atendam às necessidades de alunos em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, o apoio psicossocial se tornará uma função crucial, com os Assistentes Sociais atuando ao lado de Psicólogos, Pedagogos, Terapeutas, etc., na identificação e intervenção em questões emocionais e comportamentais dos

alunos<sup>21</sup>. A promoção de uma educação inclusiva também será uma prioridade, com esses profissionais contribuindo para garantir a participação de todos os alunos, independentemente de suas condições sociais ou deficiências.

A colaboração em rede com outros profissionais da Política de Educação, Saúde e Assistência Social permitirá uma abordagem holística das necessidades dos alunos e suas famílias. Além disso, a utilização de tecnologias digitais pode facilitar o acesso a informações e serviços de apoio social, ampliando o alcance da atuação dos(as) Assistentes Sociais. Por fim, a participação em pesquisas e avaliações de programas educacionais ajudará a fundamentar práticas e políticas, contribuindo para a melhoria contínua da atuação desses profissionais na educação.

No campo de atuação do(a) Assistente Social, a inserção desse(a) profissional na comunidade escolar amplia significativamente, como visto, o escopo de sua atuação. Anteriormente restrito a áreas como Assistência Social, Previdência e Habitação, o trabalho do Assistente Social agora abrange novos horizontes, conforme reconhecido e discutido pelos autores(as) consultados na pesquisa. Assim, o Serviço Social na Educação emerge como uma proposta de intervenção que deve direcionar suas práticas à realidade escolar, transcender a mera prática pedagógica e, ao mesmo tempo, manter um diálogo constante com ela.

Nesse contexto, a inserção do Serviço Social na educação pública brasileira resulta de esforços para conquistar um novo espaço profissional. De acordo com o Código de Ética da profissão, de 1993, essa inserção visa à efetivação e consolidação da cidadania, promovendo a tomada de decisões em prol da equidade e da justiça social. O objetivo é garantir o acesso a bens e serviços provenientes de programas e políticas educacionais, além de fomentar uma gestão democrática.

Ademais, a organização da categoria profissional é crucial para mobilizar a comunidade escolar na integração das famílias dos estudantes, onde a atuação do Assistente Social é fundamental para promover e estimular a participação das famílias na vida escolar, com o intuito de fortalecer a cultura educacional. Essa participação não apenas enriquece o ambiente escolar, mas também contribui para a educação como um caminho para o desenvolvimento pessoal e profissional dos

---

<sup>21</sup> Existe um ponto importante a se considerar aqui: a escola deve se adequar ao aluno, em termos estruturais, quando este for uma pessoa com deficiência, pessoas com necessidades especiais, de cuidados incomuns de saúde e/ou atenção. Doutro lado, é exigida a adequação do aluno à escola, em quesitos comportamentais, emocionais e dos fenômenos mentais, de maneira que este se adéque ao modelo padronizado, e em muitas situações, arcaico de ensino.

alunos, além de fomentar a cidadania e o desenvolvimento humano. Ao envolver as famílias, o Assistente Social ajuda a criar um espaço de apoio e colaboração, onde as necessidades e desafios inerentes à realidade social dos estudantes, são compreendidas e abordadas de maneira mais eficaz.

Entretanto, essa discussão não se esgota aqui. É fundamental que a categoria profissional reflita sobre as particularidades do ambiente escolar e as relações sociais vivenciadas diariamente por educadores e coordenadores da política educacional. Além disso, essa reflexão contribui para a construção de novas estratégias de ação voltadas aos diferentes grupos sociais que compõem o público-alvo dessa Política Pública.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. In: **I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação**, 1., 2003, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 7 Mar. 2023.

AMARAL, Wagner Roberto; MELIM, Juliana Iglesias; GOMES, Gabriela Greinert. Formação de assistentes sociais na educação como estratégia para implementação da Lei nº 13.935/2019. *Temporalis*, Brasília, v. 24, n. 47, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44387>>. Acesso em: 21 Jun. 2024.

ARAÚJO, Luciene. Núcleo de apoio pedagógico especializado: espaço de atuação do Serviço Social. *Katálysis*, Florianópolis, v. 26, n. 3, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/93043>>. Acesso em: 10 Jun. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 47-81. (Coleção Biblioteca Básica; V. 2)

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 82-111. (Coleção Biblioteca Básica; V. 2)

BRETAS, Tatiana. A financeirização e as políticas sociais no Brasil neoliberal. In: BRETAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 292 p.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº14, de 12 de Setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Atos do Congresso Nacional, Brasília, DF, de 13 de Setembro de 1996. Seção 1, p. 18109-18110. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=13/09/1996>>. Acesso em: 30 Out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº95, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Atos do Congresso Nacional, Brasília, DF, de 16 de Dezembro de 2016. Seção 1, p. 2. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/12/2016&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=368>>. Acesso em: 30 Out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, de 23 de Dezembro de 1996. Seção 1, p. 27833-27841. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=289>>. Acesso em: 23 Mai. 2023.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Trabalho e Projeto Profissional Nas Políticas Sociais. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília/DF, Jan. 2013.

CORTÊS, Sarah Tavares. Educação e questão social: elementos para pensar essa relação na sociedade atual. **MOITARÁ – Revista do Serviço Social da UNIGRANRIO**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2019. Disponível em: <<https://publicacoes.unigranrio.edu.br/mrss/article/view/5775>>. Acesso em: 03 Jul. 2024.

COUTINHO, Ângela Araújo; RIBEIRO, Mirian dos Santos; BARRETO, Valdenice Barauna. Serviço Social e Família: as contribuições da atuação profissional do serviço social para efetivação da participação familiar no acompanhamento educativo. In: SILVA, Marcela Mary José da (org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas – SP: Papel Social, 2012. p. 87-109.

FALEIROS, Vicente de Paula. Las funciones de la política social en el capitalismo. In: BORGIANNI, Elisabete; MONTAÑO, Carlos (Orgs). **La Política Social Hoy**. São Paulo: Cortez, 2000. (Biblioteca Latino-americana de Serviço Social. Série Antologías).

FRIGOTTO, Gaudêcio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 1993. 234 p.

GENTTILI, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, 1995. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/231946/000095519.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em Jun. 2022.

GERALD, Fernanda Gomes. Os desafios e as possibilidades na materialização do fazer profissional da e do(a) Assistente Social na educação básica: relato de experiência do município de Itabira (MG). **Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte, v. 15, 2022. Disponível em: <<https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2022/12/RCG--DEZ22-VERSAO-2.pdf>>. Acesso em: 10 Jul. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 17-81.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:**

Ensaio crítico. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

KLAZURA, Marcos Antônio; CARDOSO, Rubia Mayra Xavier. As expressões da questão social no cotidiano escolar e as contribuições do serviço social na escola. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 6, n. 15, 2022. Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/2197>>. Acesso em: 05 Jul. 2024.

KÖCHE, José Carlos. O Conhecimento Científico. In: KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 25 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 23-39.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, nº 3, 1999. Disponível em: <[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3\\_03.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_03.pdf)>. Acesso em: 30 Mar. 2022.

MACIEL, Alice. Carrocinha humana? Balneário Camboriú interna sem-tetos à força durante altas temporadas. **Pública**: agência de jornalismo investigativo. São Paulo, 31 de Julho de 2024. Disponível em: <[https://apublica.org/2024/07/carrocinha-humana-balneario-camboriu-interna-sem-tetos-a-forca-durante-altas-temporadas/#\\_](https://apublica.org/2024/07/carrocinha-humana-balneario-camboriu-interna-sem-tetos-a-forca-durante-altas-temporadas/#_)>. Acesso em: 26 Ago. 2024.

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 333-350.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126 p. (Coleção Mundo do Trabalho).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 9-29.

MORAES, André Monteiro; CARVALHO, Cristiano Costa de; MOURA, Dante Henrique; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Serviço social e políticas de educação básica: novo ensino médio, concepções de educação e o canto da sereia. **Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte, v. 15, 2024. Disponível em: <[https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Revista-CressMG\\_Final.pdf](https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Revista-CressMG_Final.pdf)>. Acesso em: 22 Jul. 2024.

NASCIMENTO, Sheine Santos do; BARRA, Geovana Reis Silva. O exercício profissional do(a) Assistente Social no espaço educacional: uma contribuição para a afirmação do direito à educação no IFRN. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 2, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/372>>. Acesso em: 25 Jun. 2024.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; MOREIRA, Nádia Xavier. Educação inclusiva e Serviço Social: um debate necessário. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 25, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2042>>. Acesso em: 20 Jun. 2024.

OFÍCIO CIRCULAR N° 46/2024. Brasília, 3 de outubro de 2024. Resumo da 232ª reunião ordinária do Conselho Técnico Científico da Educação Superior da CAPES. **CAPES/DAV**, Brasília, DF, 3 de Out. de 2024. Disponível em: <[https://sei.capes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&codigo\\_verificador=2470019&codigo\\_crc=473FA3C4&hash\\_download=73ffd325f0a368ded0e5e32c2fa676e787aef6978639e256de7fae071d5bdf62697039a012b1ca7cae65497fcb167e906e203c4b6aa3ea3bdc691cc2aa69ac42&visualizacao=1&id\\_orgao\\_aceso\\_externo=0](https://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=2470019&codigo_crc=473FA3C4&hash_download=73ffd325f0a368ded0e5e32c2fa676e787aef6978639e256de7fae071d5bdf62697039a012b1ca7cae65497fcb167e906e203c4b6aa3ea3bdc691cc2aa69ac42&visualizacao=1&id_orgao_aceso_externo=0)>. Acesso em: 25 Out. 2024.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 1º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014. 343p.

OSORIO, Jaime. O Estado no capitalismo dependente. In: OSORIO, Jaime. **O estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 205-225.

PAULA, Aline Batista de. Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária. Revista **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47223>>. Acesso em: 10 Jun. 2024.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2007. 257 p. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

RICHARDSON, Roberto Jarry (et al). Conhecimento e Método Científico. In: RICHARDSON, Roberto Jarry (et al). **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo – SP: Atlas, 1999. p. 20-31.

RUVIARO, Débora; RENK, Elisônia Carin; SOUZA, Flávia de Brito; DALBELLO, Simone. A inserção do serviço social na educação básica em Santa Catarina. **Temporalis**, Brasília, v. 24, n. 47, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44061>>. Acesso em: 21 Jun. 2024.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Tradução P. S. Werneck. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 101. Tradução de: The Economic Value Of Education.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão Social e Serviço Social no Brasil: novos cenários, atores e práticas sociais. In: SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: Fundamentos Sociohistóricos. Cuiabá – MT, 2008. p. 83-115.

SILVA, Tattiana Tessye Freitas da. Apontamentos sobre o serviço social e educação: um olhar a partir dos documentos legais existentes. In: SILVA, Marcela Mary José da (org.). **Serviço Social na Educação**: teoria e prática. Campinas – SP: Papel Social, 2012. p. 63-72.

SILVÉRIO, Geruza Aparecida. O serviço social na educação: possibilidades de intervenção profissional frente às reproduções da desigualdade e da evasão escolar.

**Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte, v. 15, 2024. Disponível em:  
<[https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Revista-CressMG\\_Final.pdf](https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Revista-CressMG_Final.pdf)>.  
Acesso em: 22 Jul. 2024.

THATCHER, Margaret Hilda. **The Downing Street Years**. Edição EPub.  
HarperCollins Publishers, 2010. ISBN: 978-0-062-02910-2.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Novos Rumos para a Educação – retorno ao Estado democrático. In: VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil**: Introdução histórica. Brasília: Plano Editora, 2003. p. 143-171.